

retrato

doBRASIL

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | R\$ 8,00 | Nº 29 | DEZEMBRO DE 2009

E DARWIN CRIOU O HOMEM

A PUBLICAÇÃO DE
A ORIGEM DAS ESPÉCIES,
HÁ 150 ANOS, FOI UM
PROFUNDO GOLPE NA
INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO
SOBRE A CIÊNCIA

MERCEDES SOSA

Ela se foi. Deixou sua
música e uma
apaixonante utopia

ÁSIA

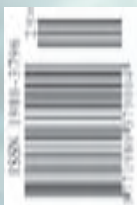
China e Rússia
fecham acordos
que podem dar
dor de cabeça
aos EUA

HO CHI MINH

O líder da libertação
do Vietnã foi poeta,
além de guerrilheiro

IDH

O índice que mede
o desenvolvimento
humano é um mito?



Leia retrato do BRASIL

política • economia • cultura • ciência
analisados com profundidade



www.retrato

experimente
ler para
concluir:
a realidade dos
fatos está na
imprensa popular



d o b r a s i l . c o m

06 **Ponto de Vista** **NEM LIBERALISMO** **NEM DESENVOLVIMENTISMO**

A partir da polêmica provocada pela taxa com o IOF dos investimentos estrangeiros, propomos um outro caminho para entender o movimento de capitais que assalta o País

09 **PRODUÇÃO EM ALTA,** **CONCENTRAÇÃO EM** **LEVE BAIXA**

O Censo Agropecuário do IBGE registra os efeitos da expansão do comércio agrícola mundial. E lança dúvidas sobre o processo de reforma agrária
[Tânia Caliani]

21 **O MITO DO IDH**

O real significado do Índice de Desenvolvimento Humano produzido pela ONU é muito pouco debatido
[Rafael Hernandez]

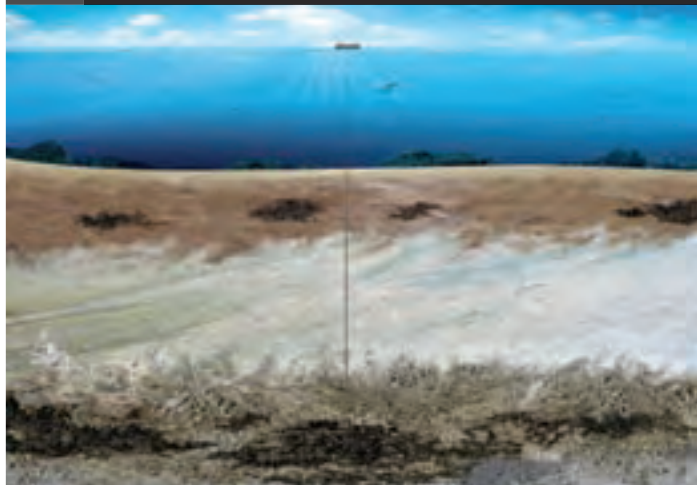
39 **UMA JANELA PARA O PASSADO**

Ardi tem 4,4 milhões de anos e apenas 1,20 m. Sua descoberta fornece indícios de como a pressão social seletiva nos afastou das bestas
[Flávio de Carvalho Serpa]



24 **UM PLEBISCITO PARA** **O PRÉ-SAL**

A proposta do governo para a nova legislação do petróleo é apressada, precária e concentradora. O povo precisa ser chamado a opinar [Ilido Sauer]



30 **UM SÉCULO DE LUTA**

Os sindicatos americanos pressionam por um serviço público de saúde há muito tempo. Hoje, Obama é alvo dos grupos mais conservadores
[Carlos Azevedo]

34 **DE MÃOS DADAS**

China e Rússia consolidaram o que denominam de "aliança estratégica" na Ásia. Até que ponto os EUA precisam se preocupar com isso?
[Yuri Martins Fontes]

37 **GUERRILHEIRO,** **ESTRATEGISTA,** **POETA**

Ho Chi Minh tornou-se um marco da história do século XX. Ele mostrou como derrotar exércitos armados com a mais alta tecnologia
[Flávio Dieguez]



44 150 ANOS DE A ORIGEM DAS ESPÉCIES, A OBRA-PRIMA DO CAPELÃO DO DIABO

Com seu livro, Charles Darwin desferiu um golpe nas ideias religiosas que infestavam a ciência para mudar a sua prática
[Antônio Carlos Queiroz]

56 SALVE, LINA!

Os textos de Lina Bo Bardi, organizados em livro, revelam a trajetória pouco comum da arquiteta italiana radicada no Brasil
[Ana Castro]

60 A AMÉRICA DE MERCEDES SOSA

"La Negra", como também era conhecida a artista argentina, nos deixou como legado a utopia da unidade dos povos da América
[Tárik de Souza]

58 O ESTILO TARDIO DE SAID

O crítico palestino mostra como, no fim da vida, a produção artística nem sempre se revela serena e madura
[Fernanda Arêas Peixoto]

62 A LUCIDEZ DE RAULZITO

As canções críticas à moral estabelecida produzidas por Raul Seixas permanecem atuais e fazem sucesso entre os jovens
[Yuri Martins Fontes]



FALE CONOSCO:

www.retratodobrasil.com

CARTAS À REDAÇÃO

cartas@retratodobrasil.com
rua fidalga, 146 conj. 42
cep 05432-000 são paulo - sp

ASSINATURAS

vendas@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

assinatura@retratodobrasil.com
tel. 31 | 3281 4431
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

PARA ANUNCIAR

comercial@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3032 1204 ou 3813 1527
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

CIRCULAÇÃO EM BANCAS

circulacao@retratodobrasil.com

EDIÇÕES ANTERIORES

vendas@retratodobrasil.com

REDAÇÃO

redacao@retratodobrasil.com
tel. 11 | 3814 9030

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**. Dê sua sugestão, critique, opine. Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

CAPA Junior Lopes

EXPEDIENTE - SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira **EDIÇÃO** Armando Sartori **REDAÇÃO** Carlos Azevedo • Flávio Dieguez • Lia Imanishi • Rafael Hernandes • Sônia Mesquita • Tânia Caliri **DIREÇÃO DE ARTE** Chico Max **EDIÇÃO DE ARTE** Pedro Ivo Sartori **REVISÃO** Silvio Lourenço • Gabriela Ghetti • Bruna Bassette [OK Linguística] **COLABORARAM NESTA EDIÇÃO** Ana Castro • Antônio Carlos Queiroz • Carla Bispo • Fernanda Arêas Peixoto • Flávio de Carvalho Serpa • Ildo Sauer • Tárik de Souza • Yuri Martins Fontes • **Retrato do BRASIL** é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORIA MANIFESTO S.A. PRESIDENTE Roberto Davis **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO** Marcos Montenegro **DIRETOR EDITORIAL** Raimundo Rodrigues Pereira

GERENTE COMERCIAL Daniela Dornellas **REPRESENTANTE EM BRASÍLIA** Joaquim Barroncas • Tel 61 3328 8046

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho

OPERAÇÃO EM BANCAS • **ASSESSORIA** EDICASE [www.edicase.com.br] **DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM BANCAS** Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora S/A MANUSEIO FG Press

TIRAGEM 20 mil exemplares [Tiragem auditada pela BDO Trevisan Auditores Independentes]





Nem liberalismo nem desenvolvimentismo

O IOF que taxou investimentos estrangeiros causou polêmica. A partir dela, propomos outro caminho para entender o movimento de capitais que assalta o País

DESDE A SEGUNDA QUINZENA de outubro, os capitais estrangeiros investidos em aplicações consideradas especulativas – em bolsa e em títulos de renda fixa, como os da dívida interna brasileira – estão sendo taxados, ao ingressarem no País, pelo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A alíquota de 2% imposta pelo Ministério da Fazenda parece baixa, mas não é. O jornalista Luiz Sérgio Guimarães, do diário *Valor Econômico*, fez as contas. O governo paga o equivalente a 8,75% ao ano – a taxa básica de juros (Selic) – às aplicações em títulos do Tesouro

Nacional para contratos de *overnight*, por um dia. Para compensar os 2% do imposto, é como se o aplicador tivesse de deixar o dinheiro nesses papéis por 84 dias seguidos, para somente depois começar a ter rendimentos líquidos.

Na última vez em que o governo fez esse tipo de taxaço, em março do ano passado, a situação era bem melhor para os aplicadores estrangeiros: o IOF era menor, de 1,5%; e a Selic era bem maior, de 11,25% ao ano. Mas o propósito declarado era o mesmo: conter a entrada de capitais considerados prejudiciais ao País.

A taxaço atual desencadeou um debate nos grandes meios de comunicação. De um lado situam-se os “liberais”, para os quais o governo está gastando demais e, com o imposto, de fato, está querendo apenas melhorar suas contas, que hoje estariam em péssimo estado. Os indícios apontados são a queda do superávit primário necessário para pagar a, agora, crescente dívida pública; os excessivos gastos com funcionários públicos e com despesas correntes; e, pior, o baixo investimento.

Do outro lado estão os “desenvolvimentistas”, para os quais

o governo está indo muito bem. Eles consideram que a imposição do IOF com alíquota de 2% foi apenas o primeiro passo para um controle bem maior dos capitais especulativos, que prejudicam o País. E o momento para puni-los é oportuno: a descoberta das gigantescas jazidas de petróleo da camada pré-sal abre a possibilidade de uma nova etapa de desenvolvimento, para a qual precisaremos muito de capitais externos – mas sadios.

SÓ MUDOU A GUARDA

A nosso ver, tanto “liberais” quanto “desenvolvimentistas” estão errados. No fundo, as duas correntes não veem a necessidade de mudar o sistema financeiro criado a partir de 1994, com o Plano Real, e consolidado com as reformas constitucionais do primeiro mandato do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que abriram as fronteiras econômicas do País aos capitais estrangeiros e acabaram com o conceito de empresa nacional.

Uma das bases do modelo financeiro brasileiro são as taxas de juros reais altíssimas, situadas entre as duas ou três mais altas do mundo desde 1992. Em 1998, depois de uma série de crises na periferia do sistema capitalista, o País quebrou. No começo de 1999, a política cambial, aspecto importante do sistema, mudou. Até a crise, tentava-se manter o real atrelado ao dólar. Depois, adotou-se o regime de taxas flutuantes: o valor de nossa moeda passou a oscilar de acordo com a oferta e a procura no mercado. Mas os juros altos se mantiveram.

A troca da guarda no comando do País, de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, para Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, não alterou esse pilar do sistema financeiro liberal. O novo presidente colocou Henrique Meirelles – ex-presidente do Bank Boston – no comando do Banco Central (BC). Lula fez o que os liberais chamam de “lição de casa” e esperou pelo prêmio de bom comportamento.

No Brasil, por lei, só circula a moeda nacional. Assim, para ser internalizado no País, o capital estrangeiro precisa ser transformado em reais. Quanto mais dólares chegam, por exemplo, maior a procura por reais e mais a moeda nacional se valoriza em relação à americana. Quando o capital estrangeiro quer sair, ocorre o efeito contrário: seus

reais têm de ser convertidos em dólares de novo. E quanto maior a procura por dólar, mais o real se desvaloriza.

O movimento de capitais no governo Lula pode ser avaliado pelas oscilações do câmbio, que é a relação de troca entre o dólar e o real. Outra maneira de medi-lo é pela “posição de investimentos”, divulgada regularmente pelo BC na forma de uma tabela. Na rubrica “ativo” dessa tabela estão os estoques de capitais investidos no exterior por “nacionais” (o sentido das aspas se verá mais adiante). Na rubrica “passivo”, os estoques de capitais investidos aqui por

O real vinha subindo, caiu e tornou a subir. O passivo externo aumentou, caiu e retornou para perto do que era. Será que se pode dizer que isso foi uma “marolinha” e que, portanto, “nunca antes na história deste País” tudo esteve tão bem?

“estrangeiros”. Saldo é a diferença entre ativo e passivo.

Tomemos, para comparação, três períodos:

1. De 31 de dezembro de 2002 a 31 de julho de 2008 – do início do governo Lula ao início da crise do sistema financeiro global.

2. O segundo semestre de 2008, quando a crise se aprofundou e pareceu ter chegado a um apogeu.

3. Do início deste ano até o fim de setembro, quando a crise geral parece ter sido superada.

Na primeira etapa, o real se valorizou em mais de 50% – passou de mais de 3 reais por dólar para cerca de 1,5 real por dólar. Na segunda, se desvalorizou – de 1,5 real por dólar, no início do ano, para mais de 2,5 reais por dólar, em fins de dezembro. Na terceira fase, recuperou-se – nas vésperas da imposição do novo IOF, em outubro, havia a ameaça de o dólar cair para menos de 1,7 real.

Em relação ao valor dos capitais estrangeiros investidos no País, o comportamento é o seguinte: houve um crescimento de 350 bilhões de dólares do passivo externo do Brasil no primeiro período; uma redução de aproximadamente os mesmos 350 bilhões de dólares na segunda etapa; e, na terceira, é como se tudo estivesse voltando a ser como antes – no fim de setembro, o estoque de investimento estrangeiro já era de 960 bilhões de dólares, perto do recorde de 1,04 trilhão de dólares atingido em junho de 2008.

Em resumo: o real vinha subindo, caiu e tornou a subir. O passivo externo aumentou, caiu e retornou para perto do que era. Será que se pode dizer que isso foi uma “marolinha” e que, portanto, “nunca antes na história deste país” tudo esteve tão bem?

MAIS E MAIS COMMODITIES

O diabo está nos detalhes, como se diz. As oscilações do real ao longo do governo Lula permitem uma conclusão com aspectos contraditórios. Por um lado, o real resistiu – a despeito das subidas e descidas – e o País não quebrou. Por outro, a valorização persistente da moeda nacional torna mais difícil a venda de produtos brasileiros no exterior: os exportadores recebem menos dólares para cada real que recebem por mercadorias e serviços vendidos.

Esse último aspecto reforça uma tendência da economia brasileira: numa conjuntura internacional na qual a demanda por *commodities* é crescente, o País vai se transformando cada vez mais em fornecedor de produtos básicos e semielaborados. Estudo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgado no fim de outubro mostra que está havendo uma desestruturação das cadeias produtivas de nossa economia em função da valorização do real. Quando ele valia menos, entre 1999 e 2005, as exportações brasileiras de manufaturados cresceram, em média, 12% ao ano. Quando a valorização da nossa moeda se acelerou, o crescimento caiu para 0,1% ao ano. Neste ano, o País está exportando apenas 30% de produtos industriais, contra 70% de *commodities*.

Há ainda que se considerar que o ativo brasileiro rende muito menos que o passivo. A maior parte do capital que ▶

os brasileiros têm no exterior – o ativo – é público: são as reservas em moeda estrangeira acumuladas pelo País, que recebe pouco com as aplicações feitas com esses recursos. Na contabilidade do BC do ano passado, no item “receita das aplicações em renda fixa”, está registrado que as reservas renderam ao País praticamente os mesmos 8 bilhões de dólares que os estrangeiros obtiveram aqui com suas aplicações em renda fixa (papéis emitidos por brasileiros), que são muito menores.

RENDIMENTO DESIGUAL

Já o investimento direto brasileiro no exterior no ano passado foi grande: o BC contabilizou um estoque de cerca de 160 bilhões de dólares. Muito menor, entretanto, que o estoque de investimento direto estrangeiro realizado aqui, de cerca de 290 bilhões de dólares. Os rendimentos obtidos por essas modalidades de investimento são desproporcionalmente menores, no entanto. Os investimentos realizados por estrangeiros aqui renderam aproximadamente 27 bilhões de dólares. Os feitos por brasileiros no exterior, apenas 2 bilhões de dólares.

Enquanto os brasileiros praticamente não têm ações no exterior, os estrangeiros têm nas ações a parte mais destacada e a que mais oscila. Em julho do ano passado, os estrangeiros tinham aplicado aqui o equivalente a cerca de 400 bilhões de dólares em ações. No fim de dezembro

daquele ano, essas aplicações eram de apenas 150 bilhões de dólares. Ao longo de 2008, quando a crise se aprofundou e o valor de suas ações caiu a menos da metade, os estrangeiros enviaram ao exterior o recorde de 8,4 bilhões de dólares, 25% dos astronômicos 33,8 bilhões de dólares de lucros e

Não há nenhum outro exemplo na história do capitalismo de um país que, nessas condições, tenha saído da crise como os americanos estão tentando fazer: com uma política prolongada de juros muito baixos.

dividendos remetidos para fora pelo Brasil em nome dos diversos tipos de capitais estrangeiros instalados aqui.

Na soma geral de rendimentos dos capitais – o que inclui, além dos lucros e dividendos, os juros de diversos tipos – e supondo para este ano e para o ano que vem valores bem menores que os de 2008, estima-se que o Brasil enviará

ao exterior, ao se completarem os dois mandatos de Lula, mais de 200 bilhões de dólares. Nos oito anos de FHC, foram remetidos pela mesma conta 150 bilhões de dólares. Houve um fluxo positivo de capitais para cá ou foi o inverso, daqui para fora?

Outro detalhe, para explicar as aspas apresentadas antes. Muitos capitais “estrangeiros” não são estrangeiros de fato. Um dos capítulos das reformas liberais do sistema financeiro brasileiro foi o da invenção de mecanismos para que capitais brasileiros desviados ilegalmente para o exterior pudessem ser aplicados aqui sob a cobertura de fundos de capital constituídos em paraísos fiscais que impedem a identificação dos aplicadores. Ainda em outubro, dois projetos de lei, um do deputado José Mentor (PT-SP) e outro do senador Delcídio Amaral (PT-MS), procuravam levar essa ideia mais adiante: pediam anistia para as remessas de divisas ilegais existentes no exterior – estimadas por eles em 150 bilhões de dólares – que voltassem ao País pagando impostos.

Por último: o novo ciclo de capitais para o Brasil, iniciado neste ano, decorre de um paradoxo do sistema capitalista. Os americanos injetaram em sua economia – por meio de compras de títulos problemáticos dos bancos pelo Federal Reserve, o banco central do país – mais de 2 trilhões de dólares a juros de praticamente zero, e suas grandes casas financeiras sobreviventes passaram a financiar os especuladores, que operam no chamado *carry-trade*: tomam dinheiro onde os juros e as expectativas estão baixos, como nos EUA, para investir a curto prazo em moedas de países onde os juros e as expectativas estão altos, como no Brasil.

É uma política paradoxal. Um país, quanto mais endividado, mais paga juros. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a dívida pública americana, que já era grande, crescerá 100% entre 2007 e 2014, graças aos gastos para afastar a crise, e chegará a 112% do PIB dos EUA no fim do período analisado. Não há nenhum outro exemplo na história do capitalismo de um país que, nessas condições, tenha saído da crise como os americanos estão tentando fazer: com uma política prolongada de juros muito baixos. Como dizia o velho Leonel Brizola: “No hay carne y hay pastel de carne. Algo hay!”.

Getty Images



PRODUÇÃO EM ALTA, CONCENTRAÇÃO EM LEVE BAIXA

Os resultados do censo do campo brasileiro refletem os efeitos da expansão do comércio agrícola mundial. E deixam dúvidas sobre a real eficácia da reforma agrária por aqui

por Tânia Caliari

O AGRÔNOMO Gerson Teixeira, estudioso do mundo rural brasileiro e militante da causa da reforma agrária há mais de 30 anos, faz um alerta a quem abrir a caixinha de números e tabelas em que consiste o Censo Agropecuario 2006 e pretender interpretar, com eles, os fenômenos econômicos, sociais e políticos ocorridos no campo. “É preciso ter cautela, pois esses dados foram coletados durante um importante ciclo expansivo do comércio agrícola mundial.” Segundo Teixeira, os resultados refletem esse contexto, que se caracteriza tanto pela expansão do mercado interno, com a melhora da economia nacional, como pela pressão da demanda internacional. “Devemos levar em conta também que, nos anos 1990, a agropecuária vivia uma

crise muito séria. Portanto, os dados que apresentaram altas significativas, como os de produtividade, volume da produção e seu valor devem ser vistos sob a perspectiva dessa mudança de cenário.”

De fato, a imagem capturada pelo censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra um aumento expressivo da produção agropecuária em relação a 1996, com diminuição da área total dedicada a essa atividade, elevação generalizada da produtividade e redução do emprego. A grande maioria dos ocupados na agropecuária, de acordo com o censo, trabalha em pequenas propriedades que produzem segundo o regime conhecido como “agricultura familiar”. São unidades que tiveram participação significativa na

produção destinada ao mercado interno e nos produtos do chamado agronegócio.

MAIS LUZ, POUCA TÉCNICA

O censo mostra que houve aumento da especialização da produção, expansão do crédito agrícola para grandes e pequenos produtores e um salto no número de estabelecimentos rurais servidos com energia elétrica. Essas melhorias, no entanto, ocorreram sem que tenha havido incremento significativo e disseminado de serviços de assistência técnica e de maquinário e equipamentos. Houve, sim, grande elevação na utilização de agrotóxicos e de sementes certificadas nas lavouras do País, aponta o órgão estatístico.

Para o sociólogo Zander Navarro, assessor do Ministério da Agricultura, os ►

números do censo revelam a consagração definitiva do capitalismo no comando do cotidiano rural. Segundo artigo de sua autoria publicado no diário *Folha de S.Paulo*, entre 1996 e 2006 houve uma inédita monetização na área rural, com diminuição da produção comunitária, do autoconsumo e do padrão produtivo movido só pelo aumento da área plantada. Para ele, os dados do censo indicam que o Brasil terá no campo uma “conformação heterogênea”, com grandes propriedades convivendo com as de menor porte.

O aumento da produção, da produtividade e mesmo a possível “consagração do modelo capitalista” indicada por Navarro não implicaram, porém, mudança significativa na estrutura fundiária do País. Esses fatores podem, até mesmo, ter contribuído para manter a elevada concentração da propriedade da terra flagrada pelo censo.

PEQUENA MELHORA

No geral, o censo revelou que a concentração fundiária no País permaneceu apresentou leve melhora entre 1996 e 2006, seguindo a tendência vinda de meados dos anos 1980. O índice de Gini, que mede o grau dessa centralização – quanto mais próximo de 1, maior a concentração –, caiu 0,23%, passando de 0,856 para 0,854. É, de qualquer forma, um valor que revela um padrão altíssimo de concentração da propriedade fundiária.

A análise da estratificação dos estabelecimentos por tamanho ajuda a caracterizar esse nível de concentração (ver “Muita gente, pouca terra”). O censo mostra que a área total dos estabelecimentos rurais (329,9 milhões de hectares), as propriedades menores que 10 hectares (47% do total de 5,1 milhões de estabelecimentos) ocupam menos de 2,7%, resultado igual ao verificado nos censos de 1985 e de 1995-1996. Já as propriedades incluídas na faixa com mais de 10 e menos de 100 hectares (19%) concentram 38% da área, enquanto as de mais de 100 e menos de mil hectares (3,4%) ocupam 8,2%. E os estabelecimentos maiores, de mais de mil hectares (0,91% do total), tomam 43% da superfície total.

O IBGE aponta causas antigas e novas para a manutenção da tendência. Entre as novas estaria a crescente demanda pelos produtos de exportação, a especialização da produção e o avanço da fronteira agropecuária no Norte do

País com base em grandes propriedades. Teixeira destaca que a causa estrutural da concentração atual permanece a mesma do passado e está relacionada à “frouxidão da regulação institucional”, o que permite que, no Brasil, o tamanho da propriedade rural seja praticamente ilimitado. “Existe um limite constitucional que impõe a aprovação no Congresso Nacional para a compra de áreas acima de 2,5 mil hectares, mas isso é apenas pro forma”, diz. Segundo ele, a frouxidão se mantém desde o Império e decorre

Para Navarro, entre 1996 e 2006 ocorreu uma inédita monetização no campo brasileiro

de uma correlação de forças em que setores do latifúndio detêm a hegemonia política.

Além dessa antiga causa, Teixeira também vê novos fatores que levam à concentração. “A FAO [órgão da ONU para a agricultura] detectou recentemente uma corrida de capitais externos para a compra de terras em países com importância na agricultura. Essa corrida foi estimulada pela especulação com a produção

de alimentos, pelo interesse crescente no comércio de créditos de carbono e pela emergência da indústria dos biocombustíveis.” Para Teixeira, a conclusão óbvia que se extrai desse quadro é a ineficácia redistributiva dos programas de reforma agrária executados no Brasil.

ASSENTAMENTO, NÃO REFORMA

Arilson Favareto, professor de economia da Universidade Federal do ABC, com vários trabalhos e tese publicados sobre desenvolvimento rural, diz que o que há no Brasil, na verdade, são políticas de assentamento, e não de reforma agrária. “Reforma agrária implica transformações profundas na estrutura fundiária em curto espaço de tempo, com impactos imensos nos outros setores produtivos e na sociedade. Aqui, ao mesmo tempo em que o governo vai assentando gente, num ritmo lento e gradativo, a dinâmica da competitividade no campo vai excluindo outra parcela importante de produtores”, diz. Ele tem razão: no período entre 1996 e 2006, cerca de 1,5 milhão de pessoas deixaram as atividades agropecuárias, o equivalente a quase a metade dos 3,2 milhões de assentados no mesmo intervalo.

Os dados do censo 2006 referentes à produção agropecuária mostram que sua expansão, em volume e valor, se deu sobre uma área menor do que a auferida no censo anterior. A principal causa apontada pelo IBGE para a diminuição

Favareto: enquanto o governo assenta lenta e gradativamente, a competitividade exclui



da área agropecuária foi o aumento da superfície das terras indígenas e das unidades de conservação ambiental (40 milhões de hectares desde 1995).

Houve, porém, pequeno aumento do número de estabelecimentos (6,5%), que passou de 4,8 milhões para 5,2 milhões de unidades. Essa recuperação, no entanto, não anulou o declínio que se deu entre 1985 e 1996, quando ocorreu redução de mais de 900 mil estabelecimentos.

O censo revela que o grande crescimento produtivo se deu na região Norte. “A participação dessa região na agropecuária nacional em 1970 era de 8% e agora é de 17%”, diz Teixeira. “Nesse período, a participação das regiões Nordeste, Sudeste e Sul caiu, só subiu a do Norte e a do Centro-Oeste”. O que preocupa o estudioso é que, no Norte, ocorreu a maior redução do número e da área das propriedades de até 10 hectares, indicando que o padrão de expansão foi baseado nas propriedades maiores. No Nordeste, a perda do espaço das pequenas propriedades entre 1996 e 2006 também foi grande, de 325 mil hectares.

“É preciso investigar o que está acontecendo. Na minha opinião, esses pequenos estabelecimentos estão simplesmente desaparecendo. E isso justamente num período em que houve a consolidação dos

fundos a serem aplicados no Norte e no Nordeste, estabelecidos pela Constituição de 1988 e que supostamente financiariam a pequena agricultura. A expectativa era de que tivesse ocorrido um processo inverso do que aconteceu”, diz Teixeira.

O exame dos dados relativos à produção e à produtividade de diferentes lavouras mostra que aquelas que têm grande peso na balança comercial foram as que mais se expandiram. É o caso da soja, que entre 1996 e 2006 assumiu a liderança em área colhida, com 15,6 milhões de hectares (crescimento de 69,3%), superando o milho. A produção da leguminosa aumentou 88,8%, e sua produtividade, 11,5%.

CANA SUBIU, FEIJÃO TAMBÉM

A produção da cana-de-açúcar teve incremento de 47,9%, favorecida pela dinâmica agroindustrial, visto que, segundo o IBGE, a “ampliação da capacidade de moagem e o surgimento de novas usinas provocaram um aumento na área colhida em 33,3%, provocando a valorização das terras em várias regiões do País”. Entre os principais itens agrícolas que compõem a pauta de exportações, ocorreu queda somente na produção de laranja, cuja área colhida foi reduzida em 37% devido a restrições do mercado externo e a doenças.

Dentre os produtos campeões do consumo interno, o aumento da produção do feijão (50%) e do arroz (17,4%) se deu basicamente graças à elevação da produtividade, pois as áreas colhidas dessas culturas aumentaram pouco (6,3% do feijão) ou diminuíram (-18,8% do arroz).

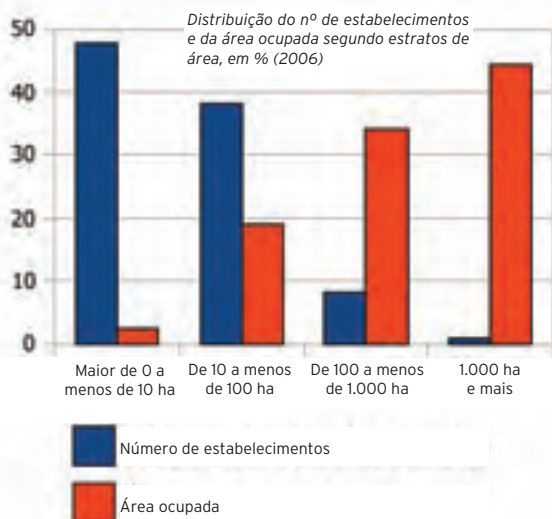
A pecuária – que também contribuiu fortemente para as exportações –, presente em 44% do total dos estabelecimentos, foi a principal atividade econômica encontrada pelos pesquisadores do IBGE. Em 2006, o rebanho bovino brasileiro atingiu 171,6 milhões de cabeças, 12% a mais do que em 1996. O aumento pode ser atribuído à alta da produtividade, visto que as áreas dedicadas a pastagens caíram 10%. A região Norte foi a maior responsável pela expansão da pecuária, com incremento de 14 milhões de cabeças (81%). De 1996 a 2006, a participação do rebanho bovino da região no total nacional saltou de 11,3% para 18,3%.

AGRICULTURA FAMILIAR?

Os dados do censo levaram Favareto a concluir que entre 1996 e 2006 se intensificou a “consolidação de um setor muito moderno e competitivo da agropecuária brasileira, que é o chamado agronegócio”. Ele destaca, porém, que o agronegócio

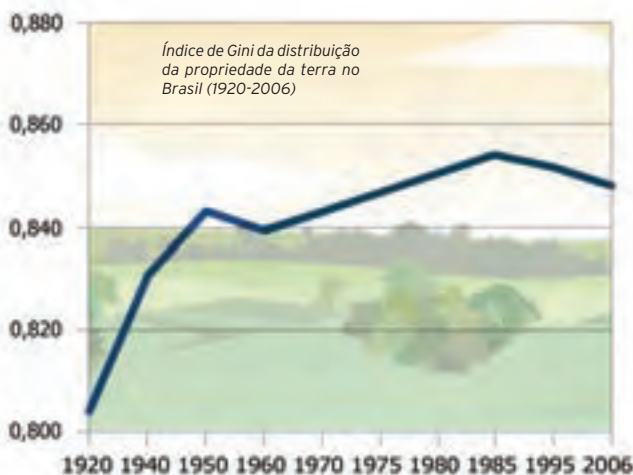
MUITA GENTE, POUCA TERRA

Entre os estabelecimentos agropecuários, mais de 85% têm até 100 ha e menos de 22% da área total. E menos de 1% tem ao menos mil ha e mais de 44% da terra



EM QUEDA SUAVE

O índice de Gini que mede a distribuição da propriedade fundiária caiu mais um pouco, mantendo a tendência recente



é formado não só pela produção das propriedades patronais e pelos grandes estabelecimentos produtores de *commodities*, mas também pela agricultura familiar. “Entre os que operam em regime de agricultura familiar existem segmentos altamente competitivos e integrados ao mercado e ao agronegócio, como os que produzem aves e suínos, além do fumo.”

A observação do sociólogo nos conduz ao debate sobre o que é agricultura familiar. Segundo Favareto, muitas vezes esse conceito se confunde com o de um modo de produção antagônico à produção agrária capitalista. Esse antagonismo, em sua opinião, é ideológico e incorreto do ponto de vista econômico.

Teixeira também questiona a expressão “agricultura familiar”, geralmente usada para classificar a pequena propriedade. “No Brasil, esse termo foi adotado durante o governo Fernando Henrique Cardoso como se fosse uma elevação de status, do ponto de vista capitalista, da condição de camponês para a de agricultor de mercado”, diz. “As políticas para a agricultura familiar foram concebidas realmente com esse objetivo: inserir os setores camponeses suficientemente competitivos no mercado. Seria o ‘agronegocinho’.”

Mas quem teria se beneficiado mais com as mudanças ocorridas no campo

Nas regiões com mais concentração, é difícil achar municípios com melhorias sociais

nesse período intercensitário? A julgar pelo padrão da expansão da agropecuária e pela manutenção do alto nível de concentração da terra no País, os benefícios do aumento da produção, da produtividade e da valorização comercial dos produtos parecem não ter sido amplamente disseminados.

Favareto, que participa de uma pesquisa internacional que avalia os determinantes do desenvolvimento rural, dá uma pista. Tomando como base os indicadores municipais, a pesquisa quer identificar as

ALGUNS NÚMEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR



regiões que conseguiram, nos anos 1990, diminuir, simultaneamente, a pobreza, a desigualdade e aumentar a renda de sua população. Segundo ele, naquela década, embora tenha ocorrido uma redução geral da pobreza no País, houve também aumento da desigualdade e estagnação da renda. “Estamos percebendo que, nas regiões onde há maior concentração fundiária, como no Centro-Oeste e nas franjas da Amazônia, onde a soja vem avançando sobre o cerrado, tem sido mais difícil encontrar municípios que tiveram esse êxito”, diz.

“Nesse modelo de agricultura considerado moderno, que tem muito de predatório, seja pela introdução da monocultura com a perda da biodiversidade, seja pela transformação da floresta e do cerrado em pasto, não há nem sequer inclusão por meio do trabalho assalariado. Suas culturas típicas usam pouca mão de obra”, diz. Utilizando a relação entre trabalhador empregado e área em hectares, Favareto menciona os exemplos da pecuária extensiva, em que, segundo a Fundação Seade, o índice é de 1 empregado para 350 hectares, da soja, de um para 200, e da cana-de-açúcar, de um para 100. “Os dados ainda estão sendo tratados, mas podemos concluir que o impacto da agricultura sobre uma região é mais positivo onde a estrutura produtiva, incluindo o setor agrícola, é menos concentrada e mais diversificada” ■

Força e fraqueza

Estudo baseado no censo mostra a importância e as fragilidades da agricultura familiar

A pedido do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o IBGE produziu, com os dados do censo realizado em 2006, uma publicação dedicada à agricultura familiar. Para isso, usou os critérios da Lei nº 11.326, de 2006, segundo os quais essa modalidade se define por ter: área limitada a quatro módulos fiscais (que varia de 0,5 hectare a mais de 40 hectares, de acordo com o município); mão de obra predominantemente da família; a maior parte da renda originada de atividades agropecuárias do estabelecimento; e um membro da família na direção da produção.

Os 4,3 milhões de estabelecimentos enquadrados na categoria representam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% da área das propriedades agropecuárias brasileiras. Das pessoas ocupadas no campo, 74,4% (12,3 milhões) trabalhavam nessas propriedades. A participação da agricultura familiar na produção agropecuária do país foi a seguinte: mandioca, 87%; feijão, 70%; milho, 46%; café, 38%; arroz, 34%; leite, 58%; suínos, 59%; aves, 50%; bovinos, 30%; trigo, 21%.

Apesar desse importante desempenho, a fragilidade de parte desse grupo transparece quando se examinam os dados sobre a renda monetária - quase um terço dos agricultores familiares declarou não ter obtido receita no ano de 2006. Isso talvez indique a permanência da produção de subsistência e do autoconsumo. Ainda assim, o conjunto da agricultura familiar respondeu por 38% de toda a receita dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

UM PACTO PELA VIDA



Reunião de 21 de abril de 2007, entre representantes do Governo e da sociedade que aprovaram 138 programas para reduzir a violência em Pernambuco.

Numa das maiores mobilizações na história do Estado, o Governo e as organizações sociais planejaram e estão conseguindo reduzir as mortes violentas em Pernambuco.

UMA REUNIÃO IMPONENTE. E DE ROTINA

São 9 horas e 30 minutos de quinta-feira, 5 de novembro de 2009. Estamos numa sala enorme, na ATI, a empresa de tecnologia de informação do Governo de Pernambuco, no centro velho do Recife. Em torno de uma mesa em ferradura, aberta para dois telões horizontais, estão cerca de 30 pessoas, do alto comando do Estado. A cabeceira da mesa é do governador. Ainda na cabeceira, estão três secretários de Estado e um assessor do governador para a área jurídica. E, nos lados da ferradura, todos os altos comandantes e assessores da segurança pública, tanto os da Polícia Civil, como os da Polícia Militar. Numa bancada lateral, ficam seis pessoas da Secretaria de Planejamento e Gestão que organizam o movimento das imagens nos telões. Num desses, à direita de quem olha da ponta da ferradura, se projeta o texto das decisões tomadas.

Apesar da aparente imponência, é uma reunião de rotina, a 25ª do Comitê Gestor do Pacto Pela Vida. Acontece todas as quintas, há meses. O pessoal básico não muda. O objetivo é sempre o mesmo: discutir os números dos crimes de morte violentos ocorridos na semana anterior, nas várias regiões do Estado, e o que está sendo feito para reduzi-los. O governador participa, uma vez por mês, e comanda a reunião. Nas outras, como nesta de hoje, é representado pelo secretário de Planejamento e Gestão do Governo. Em Pernambuco, em 2008, 4.523 pessoas

foram vítimas dos CVLI - Crimes Violentos Letais e Intencionais. A meta do Governo, anunciada no início de 2007, pode ser usada para sintetizar o que é o Pacto Pela Vida: reduzir esse número em 12%, a cada ano. No primeiro ano, a redução foi de 2,0%. No segundo, 2,6%. Mas há um esforço grande para que a meta seja atingida este ano. As metas são fixadas a partir dos números do ano anterior, para cada mês, cada semana. 2009 está indo bem. Mas a meta é: ir muito bem. De janeiro a maio, no Estado em geral, se conseguiu reduzir os números de CVLI em relação aos dos mesmos meses do ano anterior. Mas em números inferiores aos das metas fixadas. Em agosto, setembro e nas duas primeiras semanas de outubro, as metas foram cumpridas. No entanto, nas duas últimas semanas, o sinal amarelo acendeu:

o indicador caiu, mas não o suficiente para atingir a meta. A reunião começa com o secretário de Planejamento e Gestão fazendo pressão sobre três das 26 AIS: a 7, de Olinda, na Região Metropolitana; a 23, de Salgueiro, no Sertão Central; e a 24, de Ouricuri, no Sertão do Araripe. AIS quer dizer Área Integrada de Segurança, um mesmo território para ação coordenada das polícias Civil e Militar.

Ao sinal do coordenador, no telão à esquerda, é projetado um quadro no qual o Estado aparece dividido nas AIS. Sinais verdes, amarelos e vermelhos aparecem para cada uma das áreas, mês a mês deste ano. Fica visível por que as três áreas foram destacadas. Olinda, nos últimos quatro meses, só tem vermelho de avaliação. Ouricuri vem em segundo lugar, na lista das piores áreas: teve, neste ano, 31 assassinatos





a mais do que no mesmo período do ano passado. Está há 2 meses em vermelho nas metas. A terceira área, Salgueiro, teve seis vermelhos mensais no ano. Tinha melhorado, com um verde em agosto. E piorou: passou para amarelo em setembro e vermelho em outubro.

Os três casos são discutidos. Olinda é o problema maior. Está na Região Metropolitana do Recife (RMR), a área de maior renda, com mais moradias precárias, e mais crimes. Com menos de 3% da área, a RMR teve 2.445 crimes violentos com morte no ano passado, mais da metade do total do Estado. Mas, no geral, a RMR vai bem. Olinda é a única, das dez áreas da RMR, na qual o número de mortes aumentou: teve 220 CVLI, nos 10 meses deste ano, seis a mais do que no ano passado.

São feitas várias intervenções. Há justificativas. Críticas, às vezes até detalhadas, como as do secretário que viu soldados de uma viatura da Polícia Militar impassíveis enquanto um carro de som, alimentado com uma gambiarra na rede elétrica, fazia um barulho fora de lei. A reunião discute outros assuntos. A Secretaria de Defesa Social apresenta um plano do que fazer nas semanas que restam do ano, onde se incluem as metas de intimidar arruaceiros contumazes e encaminhar menores aos Conselhos Tutelares. Estes dois aspectos puxam a discussão para a questão dos direitos humanos e, especialmente, os das crianças e adolescentes. “É preciso estudar bem”, diz o secretário de Defesa Social. “Se não, isso vai se resumir no jornal a uma foto de um policial

arrastando um menino pela rua”.

Outro assunto também toma tempo. O delegado-chefe do DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa) prova com números que o aumento da eficiência de sua equipe está criando problemas para o Judiciário. Este tema, que mostra como reduzir a criminalidade é um assunto complexo, fica para depois em nossa história.

A reunião termina. Há uma ata detalhada de tudo que foi decidido. Lá consta, por exemplo, que o comandante da Polícia Militar e o delegado da Polícia Civil do território, cuja base é Olinda, devem comparecer à reunião da próxima quinta, para dizer o que estão fazendo para cumprir as metas. São 12h30. Todos saem tendo debatido assuntos candentes e sabendo o que têm que fazer.

UMA MOBILIZAÇÃO INÉDITA. NASCE O PPV

Pernambuco estava nos primeiros lugares nas classificações dos estados com os maiores índices de criminalidade do País há décadas. “Faz parte da cultura do pernambucano. É uma sina. Não há o que fazer”, diziam os conformados. “Só vai mudar quando mudar o modelo econômico de urbanização desordenada e concentração de riqueza”, diziam outros. Nos programas eleitorais de 2006, da coligação que iria formar o novo governo de Pernambuco, não existia a expressão Pacto Pela Vida (PPV). Mas o compromisso de colocar o combate à violência como uma prioridade de governo já estava explícito, tanto na campanha do primeiro turno, quanto na da Frente Popular, que ganhou o segundo. E logo no começo de 2007, com o governo eleito, começou uma mobilização nunca vista no Estado para a formulação prática do programa de segurança pública. Nos dias 24 e 25 de março, depois de dezenas de encontros de grupos temáticos, foi realizado, no Colégio da Polícia Militar, no Recife, com cerca de 500 pessoas, entre elas o governador, o Fórum Estadual de Segurança Pública. Depois, sob a direção do assessor especial do governador para a área, um grupo da Universidade Federal de Pernambuco organizou as sugestões e programas aprovados pelas 16 câmaras temáticas do Fórum.

E preparou a reunião na qual nasceu o Pacto Pela Vida. No dia 21 de abril, sob a direção do governador, com 13 secretários de Estado e 15 representantes

dos grupos sociais, das oito da manhã às oito da noite, foram examinados todos os projetos propostos. O documento do encontro lista as 244 pessoas que participaram mais diretamente da elaboração dos programas. Eles formam seis categorias que constituem os eixos do PPV. Na lista a seguir, estão os eixos e alguns dos 138 programas:

1 – REPRESSÃO QUALIFICADA: criação do comitê de gestão integrada da Polícia Militar e da Civil, de força-tarefa de combate às milícias privadas e grupos de extermínio; suporte à gerência de penas alternativas e integração social do Estado.

2 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL: estabelecimento, para a Polícia Militar e a Polícia Civil, de políticas de recursos humanos, de procedimentos operacionais padrão, de programas de avaliação de desempenho; atualização do Código Penitenciário de Pernambuco.

3 – INFORMAÇÃO E GESTÃO DE CONHECIMENTOS: formar bancos de dados sobre presos, juventude e violência, violência e mulher; criar um banco estadual sobre drogas; fazer estudos sobre a dimensão étnico-racial da violência.

4 – FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO: promover cursos de formação para a Polícia Militar, a Polícia Civil, os conselhos tutelares da infância e da adolescência; promover a educação profissional para adolescentes e jovens em situação de risco social.

5 – PREVENÇÃO SOCIAL DO CRIME E DA VIOLÊNCIA: articulação de políticas em prol da população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros; projetos Esporte pela Vida, Plano Estadual de Regularização Fundiária, Segurança no Transporte Coletivo.

6 – GESTÃO DEMOCRÁTICA: criação de conselhos estaduais e comunitários, conferências e fóruns estaduais e regionais de segurança pública; promoção do Pacto Pela Vida.

Até aí, tudo muito bem. Pelo artigo 144 da Constituição, segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. Certo, portanto, que o Estado cumpra seu dever e procure fazer isso envolvendo a todos. O problema era:

como fazer? O secretário de Defesa Social dá um exemplo. É preciso ter uma força policial, civil e militar, adequada. Mas, o que significa isso? Quantos devem ser contratados? De que tamanho a força deve ser em relação à população? E os problemas legais da contratação? E os de formação dos profissionais a serem contratados para as tarefas específicas? Nesse ponto, diz ele, é que entrou o trabalho de gestão, que é um diferencial extraordinário do PPV. Não basta vontade. É preciso saber fazer. E com eficiência, com os recursos disponíveis, que são sempre limitados, ele diz.

O secretário de Planejamento e Gestão acrescenta o problema da medição. No País, diz ele, se implantou um culto à eficiência no campo da arrecadação, do controle da dívida pública, da prioridade ao superávit primário para o pagamento dos juros da dívida para o grande capital. Mas não se estabeleceram metas para a segurança, a educação, a saúde, a infraestrutura social de água, saneamento. Pernambuco está fazendo isso, diz ele. Todos os 138 programas estão sendo tocados. E há uma avaliação de cada um deles. Em números, na segurança, a meta básica é reduzir em 12%, ao ano, a taxa dos Crimes Violentos Letais Intencionais.

As taxas de mortes violentas no Brasil, nas últimas décadas, superaram as de países que vivem em situação de guerra. Entre 1980 e 2002, de acordo com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, houve perto de 700 mil homicídios dolosos no País, mais de 30 mil assassinatos por ano. Por 100 mil habitantes, a taxa foi de 11,7% para 28,5%, no mesmo período. E, por estado, Pernambuco esteve sempre no primeiro ou segundo lugar, com praticamente o dobro da taxa nacional.

Nos dois anos anteriores ao Pacto Pela Vida, esse número tinha subido no Estado, de 50,9% para 55,1%, um aumento de 4,2% de 2004 para 2005 e de 2,9% de 2005 para 2006. Nos dois anos já encerrados do PPV, a taxa caiu:

primeiro, para 54%, em 2007; depois para 52,6%, em 2008. Se, em 2009, a meta de derrubar a taxa em 12% for atingida, se chegará, ao final do ano, a

46,3% de mortes violentas para cada 100 mil pernambucanos. As pessoas do Comitê Gestor do PPV estão confiantes de que isso vai acontecer. Se ocorrer,

será, de fato, um resultado extraordinário. Veja-se no gráfico dessa página. A taxa de CVLI terá regredido. Para melhor: aos níveis de meados dos anos 1990!





UMA POLÍCIA AMIGA

O Pacto Pela Vida é uma tarefa, em última instância, de todo o Governo. Mas, quem tem o PPV como o centro de sua atividade é a Secretaria de Defesa Social (SDS). A SDS tem 10 anos. Como se sabe, no período do Regime Militar, entre 1964 e 1985, as polícias militares dos estados foram separadas das secretarias de Segurança e passaram a ser subordinadas também aos comandantes regionais das forças armadas. Essa foi uma das aberrações da ditadura. As atividades, a formação, a carreira dos policiais militares e dos soldados das forças armadas são completamente diferentes. A lei 11.629, de janeiro de 1999, que criou a SDS, corrigiu esse problema. Desde o início permitia a formulação de uma política de segurança pública que unisse os trabalhos das polícias Militar e Civil. E a Constituição brasileira,

como já vimos, dizia que deve haver uma articulação da política de segurança com a sociedade. Mas foi o PPV que tornou tudo isso uma realidade. Em resumo, o plano:

- 1 - articula a segurança com os direitos humanos, tendo como meta principal a garantia do direito à vida;
- 2 - sua ênfase é a prevenção da criminalidade violenta, combinada com a repressão qualificada, com base no uso de inteligência, informação e tecnologia de gestão;
- 3 - tem ações executadas por todas as secretarias de Estado;
- 4 - tem monitoramento e avaliação em todos os níveis de execução de suas políticas;
- 5 - e tem também participação e controle social em todas as áreas, da formulação das estratégias à execução das ações.

A SDS tem cerca de 25 mil funcionários

distribuídos por quatro órgãos operacionais: a Polícia Militar, com cerca de 18 mil pessoas; a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Científica – com peritos, legistas, serviços de identificação – com os 7 mil restantes. O PPV fortaleceu bastante a SDS com gente, equipamentos e orçamento. Desde o início do Governo, cerca de 7 mil pessoas foram contratadas. Os salários foram elevados, de um modo geral, depois de vários anos sem aumento. Foram compradas mais e melhores armas, o Governo criou um sistema de locação de viaturas que multiplicou seu número e disponibilidade. Para ficar num exemplo: a área de Santo Amaro, a do centro velho do Recife, uma das mais problemáticas, tinha 8 viaturas policiais velhas para os serviços de patrulhamento e ações da Polícia Militar. Agora, conta com 26, novas. Além do dinheiro e dos materiais, talvez o mais importante tenha sido a mudança de direção, de métodos. Cerca de 40% dos quadros dirigentes da SDS foram nomeados pelo atual

Governo. Na direção da Polícia Militar, por exemplo, está hoje um coronel que é um dos raros oficiais que começou como soldado da tropa. E que fala e pratica uma política de repressão realmente qualificada. Ele diz: “A PM não é respeitada. Ela é temida, o que é diferente. Nossa cultura é a da repressão, da polícia de passagem, não de permanência. A população disca o 190. Vamos lá, trocamos tiros, chutamos os cachorros, encostamos os cidadãos nas paredes, mandamos abrir as pernas, revistamos, fazemos flagrantes. Quando saímos, fica todo mundo revoltado. Porque, muitas vezes, nos achamos com direito de ser, ao mesmo tempo, polícia, delegado, juiz, carrasco e coveiro do povo. Precisamos de outra Polícia Militar, da polícia de participação, mais próxima do cidadão, do povo que é nosso padrão, especialmente do povo pobre, carente”. O coronel compôs com um amigo o frevo Polícia Amiga. “É a força da paz/uma nova consciência/polícia amiga/ Pernambuco traz”, diz a letra. E criou, de fato, uma polícia assim, agora em desenvolvimento em algumas comunidades. Os policiais recebem cursos de direitos humanos, de relações interpessoais, de mediação de conflitos, de informática. Têm metas de visitas regulares aos moradores das comunidades para as quais são destacados. Definem os roteiros de suas rondas a partir de discussões com os moradores. Expõem os seus celulares nos carros em que circulam para

serem chamados diretamente e não através do 190. A Polícia Amiga está até promovendo eleições, nas quais a comunidade elege os dois melhores policiais, que são premiados pela chefia da Polícia Militar com um fim de semana com a família em Porto de Galinhas, no hotel de férias da Polícia Militar, com todas as despesas pagas.

Um dos melhores exemplos da polícia do PPV é o da área de Santo Amaro, com cerca de 30 mil moradores. Além do centro histórico, ali ficam três grandes aglomerações muito pobres, com habitações precárias. Para a área foi nomeado, em junho de 2007, um major de 44 anos – hoje, coronel e no comando da Polícia Militar para todo o Recife. A instrução que recebeu, ele diz, era simples: “Fugir da burocratização, integrar-se com a Polícia Civil e com a população da área”. Ele procurou seguir as instruções à risca e dar o exemplo para entusiasmar os novos, promovidos ou recém-chegados, conta.

Os resultados foram espetaculares. No ano passado, o presidente da República e o ministro da Justiça estiveram em Santo Amaro para incluir a área no projeto federal dos Territórios da Paz. No dia 23 de dezembro houve festa no bairro, com a banda da Polícia Militar. Foi o comandante da corporação e levou a mulher. E até dançaram. No domingo, 8 de novembro deste ano, o governador deu o pontapé inicial no jogo de abertura

do Primeiro Campeonato de Futebol Santo Amaro Pela Paz. A área tinha tido 72 mortes intencionais violentas em 2005 e o mesmo número em 2006. Em 2007, teve 59. Em 2008, 31. Neste ano, até o domingo da abertura do campeonato, teve apenas 14. A última morte tinha sido 48 dias atrás, a de Ericleiton, o “Ratinho”, de infância pobre, abandonado pela mãe, usuário de crack desde a escola. Essa história o coronel, que hoje comanda a Polícia Militar, no Recife, ouviu da primeira professora do rapaz. Ericleiton foi morto com 12 tiros, numa disputa do tráfico de drogas, depois de ter sido posto em liberdade condicional.

A melhoria do desempenho da polícia tem desses casos excepcionais também na área civil. O DHPP, citado no início dessa história, é um dos exemplos. O departamento é um dos três da SDS encarregados das investigações criminais: trata dos crimes violentos, enquanto os outros dois – o Depatri e o Denarc – cuidam dos crimes patrimoniais e dos ligados ao narcotráfico.

Comandado por um jovem delegado recém-promovido, o DHPP, também com mais gente e mais recursos, sofreu uma mudança radical. Ajudou a planejar e foi o executor direto de um quinto das 25 operações de prisão de quadrilhas para assassinatos e tráfico de drogas. No final de outubro comandou, junto com a Polícia Militar, uma operação



no Recife com mais de 600 policiais, preparada durante seis meses, que prendeu, numa mesma madrugada, 52 pessoas, entre as quais cinco policiais militares, sendo dois deles da inteligência da organização. A prisão das quadrilhas de extermínio e de drogas tem um significado especial, diz o delegado. Somados, diz ele, mostrando um gráfico em forma de pizza, eles constituem quase 40% dos crimes. Os latrocínios, que tanto assustam a classe média e tanta repercussão têm na imprensa, são menos de 1% das ocorrências. Os crimes de droga e de extermínio envolvem geralmente gente pobre morando em área precária. “E nós realizamos todas essas operações

sem uma morte, sem uma denúncia de torturas ou maus-tratos”, diz. O DHPP enviava à promotoria pública, para a abertura de processo judicial, algumas dezenas de inquéritos concluídos por ano. Passou a enviar uma centena, por mês. Desencavou e, na maioria dos casos, resolveu processos que estavam parados há uma década. No balanço de outubro, tinha encaminhado à Justiça 1.088 representações – 722 de casos atuais, 316, de casos velhos. Em 96% dos casos a autoria do crime era apontada. Mas, o que é mais representativo das dificuldades de mudar a situação da

segurança: 58% das representações feitas à Justiça – com a autoria do crime apontada e o pedido de prisão preventiva do autor ou autores solicitado – não tinham sido despachadas, ou pelos promotores ou pelos juízes. O Governo do Estado está trabalhando com a promotoria e o juizado para resolver essas dificuldades. O auxiliar do governador para a área jurídica, com assento na cabeceira da mesa do Comitê Gestor do PPV, como citado na cena de abertura de nossa história, é um desembargador aposentado que articula esse trabalho e frequentemente leva juízes e promotores para participar da reunião.

PENSANDO NO FUTURO

A quarta maior obra do Governo de Pernambuco e a maior do País, no setor de segurança, é um projeto feito com a iniciativa privada, de um Centro Integrado de Ressocialização, diz o secretário encarregado do setor prisional. O orçamento da Secretaria Executiva de Ressocialização, que cuida dos cerca de 20.000 presos que ele comanda, foi multiplicado por quatro. Ele contratou mais agentes. Acordos com 20 empresas lhe permitiram oferecer cerca de 1.000 empregos para os presidiários. O presídio Aníbal Bruno, que era visto como o pior do País, está há meses sem uma rebelião. Mas ele não está satisfeito. É também o coordenador, no Comitê Gestor do PPV, da câmara de articulação dos trabalhos de reintegração dos criminosos à vida social depois do cumprimento da pena. “Encher as cadeias e presídios com meninos que se corrompem com os bandidos que lá estão não ajuda a resolver, complica o problema de segurança”, diz. “O presídio hoje é, sem dúvida, uma escola do crime”. Para lá vão basicamente pobres e jovens – entre



60% a 65% dos presos em Pernambuco têm de 18 a 28 anos, ele diz. “Avalio que um terço desses 12 mil jovens poderia ser solto e as penas serem cumpridas em liberdade com monitoramento. Mas reconheço que é difícil fazer isso. Há dificuldades legais. A Lei das Execuções Penais em vigor, por exemplo, não contempla o monitoramento”, afirma ele. “E há muitos outros problemas. Muita gente de classe média e alta se julga segura com mais prisões”. Reduzir a criminalidade é, com certeza, uma tarefa complicada. Ela não subiu, no País inteiro, dos anos 1980 para 2000, tão espetacularmente, por acaso. Para

ter um efeito social profundo na vida de Pernambuco, o PPV deveria funcionar por muito tempo. É claro que isso não depende apenas de vontade. Pernambuco não é uma ilha. Vive num mundo que está atravessando uma crise extraordinária. Mas, se depender do ânimo que se observa na direção do PPV, obtida a meta de redução da criminalidade violenta em 2009, o ritmo seria mantido. Nesse caso, em cinco anos se chegaria ao índice de 20 crimes violentos no Estado para cada 100.000 mil habitantes. E se iria além. E não é uma ambição desmedida. Afinal, nos países desenvolvidos o índice é menos de 5.



O MITO DO IDH

A divulgação do índice é sempre recebida como o resultado de um campeonato. E o debate sobre seu significado é mantido em segundo plano

por Rafael Hernandez

NO INÍCIO de outubro, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) divulgou seu “Relatório do desenvolvimento humano” (RDH), versão 2009, documento publicado anualmente com o intuito de avaliar a situação social das diversas nações do mundo. No Brasil, onde é mais famoso o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apenas um dos vários anexos do RDH, houve quem comemorasse. É que, mesmo estando apenas na 75ª posição entre 182 países que fazem parte do *ranking* do IDH, o País passou a ser considerado de “alto desenvolvimento humano”. Essa qualificação é atribuída ao país que, como o Brasil (que obteve 0,813), supere 0,800 numa escala que vai de 0 a 1.

Diante das amplamente conhecidas mazelas sociais brasileiras, surge uma

questão inevitável: até que ponto o índice reflete a realidade? A dúvida se justifica também porque, nas adjacências da posição brasileira no *ranking* deste ano, encontram-se Bósnia-Herzegovina (76º), Colômbia (77º), Peru (78º), Granada (74º) e Dominica (73º). Como países pobres como esses podem ser considerados desenvolvidos? O próprio relatório aponta o Brasil como o 7º mais desigual do mundo em distribuição de renda, com os 20% mais ricos de nossa população possuindo 40,6 vezes mais renda que os 20% mais pobres.

O RDH e o IDH surgiram como uma tentativa de comparar as díspares realidades encontradas ao redor do mundo e mostrar experiências de sucesso que pudessem de alguma forma ajudar a guiar políticas governamentais na melhoria das condições de vida das populações. Segundo Flávio Comim, coordenador do Pnud no País, com o IDH a entidade pretendeu mostrar que o desenvolvimento não é uma consequência lógica e inevitável do aumento da renda e que deriva de outros fatores. “A qualidade de vida das pessoas depende também da provisão de bens públicos”, diz Comim. A ideia foi a de construir um indicador que substituisse os utilizados até então, especialmente o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB per capita.

Na nova fórmula, foram acrescentados à renda outros dois aspectos considerados básicos, educação e saúde, formando assim “as três dimensões mais elementares do desenvolvimento humano”. O PIB per capita, que nada mais é do que a divisão de toda a riqueza gerada em cada país num dado período pelo número de seus habitantes, foi mantido. Para eliminar as diferenças de custo de vida entre países, seu valor passou a ser corrigido matematicamente pela chamada “paridade de poder de compra”, ou PPC. “O PPC considera o custo de vida relativo dos lugares. Isso porque pode haver um lugar onde as pessoas ganham nominalmente bem, mas tudo é muito caro, e também o inverso”, diz Comim.

No quesito saúde, utilizou-se a expectativa de vida ao nascer. Esse indicador leva em consideração diversos aspectos, como o índice de mortalidade infantil, a taxa de mortes por causa violenta e por doenças como a Aids, para calcular quanto deverão viver, em média, as pessoas nascidas em determinado país e ano. ▶



A terceira dimensão – educação – é mensurada por meio de uma combinação de dois indicadores: o que mede o analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais e o da taxa bruta de matrículas escolares nos níveis de ensino fundamental, médio e superior para indivíduos com idade entre 7 e 22 anos.

Na composição do índice final, renda, saúde e educação têm o mesmo peso e são avaliadas separadamente – cada uma recebe notas que variam de 0 a 1. O resultado é a média dessas notas. No relatório deste ano, o Brasil, por exemplo, obteve 0,761 em renda, 0,787 em saúde e 0,891 em educação, resultando na média final de 0,813.

Essa fórmula tem sido aperfeiçoada desde a criação do IDH, há quase 20 anos, considerando incontáveis sugestões feitas por especialistas. Essas modificações responderam à parte das críticas, mas estão longe de atendê-las por completo, mesmo porque as mais importantes atingem a própria essência do IDH. As avaliações negativas vão desde o número reduzido de dimensões levadas em conta, passam pela não ob-

servância de pressupostos como liberdade política, direitos civis e meio ambiente e chegam à constatação de problemas na comparação de dados entre os diversos países (definições utilizadas, técnicas de amostragem, metodologia, condicionamento social e político).

Um estudo dos pesquisadores José Ribeiro Soares Guimarães e Paulo de Martino Jannuzzi, por exemplo, questiona a generalização que esse tipo de índice apresenta ao não considerar “as disparidades existentes no interior de cada país”, especialmente na questão da distribuição de renda.

Os pesquisadores citam o RDH de 1994, que recalculou o IDH considerando essa desigualdade, dividindo a participação dos 20% mais pobres pela participação dos 20% mais ricos e multiplicando esse resultado pelo IDH geral do país. A fórmula só pôde ser aplicada a 55 países devido à baixa disponibilidade de dados, mas mostrou um resultado expressivo. O IDH recalculado caiu de forma generalizada – como esperado, países com distribuição de renda mais perversa, como o Brasil, foram os que mais

sofreram. O índice nacional caiu mais de 40%, de 0,756 para 0,436, rebaixando o País sete posições no *ranking*. Em 1997, foi feito teste semelhante e Cuba, um país pobre, mas com distribuição de renda bem mais equânime, subiu nada menos que 40 posições.

Outro ponto questionado é a extrapolação de dados. Mesmo considerando apenas três aspectos básicos, os dados não são fornecidos anualmente pela maioria dos países. O Pnud usa então os resultados mais recentes e ajusta-os de acordo com as melhorias – ou não – existentes em cada país. No Brasil, por exemplo, a ONU só considera o Censo Demográfico do IBGE como base para o cálculo da expectativa de vida. Como o censo só é realizado decenalmente, a cada ano, com base na divulgação de novos dados sobre violência ou mortalidade por doenças no país, a entidade calcula como tais mudanças alteram a saúde do brasileiro.

Para Antonio Marcelo Silva, da Universidade Federal de Ouro Preto, o problema do índice começa em sua origem, pelo fato de ser uma medida es-

COM AS RIQUEZAS DO PRÉ-SAL CHEGANDO ÀS MÃOS

DE TODOS OS



ABR

Comim, do Pnud: o IDH retrata o desenvolvimento humano, o "básico do básico"

sencialmente quantitativa, e não qualitativa. Segundo ele, o fato de determinado país ter quase 100% de sua população em idade escolar matriculada não é suficiente, pois não revela a qualidade do ensino oferecido. Ele propõe que sejam usados, em conjunto com o IDH, índices qualitativos, que auxiliem a ter uma visão mais detalhada de cada setor.

Comim defende o método utilizado. Reconhece que o IDH captura "uma fatia do que é o desenvolvimento humano", mas afirma que, ao propor o indicador, a ONU nunca teve a ambição de medir esse processo por inteiro, pois a ideia do desenvolvimento é bastante complexa. "O que o IDH faz é retratar um aspecto do desenvol-

vimento, que é o básico do básico para as pessoas viverem."

Silva admite que o IDH representa uma evolução em relação aos índices usados anteriormente. Chama a atenção, entretanto, para um problema maior. "Quando você produz um índice, está apenas tirando uma fotografia da realidade. Só que, no caso do IDH, ocorre uma supervalorização e as pessoas acabam esquecendo que ele é só uma referência à realidade da pobreza, da qualidade da educação e da saúde."

Jannuzzi e Guimarães chamam isso de "mitificação dos indicadores sintéticos". Se, por um lado, os indicadores têm colocado as questões sociais na mídia e levado à instrumentalização política do movimento social, por outro, o sucesso do IDH teria criado uma inversão de papéis, com o indicador se deslocando e ocupando o lugar do conceito. Dessa forma, ocorre "a substituição do todo – o desenvolvimento humano considerado em suas múltiplas e complexas dimensões – pela parte, restrita às três dimensões contempladas pelo IDH". ■

BRASILEIROS,

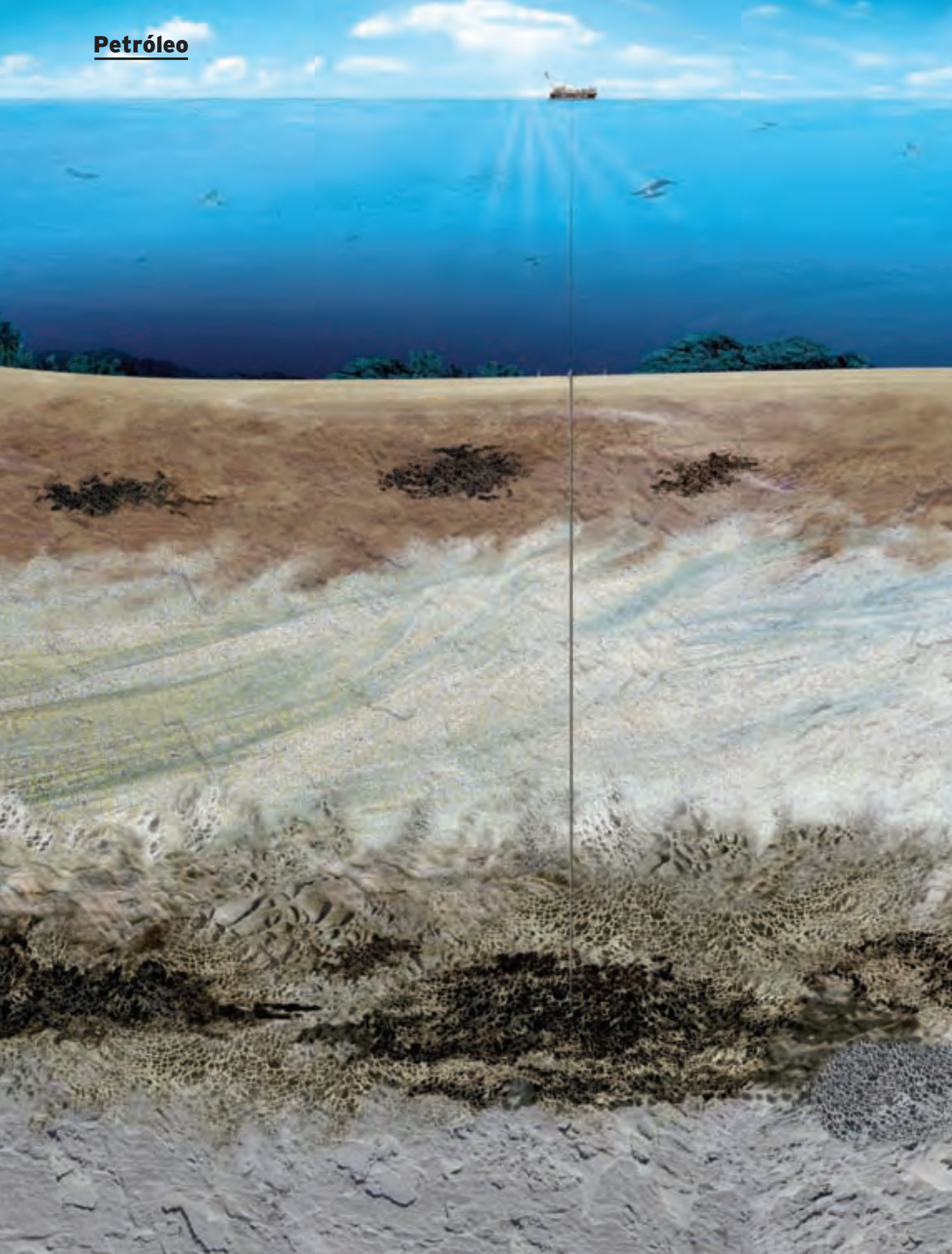
O PAÍS CRESCE CADA VEZ MAIS SOBERANO.

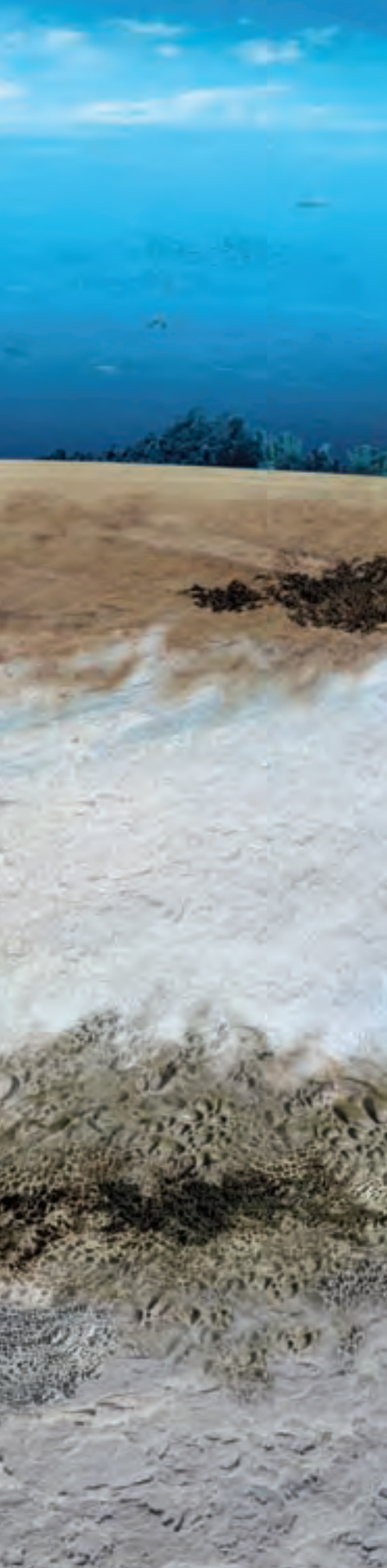
NOVO MARCO REGULATÓRIO PARA O PETRÓLEO E GÁS DO PRÉ-SAL: O BRASIL E A ANP PRONTOS PARA NOVOS DESAFIOS.

A proposta de novas regras para a exploração de petróleo e gás no Pré-Sal abre um novo capítulo na história do Brasil. A maior participação do Estado brasileiro nas receitas do petróleo e seu maior controle sobre o ritmo de produção fortalecem a soberania do País e abrem caminho para acelerar o crescimento, em benefício da sociedade. A ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ajudou a escrever essa história. O grande desenvolvimento do setor, desde a criação da ANP, trouxe mais conhecimento sobre nosso potencial petrolífero e levou a descobertas no Pré-Sal. Tudo isso com regras claras, transparência e respeito aos contratos celebrados. Participante da formulação da proposta de regulação para essa nova fronteira petrolífera, a ANP está pronta para superar os próximos desafios e consolidar mais essa conquista de todos os brasileiros.

LEIRNUTE/dap

Petróleo





UM PLEBISCITO PARA O PRÉ-SAL

O projeto da nova legislação apresentado pelo governo é apressado, precário e concentrador. O povo deveria ser chamado a opinar

por **Ildo Sauer**

1. Por que a pressa?

Em meados do ano passado, depois da descoberta das extraordinárias jazidas de petróleo da camada pré-sal, o governo brasileiro nomeou uma comissão para elaborar novas leis para o setor. Essa comissão passou mais de um ano estudando o assunto, praticamente em sigilo. Há cerca de três meses, ela finalmente cumpriu sua tarefa: foram divulgados quatro projetos de lei para reformar a legislação do petróleo.

Escrevo este artigo após prestar depoimento, no dia 14 de outubro, a uma das comissões do Congresso que estudam o assunto. Naquele momento, a intenção dos dirigentes da Câmara dos Deputados era aprovar as novas leis até o final do mês de dezembro, sob regime de urgência.

Por que a pressa? O governo precisa ter os grandes recursos do petróleo da camada pré-sal porque vai, rapidamente, direcioná-los ao Fundo de Desenvolvimento Social, estabelecido por um dos projetos apresentados?

Não. Suponhamos que tudo corra de modo acelerado e:

1. que a legislação nova seja aprovada ainda neste ano;

2. que no ano que vem o governo promova licitações e a Petrobras e outras empresas, sob um novo regime legal, o da partilha do petróleo obtido, disputem blocos do pré-sal;

3. que em mais três ou quatro anos, após a assinatura dos contratos, as empresas explorem suas áreas e façam os planos para colocá-las em produção;

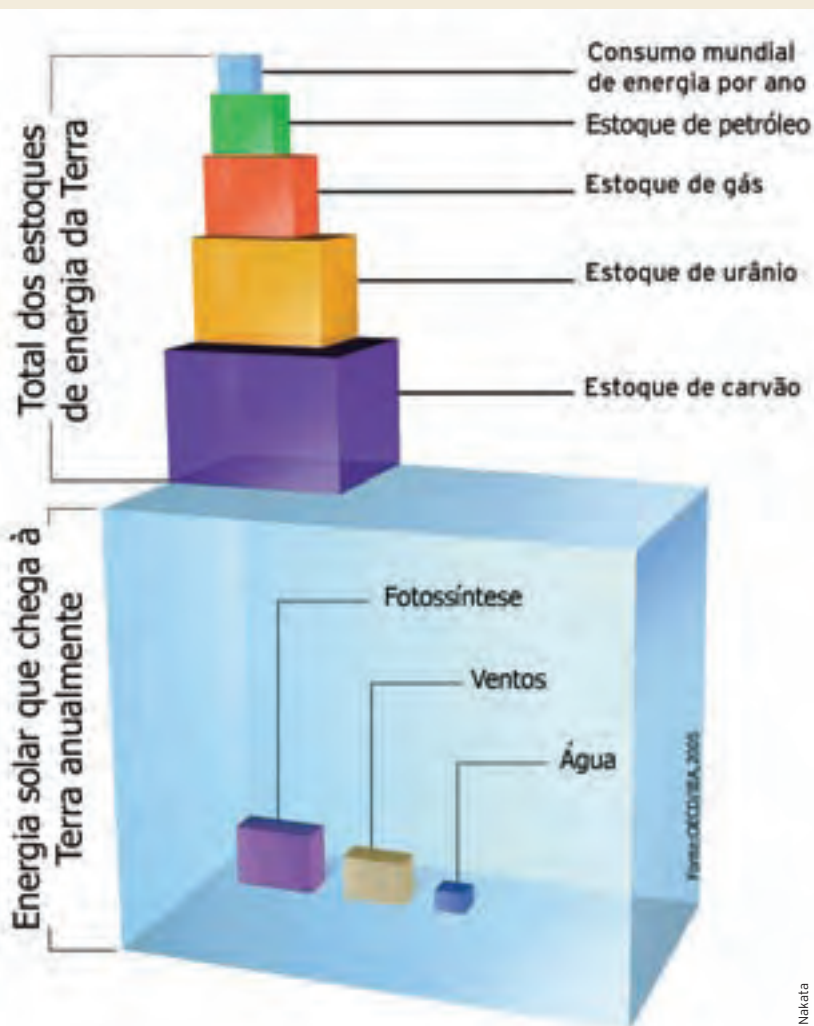
4. que nos três ou quatro anos seguintes elas se dediquem, de acordo com o estabelecido no projeto de lei a respeito, a produzir o petróleo necessário para cobrir seus custos de produção, o chamado “óleo custo”, que elas embolsarão sozinhas;

5. que então, finalmente, quando a produção começar a ser partilhada, a parte do governo vá, em primeiro lugar, para o Fundo de Desenvolvimento Social e, depois, quando esse fundo der frutos, seus rendimentos sejam distribuídos para as atividades econômicas e sociais pretendidas.

De quanto tempo estamos falando? Se tudo der certo, só lá pelos idos de 2018 ou 2020 é que os recursos aparecerão no fundo. Por que a pressa, portanto? Por que as eleições estão ►

A ENERGIA DO PLANETA

A maior parte vem, disparadamente, do Sol. Das energias armazenadas, em volume, o petróleo perde para o carvão, o urânio e o gás



bem próximas e essas novas licitações pressupõem grandes negócios?

Logo após a divulgação da proposta da nova legislação, o presidente da República esteve em Nova York e grandes empresários lhe proporcionaram um jantar para tratar de investimentos no País. Segundo o diário *Valor Econômico*, o ágape custou mais de 700 mil dólares. E duas empresas do setor de petróleo – a de um empresário brasileiro, a OGX, e outra, multinacional, a Exxon Mobil – pagaram a maior parte da conta: cada uma contribuiu com 200 mil dólares.

A pressa das petroleiras internacionais em se apossar do direito a grandes reservas de petróleo é visível. É fácil de compreender: suas reservas são uma fração mínima do que eram nos anos 1960, quando, de certo modo, mandavam no mundo. Mas essa pressa não interessa ao País.

A meu ver, para tratar devidamente da nova situação criada pela descoberta do petróleo da camada pré-sal, que pode ter extraordinárias repercussões na vida do povo brasileiro, este deveria ser chamado a opinar por meio de um plebiscito, a ser convocado

para se realizar concomitantemente com a eleição presidencial de 2010. Deveriam ser feitas as duas perguntas seguintes:

1. A União deve retomar e exercer o monopólio sobre o petróleo e promover sua extração e produção vinculada exclusivamente ao financiamento de um plano nacional de desenvolvimento econômico e social?

2. A Petrobras deve ser reestatizada e ser a executora do monopólio?

2. Energia, trabalho e renda

A humanidade sempre esteve presa à questão da apropriação social da energia. Nossa espécie, o *homo sapiens sapiens*, tem cerca de 200 mil anos. Na maior parte desse tempo, vivemos caçando e coletando aquilo que a fotossíntese, a energia do sol apropriada pela natureza, nos oferecia.

O desenvolvimento da agricultura foi uma revolução. Há 12 mil anos, aprendemos a controlar a fotossíntese. Seleccionamos plantas e animais que se alimentavam dessas plantas para a nossa alimentação, transporte e trabalho. Surgiram as sociedades agrárias que em uns poucos milênios se espalharam por todos os continentes. Mas eram sociedades bem limitadas, que se utilizavam amplamente do trabalho escravo. Dependiam da natureza e do trabalho físico humano e de alguns animais para garantir a produção dos meios necessários à sua existência.

Uma nova e profunda transformação começa a ocorrer no final do século XVII com a Revolução Inglesa e consolida-se por volta do final do século seguinte com as revoluções Americana e Francesa. Sua base energética é o aproveitamento do carvão, sua queima para o aquecimento de água e a produção de vapor para acionar êmbolos e mover máquinas – teares, trens, navios.

Essa nova base técnica tornou-se essencial para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, que se aproveitou de um novo regime de trabalho, com mão de obra assalariada. O trabalhador, o camponês expulso do campo, que não tinha mais os meios de produção – trabalhava com os do patrão –, passou a ter uma produtividade muito maior, porque, ao valor

novo que agregava às mercadorias com seu trabalho vivo, somou-se – num tempo muito curto, em função da velocidade das máquinas – o valor do trabalho morto, do desgaste dessas máquinas, equipamentos e edificações de propriedade do dono da fábrica.

Essa nova base técnica e o próprio sistema capitalista sofreram uma espécie de segunda revolução no final do século XIX, quando surgiram as telecomunicações, o gerador, o motor e a transmissão elétricos e, principalmente, o motor de combustão interna à base de gasolina e de óleo diesel, que substituiu os cavalos e as carruagens e deu origem à indústria automobilística.

Do ponto de vista social, é a fase em que o capitalismo se monopolizou e formaram-se os cartéis, associados ao sistema financeiro. Ocorreu uma intensificação extraordinária da produção de bens e mercadorias e de sua circulação e consumo em escala e velocidade sem precedentes, graças ao petróleo.

O petróleo é a principal fonte de energia dessa fase, do modo de vida urbano-industrial que persiste até agora. É a mais flexível, a que mais facilita a produção e o consumo. Permite mover máquinas sem depender de redes estruturadas e caras. Daí seu enorme valor. A relação entre o custo de produzi-lo e o valor excedente que sua apropriação permite gerar, por ser introduzido no processo social de produção e de circulação, é enorme.

Hoje se produz petróleo a um custo que varia entre um e dez dólares o barril equivalente, e seu valor no mercado oscilou nos últimos anos entre 60 e 150 dólares o barril. Um excedente enorme, de mais de 50 dólares por barril. O que está em disputa, não só aqui, mas em todos os cantos do mundo, é isso. O Congresso Nacional vai ter a responsabilidade extraordinária de decidir sobre quem ganhará com as grandes rendas a serem propiciadas pelas reservas do pré-sal, uma das últimas grandes fronteiras mundiais do petróleo.

3. O custo das alternativas

No debate atual do petróleo, a questão das alternativas de geração de energia tem enorme importância. Isso precisa

ser visto também com precisão. Um exame detalhado do gráfico “A energia do planeta”, que mostra o balanço energético da Terra, ajuda nesse esforço. Os cubos representam volumes de energia. O maior, na parte de baixo, corresponde à energia anual do Sol que chega até nós. Dos três cubos em seu interior, o maior representa a fotossíntese, a energia solar que se transforma em vegetais. O médio, a energia do Sol que esquentando de maneira diferencial as massas de ar da atmosfera e se transforma em ventos, a energia eólica. E o menor corresponde ao ciclo hidrológico: a água evapora, sobe para as nuvens, precipita-se como chuva, corre pelos rios e permite mover rodas d’água e turbinas de hidrelétricas.

Em cima do cubo que mede o fluxo anual da energia solar estão, de baixo para cima, os que correspondem aos estoques de outras formas de energia:

O petróleo requer muito menos trabalho e capital do que as energias alternativas

carvão, urânio, gás e petróleo. No topo, está a figura que mostra o total de energia consumida anualmente.

Da comparação dos diversos volumes conclui-se que a energia natural que chega do Sol anualmente é muito maior do que a de qualquer das outras formas, tanto das de fluxo – fotossíntese, eólica e hidráulica – como das de estoque – carvão, urânio, gás e petróleo. Por que, então, empresas e Estados se interessam tanto pelo estoque de petróleo, matéria-prima que está se tornando cada vez mais difícil e cara de se extrair? Quando a indústria petroleira começou, o que se chama de energia líquida disponível era da razão de 1 para 100. Ou seja: gastava-se o equivalente a um barril de petróleo para obter cem barris. Hoje, a razão está em 1 para 30: gasta-se, de capital e trabalho humano, o equivalente a um barril de petróleo para produzir apenas 30 barris.

Deve-se ver, entretanto, o problema desse custo cada vez maior comparativamente. Atualmente, a fonte alternativa ao petróleo mais competitiva, o etanol brasileiro, tem uma relação de 1 para 8, e o biodiesel, o óleo diesel produzido a partir de vegetais, de 1 para 1.

Em resumo, o trabalho e o capital necessários para a apropriação social do petróleo, ou, dito de outra forma, o trabalho vivo e o trabalho morto usados para colocar o petróleo no processo de produção, circulação e consumo são muito menores do que o exigido pelas energias alternativas. Estamos falando do mundo real, das sociedades urbanizadas de hoje, com indústrias automobilísticas enormes nos países ricos e crescentes em importantíssimos países em desenvolvimento, como a China, por exemplo.

Por isso, o mundo todo quer petróleo. Não porque não exista fonte natural de energia no planeta. E também não porque seja desnecessária uma mudança de modelo de desenvolvimento social que utilize muito menos o automóvel como meio de transporte individual, por exemplo.

Para que ocorra essa mudança de padrão, entretanto, não basta apenas vontade: é preciso desenvolver as forças produtivas, investir em novas tecnologias para que elas elevem sua produtividade, e, ao mesmo tempo, trabalhar para que ocorra uma mudança de modelo social.

4. Por que o monopólio estatal?

As formas básicas de operar o petróleo – monopólio público operado por empresa estatal, contratação para prestação de serviços, produção compartilhada e concessão de áreas – já foram bastante expostas. Não se destacou, no entanto, o seguinte: o monopólio público exercido por operadora estatal é a forma mais simples e mais amplamente utilizada. É o regime adotado pela Arábia Saudita e por todos os outros países com grandes reservas, como Irã e Venezuela. Nesse caso, quando necessário, a estatal subcontrata a prestação de serviços e até mesmo, embora raramente, negocia áreas de produção compartilhada.

Os regimes da partilha e das concessões eram hegemônicos em ►

outra época, a dos anos 1960, quando as grandes multinacionais do petróleo, as chamadas Sete Irmãs – Shell, Esso, British Petroleum e outras –, detinham perto de 90% das reservas mundiais, em comparação com os menos de 10% que controlam atualmente. Hoje, as Sete Irmãs do petróleo, como disse *The Financial Times* recentemente, são as companhias nacionais Saudi Aramco, saudita; Gazprom, russa; CNPC, chinesa; NIOC, iraniana; PDVSA, venezuelana; Petrobras; e Petronas, malaia.

O regime de monopólio público exercido por operadora estatal passou a ser adotado na medida em que os países mais pobres foram se dando conta do enorme excedente gerado pelo petróleo e da necessidade de controlá-lo. Vejamos em detalhes os números do balanço da Petrobras (ao lado). Isso proporcionará uma espécie de radiografia do que ocorre hoje no setor de petróleo no Brasil, quando a estatal tem quase o monopólio da produção, e ajudará a ver como poderá ser no futuro, com o sistema híbrido que o governo pretende estabelecer. Como se sabe, o governo quer manter a abertura estabelecida para o capital privado com o sistema de concessões criado em 1997 e, para as áreas da camada pré-sal e outras consideradas estratégicas, quer estabelecer o sistema de partilha da produção.

Do balanço, destacamos, em primeiro lugar, no valor líquido adicionado pela Petrobras, 97 bilhões de reais como renda paga aos governos. Essa cifra corresponde a 85 bilhões de reais – transferidos para União, estados e municípios por conta de *royalties*, participações especiais e bônus exigidos nos contratos de concessão atuais – mais 12 bilhões de reais de lucros e dividendos repassados ao governo federal por conta dos 40% de ações que tem da empresa. A soma corresponde a praticamente 70% de toda a renda extra agregada pela Petrobras.

Isso significa que, mesmo mantendo a legislação atual, deve aumentar – e muito – a receita dos governos graças ao crescimento da produção com as jazidas da camada pré-sal. Numa escala de países com as maiores reservas de petróleo, o Brasil ocupava até recentemente o 17º lugar, com 14 bilhões de barris. Com as primeiras descobertas na camada pré-sal, nos-

RAIO X

Dados do balanço da Petrobras do ano passado (em bilhões de reais) ajudam a compreender o setor petrolífero brasileiro

Receitas	316
Despesas	174
• materiais consumidos	48
• energia e serviços	52
• materiais comprados para revenda	53
• depreciações e amortizações	11
• outras despesas	10
Valor adicionado	142
• pessoal (salários e benefícios)	15
• governos (impostos, taxas e contribuições)	85
• lucros e dividendos, dos quais 12 bilhões de reais são da União	31
• juros e aluguéis de equipamentos e instalações	11

sas reservas subiram para 20 bilhões de barris, o que nos colocou em 12º lugar, logo após os EUA. Quanto petróleo existe na camada pré-sal? Oitenta bilhões de barris? Cem bilhões? Duzentos bilhões, o que nos levaria para perto da primeira colocação no ranking, onde está a Arábia Saudita?

Sem as reservas da camada pré-sal, produzimos atualmente 2 milhões de barris de petróleo por dia. Se tivermos 100 bilhões de barris, poderemos produzir, digamos, por 30 anos – tempo ao fim do qual se estima que a era do petróleo atingirá seu estertor –, 10 milhões de barris por dia. Isso corresponderia, partindo das contas da Petrobras já citadas, a uma receita estatal extra cinco vezes maior que a do ano passado (que foi, como vimos, de 97 bilhões de reais), ou seja, de cerca de 500 bilhões de reais por ano, algo próximo a toda a arrecadação tributária atual, que é de 800 bilhões de reais.

Há um consenso, até mesmo com as grandes petroleiras estrangeiras, de que a fração que cabe aos governos pode aumentar nos novos contratos a serem feitos. Suponhamos que essa participação estatal se eleve – por um aumento das participações especiais nos contratos de concessão, como preferem as petroleiras, ou pelo

sistema de partilha, proposto pelo governo – dos atuais 70% para 80% ou mesmo 90%.

Isso resolve o problema da apropriação da renda do petróleo? Não. Hoje, os governos das três esferas federativas destinam esses recursos para cumprir metas de superávit primário e pagar os juros de sua enorme dívida interna, além de para outros fins, que não constituem, minimamente um plano estratégico para mudar o padrão de desenvolvimento do País.

A multiplicação desses recursos pelo aumento da quantidade de petróleo a ser produzida com as jazidas da camada pré-sal pode, inclusive, agravar alguns problemas da economia brasileira. Em primeiro lugar, porque a perspectiva clara que está colocada é a de uma ampliação da participação no setor por parte das empresas estrangeiras e de empresas privadas, supostamente nacionais, mas associadas intimamente ao capital estrangeiro.

Com isso, crescerá a sangria do País pela remessa de lucros para o exterior. Como se sabe, essas remessas subiram abruptamente no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: passaram de um pico de 5 bilhões de dólares por ano no último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso para 33 bilhões de dólares no ano passado.

A esse respeito, inclusive, não se pode deixar de destacar os 11 blocos arrematados em novembro de 2007 pela OGX na área do pré-sal, na Nona Rodada de Licitações. A empresa é de propriedade de um empresário brasileiro que mais pode ser caracterizado como um *broker*. Ele não se dedica basicamente à produção, mas à compra e venda. Recentemente, vendeu para a Anglo American, por 5,5 bilhões de dólares, explorações de minério de ferro que tinha em regiões de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Amapá.

No quadro das contas de 2008 da Petrobras podem ser vistas as pistas de como a participação estrangeira aberta, ou disfarçada, como no caso citado, pode aumentar em vários sub-setores da indústria petroleira. Basta somar, nas despesas, os materiais consumidos, os serviços comprados, as amortizações e depreciações e, no valor adicionado, o que é repassado

a terceiros como remuneração por capital emprestado ou máquinas alugadas.

Chega-se a uma soma equivalente aos cerca de 100 bilhões de reais que a Petrobras transferiu para os governos naquele ano. Em todos os itens dessa soma já existe uma participação estrangeira grande. Que pode aumentar.

Assim, mesmo que no valor adicionado pelas empresas ganhadoras das licitações futuras as transferências para o governo aumentem em relação aos 85 bilhões de reais de 2008 e os lucros e dividendos diminuam em relação aos 30 bilhões de 2008, pode crescer, e muito, a remessa de lucros e dividendos para o exterior em função do crescimento da participação estrangeira.

O governo está atento ao crescimento da participação estrangeira na indústria brasileira e ao fato de que, com a crise, elevou-se ainda mais a tendência de o País ser principalmente um exportador de produtos primários e semielaborados? De palavra, sim. Por intenções, aparentemente. De fato, não. No projeto de lei para as licitações do pré-sal, o governo estabeleceu que a Petrobras será a única operadora, algo que é, a meu ver, muito positivo. Com isso, ela pode manter sob controle público o processo das compras de equipamentos, materiais e serviços do setor. Mas esse controle público que a lei sugere garantirá uma apropriação da renda que seja nacional efetivamente?

Não. A legislação atual não estabelece uma distinção entre empresa nacional e empresa estrangeira. É considerada nacional toda empresa estabelecida no país, não importa qual seja a origem do capital que a controle. O aumento do controle da economia do País pela elevação do estoque de capital estrangeiro instalado aqui vem produzindo um fenômeno igual ao da chamada doença holandesa do petróleo: uma valorização da moeda nacional pela entrada desses capitais que dificulta as exportações, facilita as importações e prejudica a indústria nacional.

Mesmo sem estarmos exportando grandes quantidades de petróleo, como se espera no futuro, já temos o problema, como se pode perceber pelo fato de o governo ter taxado, com um imposto de 2%, as entradas de capital

no País para compra de ações e de títulos de renda fixa. Se a participação das petroleiras estrangeiras no setor de petróleo se ampliar, o problema só vai se agravar.

5. Por que o plebiscito?

A questão da apropriação da renda do petróleo da camada pré-sal precisa ser vista de um ângulo efetivamente nacional, o que implica levar em conta os interesses populares. São esses interesses que fazem que seja necessário produzir no País cada vez mais equipamentos e serviços sofisticados, que gerem empregos com salários tão bons ou melhores que os da Petrobras, expressos nos 15 bilhões de reais pagos pela empresa no ano passado a seus funcionários.

Se o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social previsto pelo governo, baseado na renda extra estatal a ser proporcionada pelo petróleo,

É preciso parar as licitações e avaliar com mais precisão o pré-sal

for estabelecido sem levar em conta as intrincadas questões financeiras atuais, ele não servirá aos interesses populares. O governo pode comprar, com a renda petroleira extra, dólares a serem obtidos pelas futuras exportações de petróleo para transformá-los em reservas externas a serem depositadas nesse fundo, a fim de ter um rendimento no futuro para aplicações de interesse social.

Mas como o dólar está em queda no mercado internacional, essa é a política mais sensata? Por que não aplicar em euros ou em yuans? Ou, ainda, por que não produzir somente o petróleo necessário para financiar o plano de desenvolvimento e deixar o restante no subsolo, esperando que, dessa forma, ele se valorize mais do que qualquer outro investimento? Que quantidades de petróleo vender para impedir que uma oferta maior deprecie os preços?

A renda petroleira não será mais bem aproveitada se o governo, que tem o controle da empresa, a) estabelecer como política da Petrobras gastar mais incorporando a seus quadros, nos seus padrões salariais, parte expressiva dos mais de 200 mil trabalhadores terceirizados que hoje efetivamente trabalham para ela, mas ganham bem menos, e b) apoiar, nas empresas que lhe prestam serviços, uma produção cada vez mais avançada no País, que empregue mais trabalhadores cada vez mais qualificados e bem remunerados? Parte do excedente gerado em moeda estrangeira poderá ser neutralizado por importação estratégica de fatores que incrementem a produtividade, a capacidade produtiva e a infraestrutura científica e tecnológica no País.

No meu entendimento, a posição mais prudente e sensata, a que mais atende aos interesses do povo brasileiro, nas condições atuais, é suspender qualquer nova licitação de blocos. Deve-se fazer uma avaliação mais precisa do petróleo ainda não leiloado. A contratação da Petrobras para concluir o processo exploratório, isto é, para conhecer as acumulações, seus limites, desenvolver um plano de avaliação e de desenvolvimento da produção, é essencial. Só assim teremos como planejar a produção.

Proponho também o aumento da participação pública na Petrobras, com recompra de ações pelo governo e incorporação de reservas. Na minha opinião, a empresa deve voltar a ser 100% estatal. Paralelamente, devemos desenvolver um plano nacional de desenvolvimento econômico e social que trate de educação, saúde, urbanização, habitação, saneamento, metrô, inclusão digital, portos, aquaviários, ferrovias, trens urbanos, ciência e tecnologia e que, acima de tudo, garanta recursos para promover a transição energética sustentável. O fundo constitucional a ser criado deve ser uma espécie de caixa para orientar esse processo de vinculação da produção ao plano.

São decisões muito importantes. Acho que o controle da renda petroleira não pode estar sujeito, como nos projetos de lei atuais, basicamente ao arbítrio do presidente da República. Por isso, proponho um grande debate nacional e, ao cabo dele, o plebiscito. ■

UM SÉCULO DE LUTA

Em 1910, os sindicatos começaram a pressionar por um serviço público de saúde. No debate atual, Obama virou alvo dos grupos mais conservadores

por Carlos Azevedo

OS EUA são o único país desenvolvido no mundo que não conta com serviço público de saúde. Barack Obama é o quarto presidente que tenta fazer uma reforma no sistema, dominado pela medicina privada e por convênios que absorvem vultosos fundos públicos, cobram muito caro pelos seus serviços, discriminam os pacientes mais vulneráveis e mantêm sem direito a assistência cerca de 46 milhões de pessoas.

A proposta de Obama foi recebida com grande celeuma. Sob a batuta do Partido Republicano se levantaram – evidentemente com o estímulo material dos planos de saúde privados, cujos lucros indecorosos são alvos do projeto de lei – a imprensa de direita, pastores e religiosos fundamentalistas, movimentos antiaborto, organizações anticomunistas, de defesa da posse de armas e todos aqueles que ainda não se conformaram em ter um presidente negro. Cidadãos dão entrevistas dizendo coisas como: “Trabalhei para ter o meu seguro-saúde e não admito que o dinheiro que juntei seja dividido com imigrantes e vagabundos”.

Um pastor do movimento antiaborto disse que Obama pretendia assassinar milhões de crianças e, por isso, desejava que o presidente morresse. Jorna-



listas e políticos, como a ex-candidata a vice-presidente da chapa republicana, Sarah Palin, difundiam a ideia de que burocratas – e não médicos – passariam a dizer que tipo de tratamento os doentes graves deveriam receber, formando “a fila da morte”, composta por aqueles doentes terminais cujo tratamento seria muito oneroso para o Estado. Simplesmente iriam deixá-los morrer, diziam.

SILÊNCIO CONSTRANGEDOR

Criou-se um clima de escândalo contra o intervencionismo do Estado. Muitos americanos vivem uma contradição entre

suas ideias e a realidade de seu país. Gostam de se imaginar vivendo num paraíso de livre-iniciativa, mesmo o Estado americano sendo o maior e o mais poderoso do planeta. É um Estado indutor da pesquisa tecnológica de ponta, que, em parceria com suas indústrias, produz as armas mais sofisticadas para o Exército, que é de longe o mais potente e tem suas tropas espalhadas por todos os continentes. O que é tudo isso senão a presença do Estado?

Essa imagem da pátria da livre-iniciativa e do livre-comércio sofreu grande abalo com a crise econômica iniciada em 2007 e com a intervenção do Estado, investindo bilhões para impedir a bancarrota dos

bancos e da indústria automobilística. Os teóricos do liberalismo, como os da escola de Chicago e seus seguidores, recolheram-se a um silêncio constrangido. Mas, quando a proposta da reforma do sistema de saúde foi apresentada, recuperaram a voz.

Era uma situação que levava a presença do Estado ao interior das famílias, uma oportunidade exemplar para brandir a defesa da liberdade individual “do jeito americano de ser” contra as ameaças do odiado coletivismo. Locais dos debates, como prédios públicos e praças, têm sido invadidos por multidões vociferantes que, aos gritos e empurrões, vaia, xingamentos, promovem uma baderna que impede os oradores de falar. Os opositores da reforma não querem debater, só tumultuar. Cartazes com retratos do presidente Obama “enfeitados” com um bigodinho e os apelidos de “Hitler” e “nazista” são empunhados pelos manifestantes. Esses grupos, formados por aposentados, desempregados e donas de casa (entre eles, ativistas pagos por sociedades automeadas de “defesa da democracia”), têm conseguido influenciar a opinião pública. Pesquisas mostram queda do apoio à proposta de reforma.

“PLANOS” OPERÁRIOS

O debate sobre a saúde pública nos EUA não é novo, está completando um século. Na virada do século XIX para o XX, só os mais ricos tinham cobertura de saúde, por meio de companhias de seguro. Os operários sindicalizados cotizavam-se nos chamados “fundos da doença”. Se um deles ficasse comprovadamente doente, recebia a metade do seu salário semanal enquanto estivesse fora do trabalho.

Por volta de 1910, o movimento sindical promoveu a primeira campanha para que o governo proporcionasse cobertura de saúde. Naquele momento, Inglaterra

e Alemanha estavam adotando políticas públicas de saúde. Em 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, o movimento cresceu. As companhias privadas de saúde intervieram e lideraram uma intensa campanha. Contrataram pessoas para distribuir folhetos, falar em público e à imprensa. Em clima agressivo, incitavam o medo ao socialismo e ao germanismo e tiravam vantagem do clima de histeria que tomara conta da sociedade durante a então recente entrada do país na guerra contra a Alemanha e, em seguida, a irrupção da Revolução Socialista na Rússia. A campanha, os folhetos, tudo era pago pelas companhias de seguro. Foi

Como Obama, Roosevelt também enfrentou uma campanha poderosa. E teve de recuar

a primeira vez que grupos econômicos se organizaram para fazer campanha e derrotar uma proposta, técnica usada largamente nos dias atuais.

Na década de 1930, durante a Depressão, em meio ao dramático desemprego, o presidente Roosevelt tentou reviver a ideia de uma cobertura pública à saúde. Ele enfrentou uma poderosa campanha em que foi chamado de “socialista”, “comunista” e teve de recuar para não prejudicar, no Congresso, outras ações do New Deal, plano de recuperação da economia. Durante a Segunda Guerra Mundial, o debate sobre a saúde pública

cresceu de novo, como compensação ao congelamento de salários. O sucessor de Roosevelt, Henry Truman, até tentou, mas também foi derrotado.

O presidente Lyndon Johnson, na década de 1960, foi o único que teve certo sucesso, com a aprovação dos sistemas Medicaid e Medicare, o que beneficiou os aposentados, não por acaso, pois estes haviam se tornado um poderoso bloco eleitoral. O último a propor a reforma da saúde e a sofrer uma derrota acachapante no Congresso foi Bill Clinton, na década de 1990.

OPINIÃO DIVIDIDA

O presidente Obama tem criticado os termos em que a questão está sendo colocada. Empenhou-se pessoalmente em trazê-la para o plano técnico e tem debatido detalhadamente a proposta. Tem dito que compreende que as pessoas estejam frustradas por conta da crise econômica e do desemprego. Ele também não está satisfeito, disse, principalmente com o fato de o governo haver sido levado a emprestar bilhões de dólares aos banqueiros e à indústria automobilística para evitar que a economia fosse à bancarrota. A insatisfação da sociedade é justa e compreensível. Mas não entende por que muitas pessoas não enxergam que os planos de saúde privados fazem parte dessa crise. Lembrou que, em 2008, enquanto o país mergulhava na recessão, os planos de saúde aumentaram os preços de seus serviços em 5,5% “e continuaram a recusar tratamento aos pacientes com doenças preexistentes e doenças incuráveis, só querendo atender os que não têm doenças”.

A opinião pública parece dividida meio a meio. No Congresso, os republicanos buscam uma linha de obstrução para arrastar o debate sobre o plano de saúde até 2010, ano de eleição para renovação da Câmara dos Representantes e do Senado. Os democratas se apresentam divididos e essa é uma tendência que pode se ampliar, porque eles têm medo das reações de seus eleitores nas eleições de 2010. Em meados de outubro, porém, a proposta do presidente alcançou uma vitória significativa: foi aprovada na Comissão de Finanças do Senado, inclusive com o surpreendente voto de uma senadora republicana. Bom sinal. Mas as batalhas mais decisivas ainda estão por vir: as votações nos plenários do Senado e da Câmara dos Representantes. ■





Ousadia, persistência,
novas descobertas.

Jovens sonham com desafios e oportunidades, são persistentes e pensam no futuro. A Petrobras não é diferente. Por isso, ela foi eleita mais uma vez a **Empresa dos Sonhos dos Jovens***. É na Petrobras que eles querem construir a carreira profissional e o futuro do Brasil.

* Pesquisa realizada com jovens de 18 a 25 anos pela Cia de Talentos em parceria com a TNS.



Não é à toa que a Petrobras
foi escolhida pela quinta vez
consecutiva a empresa
dos sonhos pelos jovens.



Ministério de
Minas e Energia



O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

DE MÃOS DADAS

O presidente chinês, Hu Jintao, e o primeiro-ministro russo, Wladimir Putin, anunciaram a consolidação de uma "aliança estratégica" na Ásia que pode incomodar EUA e UE

por Yuri Martins Fontes



Getty Images

EM NOVEMBRO de 2004, poucos dias antes da reeleição de George W. Bush à presidência dos EUA, o ex-ministro das Relações Exteriores da China Qian Qichen publicou artigo na *Xinhua*, agência oficial de notícias chinesa, no qual expunha um sentimento comum em grande parte da Ásia. “Os EUA fortaleceram seu controle sobre o Oriente Médio, sobre a Ásia Central e sobre o sudeste e o noroeste da Ásia”, disse ele, explicando que esse controle “testemunha que a campanha antiterror de Washington já foi muito além da autodefesa”. A guerra do Iraque, escreveu Qichen, “provocou um aumento da atividade terrorista no mundo”.

Cinco anos mais tarde, no último mês de março, Ichiro Aso, líder do Partido Democrático Japonês, em campanha eleitoral, deu entrevista à revista *Time* nesse mesmo tom. “O governo Bush começou as guerras no Iraque

e no Afeganistão sem consenso da comunidade internacional”, afirmou. Disse que apoiava a aliança militar com os americanos, mas, “quando os EUA exercerem seu poder sozinhos, o Japão não deverá participar”. No Afeganistão, diz ele, a guerra reduziu a autossuficiência em alimentos para 40%. E concluiu: “O mais importante é dar uma vida estável para os afegãos. Isso significa substituir as armas por arados”.

SOBERANIA E LEI

Poucos meses depois do artigo de Qichen, China e Rússia divulgaram o documento intitulado “A ordem internacional no século 21”, no qual propunham fortalecer os conceitos de soberania, integridade territorial e primazia das leis internacionais. O texto foi lançado em junho, no 60º aniversário de fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), e sugeria

dar grande ênfase ao papel abrangente que ela tem na solução de conflitos de interesse entre os países.

Ao mesmo tempo, chineses e russos mais do que dobraram seu intercâmbio comercial – de 25 bilhões de dólares em 2004 para 57 bilhões no ano passado – e, sobretudo, criaram uma ampla estrutura jurídica para regulamentar a cooperação entre os dois países em todos os aspectos, inclusive militar e financeiro. No âmbito da cultura, criaram um conjunto de programas que são executados em um ritmo anual, em eventos de grande visibilidade pública, e estão construindo universidades técnicas bilíngues e programas de ensino do russo na China e vice-versa.

O objetivo, dizem, é criar laços de confiança e amizade que devem ser o alicerce das relações internacionais na concepção que defendem. Esses princípios constam dos estatutos do principal instrumento da aproximação russo-chi-

nesa – a Organização de Cooperação de Xangai, ou SCO, na sigla em inglês. Ela funciona como um fórum permanente de negociações, criado por iniciativa dos chineses, em 2001, com o objetivo explícito de combater o terrorismo e o tráfico de drogas na Ásia.

O fortalecimento contínuo da SCO levou muitos analistas da diplomacia asiática a falar sobre a possibilidade de uma aliança estratégica entre a China e a Rússia em oposição ao unilateralismo da diplomacia americana, no geral seguida também por Grã-Bretanha, Itália, Alemanha, França e Japão.

A SCO continua mantendo um perfil político discreto, mas a opinião dos seus membros, assim como a dos asiáticos em geral, sobre os conflitos na região não é neutra, como se depreende do texto de Quichen, considerado um mentor da atual diplomacia chinesa, e da entrevista de Azo, que, em agosto, conduziu seu partido pela primeira vez ao poder desde 1945.

SUPERTREM CHINÊS

Todos os acordos negociados na SCO refletem uma postura de independência política e econômica em relação aos EUA e à Europa. Em outubro deste ano, Rússia e China anunciaram a conclusão de dois acordos que reforçam essa impressão por seu impacto potencial – tanto sobre o desenvolvimento da Ásia quanto para o desenvolvimento comum de chineses e russos.

O primeiro estabelece, na prática, um mercado regional de gás natural na Ásia, saindo à frente tanto da União Europeia (UE) quanto dos EUA. O segundo cria uma parceria russo-chinesa para construir uma linha transiberiana de trens de alta velocidade, na qual os russos entrariam com apoio industrial e gerenciamento e os chineses com mão de obra, financiamento e tecnologia, considerada a mais avançada do mundo nesse campo, atualmente.

Para a imprensa ocidental, o que mais chamou a atenção, no caso do gás, foi o volume e o valor das exportações russas à China: 70 bilhões de m³ ao ano, no valor de 3,5 bilhões de dólares. Isso é o dobro do atual consumo de gás pela China. Mas o que realmente faz diferença são os termos do negócio: preço, duração do contrato e forma de financiamento.

O debate em torno desses pontos envolve principalmente russos, europeus e os EUA (que entraram no mercado de gás entre 2005 e 2006). Mas, em maio deste ano, Rússia e China montaram uma proposta comum para o mercado regional – acertada entre elas e em diversos fóruns asiáticos – e a apresentaram à UE. Seria um xeque ao rei para “persuadir a União Europeia da necessidade de regulamentar o mercado”, segundo a *Xinhua*.

No contrato específico apresentado em outubro (há muitos outros em negociação na SCO), apenas a duração foi divulgada até agora: 20

Persuadir a União Europeia da necessidade de regulamentar o mercado de gás

anos. Mas bastou para convencer a maior parte dos analistas do interesse de China e Rússia em estabelecer relações comerciais de longo prazo. A expectativa é de que o financiamento responda à mesma preocupação: seu custo deve ficar na casa dos 5% ao ano, considerado uma barganha pelos especialistas.

Quanto ao preço, calcula-se que seguirá o valor fixado, no final do ano passado, para o petróleo: 20 dólares o barril, que era metade do preço internacional à época e um terço do valor projetado para 2017 (quando o gasoduto ficará pronto; até lá, o gás segue por ferrovia da Sibéria até Danqin, no nordeste da China). O cálculo foi feito pelo analista americano Stephen Kotkin, da Universidade de Princeton.

A essas vantagens é preciso acrescentar as possibilidades de desenvolvimento propiciadas pela construção dos gasodutos (existe mais um em negociação, em Xinjiang, no noroeste chinês). No caso do trem, o jornalista inglês David Briginshaw calculou, no *International Railway Journal*, que a cadeia de negócios articulada pela

execução do projeto deve movimentar pelo menos 380 bilhões de dólares nos próximos anos.

Negócios baratos, com forte foco na produção e de longo prazo são ingredientes que podem viabilizar o desenvolvimento da Sibéria, hoje estagnado, apesar do mar de recursos minerais e energéticos que a região possui. Povoá-la interessa tanto a russos, chineses e à SCO quanto a coreanos e japoneses.

O trinômio que pode cimentar o interesse de países tão distintos politicamente é “paz, estabilidade e prosperidade”, definiu o presidente chinês, Hu Jintao, em outubro, ao anunciar os acordos do gás e o ferroviário. Falou ao lado do primeiro-ministro russo, Vladimir Putin, acrescentando que os dois países também decidiram consultar um ao outro sobre o lançamento de mísseis balísticos. A *Xinhua* comentou que era uma demonstração de confiança, consolidando a “aliança estratégica” de China e Rússia.

ASPIRAÇÃO: PAZ

Putin estava em Pequim para o encontro anual de primeiros-ministros da SCO, os quais, ao final, divulgaram uma declaração dizendo que “mudanças sérias estão acontecendo no ambiente internacional” e que existe um “novo espírito dos tempos”, composto de dois pontos: “a aspiração à paz e ao desenvolvimento sustentado e a promoção da cooperação entre iguais”.

O total de acordos em negociação entre a China e a Rússia não é conhecido, mas, somente na área de gás e petróleo, pode chegar a 100 bilhões de dólares, disse o presidente russo, Dmitri Medvedev, durante a reunião de cúpula da SCO, em junho deste ano, em Moscou.

Na semana seguinte, defendendo os mesmos princípios, a China sediou um encontro da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean, integrada por Tailândia, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja). Na prática, discutiu-se a possibilidade de adicionar investimentos produtivos no âmbito da zona de livre-comércio do Sudeste Asiático que começa a funcionar em 1º de janeiro de 2010, incluindo a China, o Japão e a Coreia do Sul. A

perspectiva é de que Rússia e Irã sejam fornecedores privilegiados de petróleo e gás ao grupo.

Parte dos analistas acredita que esses movimentos são apenas conveniência – nada sólido. “Eu não compro essa de que a China é o futuro da Rússia”, afirma, por exemplo, o consultor Chris Weafer, do banco Uralsib, de Moscou. “A Rússia sempre esteve voltada para a Europa”. Também cético, Stephen Kotkin acredita que a China está só se aproveitando da Rússia, que precisa vender petróleo e gás porque o investimento externo fugiu de lá, depois da crise. Diz que os dois países disputam a hegemonia regional e não vão superar as respectivas ambições.

Um pouco menos cético, o ex-diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI) Simon Johnson explicou ao diário americano *The New York Times*, em maio, que o “poder econômico se traduz em poder político”. E a China, diz ele, “está fazendo amigos”. Anna Konopatskaya, da Universidade Politécnica de São Petersburgo, vai nessa direção, mas inverte a equação, dizendo

que nos últimos anos “surgiu um novo discurso político” e não seriam apenas negócios de ocasião.

“AGRESSÃO” RUSSA

“Os dois países apostam numa perspectiva de longo prazo e no compromisso de um desenvolvimento comum”, diz ela, avaliando que “ambos têm, claramente,

Ambos apostam numa perspectiva de longo prazo e desenvolvimento comum

alguma coisa a ganhar”. Essa análise parece consistente com o comportamento comum da China e da Rússia em diversos episódios políticos recentes, especialmente a invasão da Ossétia do Sul pela Geórgia, em agosto de 2008.

Havia, nesse caso, uma divergência de fundo importante: o reconhecimento russo, depois do conflito, da independência da Ossétia – um possível caso de separatismo, condenado tanto pela diplomacia chinesa quanto pela SCO. A imprensa chinesa mesma destacou, inicialmente, que inúmeros países ainda consideram a Ossétia parte da Geórgia.

O governo Bush pressionou fortemente a Rússia, acusando-a de “agredir” a Geórgia – mesma palavra usada por vários países europeus e pelo então candidato e atual presidente Barack Obama. Hu, no entanto, teve uma reunião de emergência com Putin, e o fato é que, uma semana depois, a SCO divulgou um comunicado sobre o confronto, declarando “apoio ao papel ativo da Rússia em promover a paz e a cooperação na região”. Registre-se que, em setembro deste ano, a comissão da UE encarregada de apurar responsabilidades concluiu que o conflito foi um ataque violento e premeditado da Geórgia contra a Ossétia do Sul. ■

PLANETA ÁSIA

China e Rússia montam uma estratégia comum de desenvolvimento independente das grandes potências. A ideia atrai os países asiáticos e pode desequilibrar a geopolítica mundial





GUERRILHEIRO, ESTRATEGISTA, POETA

Morto há 40 anos, o líder vietnamita marcou a história do século XX mostrando como uma guerrilha popular podia derrotar exércitos armados com a mais alta tecnologia

por Flávio Diegues

NA ÚLTIMA metade do século passado, o Vietnã ocupou o centro da atenção internacional ao vencer, sequencialmente, três grandes impérios: o Japão, a França e os EUA. Um ataque cardíaco impediu que o grande articulador e símbolo dessa luta – Ho Chi Minh, pseudônimo de Nguyen Tat Than – pudesse contemplar a libertação definitiva de seu país. O Tio Ho, como era carinhosamente chamado, faleceu em 3 de setembro de 1969, quatro anos antes da vitória final, em março de 1973, contra os EUA. Nos seus últimos escritos, quase octogenário, Ho Chi Minh havia pedido para não lhe darem um grande funeral, “para não desperdiçar dinheiro nem tempo do povo”. Mas os vietnamitas pararam o país para lhe dizer adeus.

O Vietnã estava, em 1969, lutando de maneira praticamente contínua desde a Segunda Guerra Mundial para se livrar do passado de colônia. Era protetorado francês desde 1897, ainda com o nome de Indochina. Ocupado pelos japoneses em 1941, o país rebelou-se e Ho Chi Minh organizou o Vietminh, grupo de guerrilha nacionalista e comunista, que primeiro derrotou os invasores e, em seguida, com ajuda da China e da ex-União Soviética, enfrentou a tentativa de retorno dos antigos colonizadores. Após oito anos de luta, os franceses, apoiados pelos EUA, foram derrotados na batalha histórica de Dien Bien Phu, em 1954.

Ho Chi Minh explicou a vitória dizendo que, “para resistir aos aviões e canhões inimigos, tínhamos somente lanças de bambu. Mas nosso partido era um partido marxista-leninista. Portanto, não enxergávamos apenas o presente, mas também o futuro e depositávamos confiança nas forças do nosso povo”. A vitória, no entanto, não tinha sido completa, pois apenas o Norte tinha sido libertado, o que levou à divisão do país entre a República Democrática do Vietnã, ao norte, e o Estado do Vietnã, ao sul, sob controle das potências ocidentais.

Ho Chi Minh entendeu o acordo de guerra como uma trégua para reabilitar o Exército e reconstruir o país. De 1954 a 1964, de fato, ele consolidou o regime socialista, recuperou a produção agrícola e ampliou a industrialização incipiente do tempo colonial. Investiu-se fortemente na montagem de uma indústria de base: mecânica, elétrica, química e metalúrgica. Por meio de uma ampla reforma agrária, conseguiu-se, em apenas três anos, ►

integrar 11 milhões de camponeses ao sistema de produção coletivizado. O resultado foi que, em 1964, a produção de alimentos era o dobro da de 1939. A alfabetização atingira 95% da população – contra 5% sob a dominação francesa.

Nesse período, a partir de 1960, nacionalistas e comunistas do sul tinham criado a Frente de Libertação Nacional, passando a ser conhecidos pelo apelido pejorativo de vietcongues. Os EUA, em resposta, aumentaram o efetivo militar de ocupação, mas Ho Chi Minh manteve a confiança, dizendo que os inimigos não suportariam uma guerra popular prolongada: “Um exército popular é superior a um exército moderno”, afirma.

E ele estava certo, apesar de todas as inovações bélicas que os EUA experimentaram contra os vietnamitas, principalmente em termos de armas químicas, como o explosivo incendiário napalm. De 1962 a 1973, derramam-se sobre o Vietnã e o vizinho Laos – refúgio da guerrilha – mais de 7 milhões de toneladas de bombas. Isso é mais do que o total utilizado em toda a Segunda Guerra Mundial. Morreram 5 milhões de vietnamitas e 60 mil americanos. Afinal, o tratado de paz foi assinado em 1975 e, em 1976, nascia a República Socialista do Vietnã.

Filho de um oficial mandarim perseguido por se opor ao domínio francês, Ho nasceu em maio de 1890 na vila de Kimlien, na província de Anã. Como cozinheiro em navio a vapor francês, viajou o mundo. Estudou em Londres de 1914 a 1919 e na França, em 1921, onde trabalhava como laboratorista, revelando fotografias. Nessa época, passou três meses tratando da saúde no Rio de Janeiro, hospedado numa pensão do bairro de Santa Teresa. Ficou impressionado com a prostituição da zona do mangue carioca, que descreveu mais tarde, em suas memórias, como “subproduto do capitalismo nas condições do atraso semicolonial”. Em 1924, conheceu em Moscou dois brasileiros, Astrogildo Pereira e Rodolfo Coutinho, então em busca do reconhecimento do Partido Comunista do Brasil pela Terceira Internacional.

Desde o fim da Primeira Guerra Mundial, Ho Chi Minh tinha se envolvido, na França, com as movimentações que precederam a fundação do Partido Comunista francês, e, em 1924, estava saindo da Rússia para organizar a luta revolucionária dos exilados vietnamitas. Entre idas e vindas, foi na China que fun-

dou o Partido Comunista da Indochina, em 1930. E foi de lá, em 1941, que seguiu para o Vietnã para liderar a resistência à invasão japonesa.

Sobre sua luta, Ho Chi Minh conta que se aproximou aos poucos do líder da revolução soviética, Vladimir Lênin. Num texto intitulado “O caminho que me levou ao leninismo”, ele diz: “Em primeiro lugar, foi o patriotismo, e não o comunismo, que me levou a acreditar em Lênin [...] Aos poucos, durante a luta e enquanto estudava o marxismo-leninismo [...], eu me dei conta, de forma gradativa, de que somente o socialismo e o comunismo poderiam libertar as nações oprimidas e o povo trabalhador do mundo da escravidão”.

Como presidente da República Democrática do Vietnã, Ho Chi Minh manteve-se próximo da população, trabalhando numa cabana, de onde articulava a libertação completa do país. Conta-se que dormia sem colchão, sempre usava sandálias camponesas e um velho uniforme cáqui. Em 1966, pouco antes de morrer, em resposta a um discurso especialmente arrogante do então presidente americano, Richard Nixon, teria dito: “Nada é mais precioso que a independência e a liberdade [...] Essas são duas palavras que orientam a sociedade vietnamita. A independência foi conquistada, a liberdade é um movimento permanente”.

CANTANDO NA PRISÃO

Revolucionário e estadista, Ho Chi Minh foi também poeta, escrevendo a maior parte de sua obra em chinês, entre 1942 e 1943, em prisões na China (então sob domínio de Chiang Kai-shek). Esses poemas permaneceram desconhecidos até os anos 1950, quando foram vertidos para o vietnamita. Em 1960, foram traduzidos para o francês. Abaixo, um desses poemas em tradução literal e um trecho em prosa, de um discurso de 1920, que também expressa seu lirismo (os títulos são da Redação).

Poeta armado

A mim nunca me ocorreu fazer versos,
Mas aqui nesta prisão, de que me vou ocupar?
Compondo poemas matarei dia após dia
E esperarei, cantando, o da liberdade.

Depois de haver vencido tantas colinas,
Quem pensaria tropeçar na planície?
Lá em cima, vi o tigre, e nada me aconteceu.
Aqui embaixo, achei o Homem, e me encontro no cárcere.

Se não houvesse o luto, a morte, o frio do inverno,
Quem reconheceria o sol da primavera?
O acaso conduziu-me aos fornos da desgraça
Para fazer-me forte e de consciência rija.

Os antigos cantavam à natureza:
Neve e flor, lua e vento, neblina, rios, montes.
Hoje devemos fundir os versos em aço
E também o poeta tem que combater.

Tortura e ópio

“O imperialismo francês penetrou na Indochina, conquistou nosso país pela força, motivado por seus interesses egoístas. Desde então, fomos não só vergonhosamente oprimidos e explorados mas também torturados e impiedosamente envenenados. Para ser mais claro, fomos envenenados pelo ópio, pelo álcool [...] Os colonialistas na Indochina nos constroem, por todos os meios possíveis, a fumar ópio e a consumir álcool para envenenar-nos e enfraquecer-nos.”

UMA JANELA PARA O PASSADO

Uma garota de 4,4 milhões de anos dá indícios de como a pressão social seletiva mudou os rumos da evolução dos hominídeos e nos afastou das bestas

por *Flávio de Carvalho Serpa*

HÁ 35 ANOS, em 1974, o mundo foi surpreendido com a descoberta do esqueleto de Lucy, uma garota da linhagem humana com 3,2 milhões de anos. Ela fez tanto sucesso quanto a canção dos Beatles que inspirou o nome de batismo. Os ossos de Lucy indicavam, sem dúvida, que ela andava sobre as duas pernas com desenvoltura, em vez da movimentação quadrúpede dos outros primatas. Símios modernos andam apoiados nos nós dos dedos da mão e, portanto, têm ossos especiais para sustentar o peso.

Lucy não tinha essa ossatura e, mesmo que quisesse, não conseguiria andar por muito tempo como chimpanzés e gorilas. Seu cérebro ainda era pequeno, quase igual ao dos modernos chimpanzés, o que indica que, na longa caminhada até os humanos modernos, o bípedalismo veio antes da inteligência.

Há dois meses, outra descoberta igualmente espetacular veio balançar de novo a árvore genealógica da espécie humana. Outra garota, batizada de Ardi, com 4,4 milhões de anos, iluminou passos de uma transição ainda mais espetacular. Dos ossos de hominídeos parentes de Ardi, de outros animais, de restos de vegetais sedimentados na área, numa garimpagem sem precedentes na história da arqueologia, os pesquisadores puderam reconstituir até procedimentos comportamentais.

Sim, a partir dos ossos é possível deduzir muita coisa que não ficou fossilizada, como o comportamento e a estrutura sociais dos



bandos animais. Para os especialistas, saltam à vista os caninos curtos de Ardi, em comparação com os símios modernos ou mesmo fósseis. Isso indica que dentes arreganhados e ensanguentados já não eram mais sinais de uma hierarquia social nem representavam proteção do território baseada na violência e na ferocidade – como ainda é até hoje entre os chimpanzés, nossos parentes primatas mais próximos.

Ardi, uma *Ardipithecus ramidus*, foi na verdade descoberta em 1994 no que hoje é um deserto na Etiópia. Nesses 15 anos, as pesquisas, somente agora publicadas, foram feitas em sigilo quase militar por uma equipe multidisciplinar. O paleontólogo Tim White, da Univer-

sidade da Califórnia, em Berkeley, restringiu o acesso aos achados apenas aos membros do time que escolheu, o que é natural. Mas, depois de uma década sob sigilo, a comunidade científica começou a reclamar, comparando a situação aos famosos pergaminhos do mar Morto, que ficaram décadas fora do alcance da comunidade em geral.

A demora foi justificável. Os ossos estavam tão frágeis que se desmanchavam ao ser retirados dos sedimentos. Um delicado processo de preservação foi adotado, e algumas partes, como o crânio e a pélvis, foram mantidas seladas. Para revelar a forma dos ossos incrustados nos sedimentos, os cientistas tiveram de recorrer à moderna tecnolo-

gia. Os blocos passaram por tomografia computadorizada para revelar o interior das amostras. Uma vez criada a imagem tridimensional do que estava no interior dos sedimentos, técnicos japoneses fizeram uma reconstrução virtual em 3D. Depois, juntaram as centenas de peças virtuais como se fossem um quebra-cabeça virtual.

Demorou nove anos essa paciente e meticulosa reconstrução. “Foram 65 cacos do crânio”, explica Gen Suwa, da Universidade de Tóquio, na revista científica americana *Science*. Ele estima ter gastado mais de mil horas só nesse processo. Nessa mixagem do muito antigo com o muito moderno, o esqueleto virtual que existia apenas nos computadores revelou seus segredos. Manipulando esse esqueleto da mesma forma como engenheiros de Hollywood fazem animações, os cientistas descobriram que a base do crânio ficava voltada para a retaguarda da espinha, ao contrário dos macacos, nos quais a cabeça vai para frente, dando o aspecto corcunda do bicho. Isso é um indício de caminhada ereta.

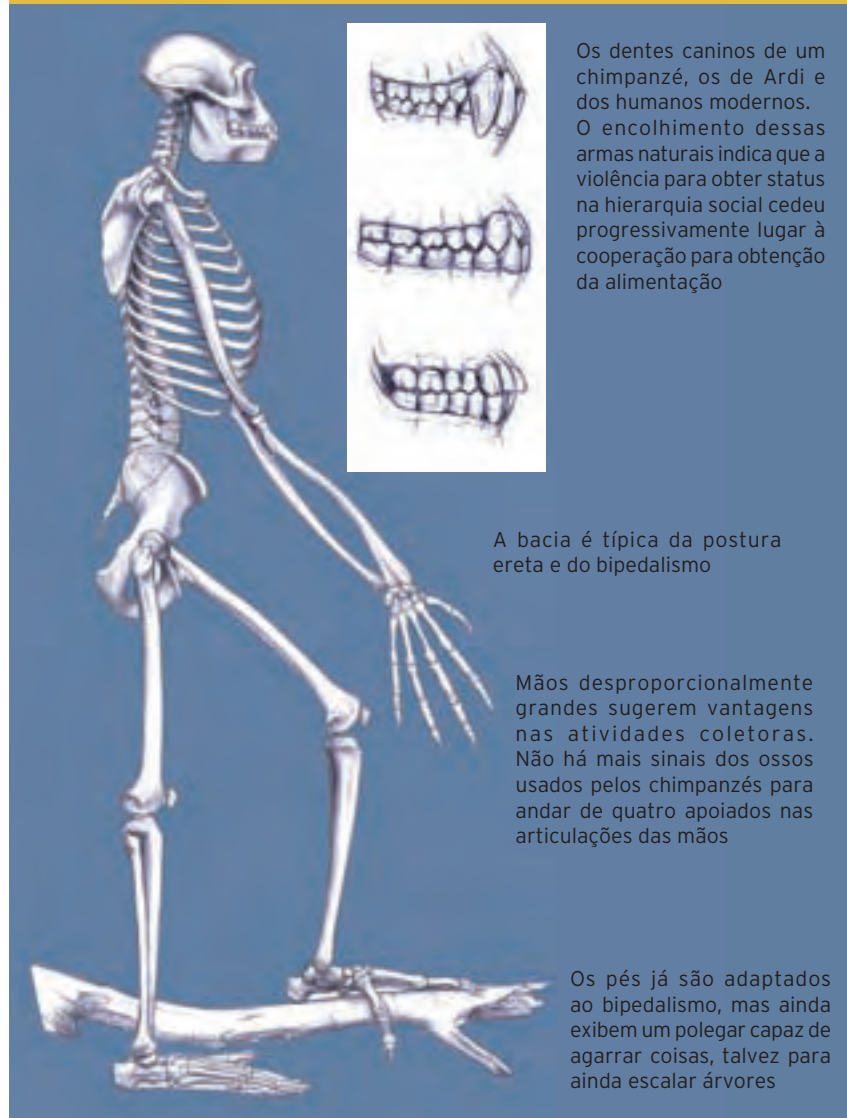
Para sorte dos cientistas modernos, Ardi parece ter morrido pacificamente. O esqueleto não tem sinais de doenças nem de ataque de predadores, que costumam espalhar os restos em áreas maiores. Apenas um dos ossos do pé de Ardi revela indícios de uma infecção, mas com sinais de restauração óssea, o que indica que ela sarou desse pequeno problema antes de morrer.

O fóssil tem apenas 1,2 metro de altura e estima-se que Ardi pesasse perto de 50 quilos. Mas, além desse esqueleto principal, foram encontrados restos de outros 110 parentes de Ardi e mais 150 mil outros restos de plantas, sementes e animais que compunham o meio ambiente no qual viveu a fêmea hominídea.

O minucioso levantamento mostra que a região era bem diferente na época. A paciente reconstrução permitiu derrubar outra hipótese aceita até então. Acreditava-se que a transição dos primatas para os hominídeos de postura ereta teria ocorrido quando o meio ambiente mudou e as florestas, onde macacos pulavam de galho em galho, viraram uma savana ou pradaria que favoreceria o bipedalismo e a caminhada no chão.

Nada disso. A reconstituição mostra que a paisagem ao redor de Ardi era uma floresta ou bosque. Ela ainda tem

O QUE DIZEM OS OSSOS



Os dentes caninos de um chimpanzé, os de Ardi e dos humanos modernos. O encolhimento dessas armas naturais indica que a violência para obter status na hierarquia social cedeu progressivamente lugar à cooperação para obtenção da alimentação

A bacia é típica da postura ereta e do bipedalismo

Mãos desproporcionalmente grandes sugerem vantagens nas atividades coletoras. Não há mais sinais dos ossos usados pelos chimpanzés para andar de quatro apoiados nas articulações das mãos

Os pés já são adaptados ao bipedalismo, mas ainda exibem um polegar capaz de agarrar coisas, talvez para ainda escalar árvores

as enormes e primitivas mãos adaptadas para subir em árvores, mas não era esse seu principal meio de locomoção. Todos os outros fósseis encontrados na área são de bichos que preferem viver nas florestas, e não nos terrenos abertos das savanas.

Ardi, no entanto, ainda está longe de ser o tão procurado “elo perdido” que uniria humanos e macacos. Desde os tempos dos acalorados debates entre Charles Darwin e os religiosos, há 150 anos (leia artigo nesta edição), o principal argumento dos céticos da evolução tem sido a falta desse elo. Mas esse fóssil agora “é o mais próximo que chegamos de um ancestral comum”, escreve White em seu trabalho publicado na *Science*, com outros 11 autores.

No longo período que o estudo sobre Ardi levou para ser completado, surgiram outros fósseis aparentemente também hominídeos, mas com idades que variam de 6 milhões a 7 milhões de anos, o que os colocaria diretamente no início da corrida evolucionista humana. Essa idade de separação do tronco dos chimpanzés do tronco dos humanos é calculada por outro recurso de ponta da ciência, a divergência molecular do material genético.

Infelizmente os cientistas conseguiram apenas cacos isolados de ossos desses fósseis mais antigos que Ardi. Ela está no meio do caminho entre os humanoides e o ancestral comum dos primatas, que deve ter vivido na África há 5 milhões ou 7 milhões de anos. Ardi prova definitivamente que os chimpanzés não são nossos parentes diretos. A famosa e clássica ilustração de um chimpanzé evoluindo até a postura humana moderna é completamente errada. Humanos e chimpanzés nunca estiveram numa mesma linhagem, mas, sim, em ramos paralelos. Seriam primos, no máximo.

Os pés e mãos de Ardi ainda são bem primitivos se comparados aos descendentes mais modernos. Seu pé, com um dedão ainda capaz de agarrar coisas, não é muito bom para caminhar com desenvoltura. Já Lucy tem uma ossatura de pé quase moderna, sem o polegar prênsl e paralelo aos outros dedos. Em toda a natureza, somente os hominídeos e os Australopithecus (Lucy é dessa classe) têm os polegares paralelos aos outros dedos, sem capacidade prênsl.

A grande vantagem da bipedalidade é que ela permite o transporte de alimentos por longas distâncias, coisa que seres essencialmente arborícolas não podem fazer pulando de árvore em árvore. Eventualmente, o uso dos pés na locomoção libera as mãos e todos os circuitos cerebrais para o uso de ferramentas e manipulação da natureza para exploração de mais recursos, além da simples coleta.

O que mais surpreendeu os cientistas e provou mudanças comportamentais e grupais (ou sociais) mais extraordinárias, no entanto, foram os caninos encolhidos de Ardi (e de outras dentições isoladas: 145 dentes pertencentes a pelo menos 14 indivíduos). Em vez do canino quase na forma de uma adaga proeminente de

Ardi dá indícios de um novo “pacto”, pelo qual também os machos passaram a proteger as crias

um chimpanzé moderno, Ardi tem dente bem menor, sem a curvatura afiada.

“Nossa hipótese é que a redução e a alteração da forma do canino superior nesse antigo hominídeo estão relacionadas a mudanças na conduta social”, escreve White.

O hábito de mostrar os dentes ameaçadores, portanto, não fazia parte do repertório de condutas nessa comunidade. A hipótese para a causa dessas adaptações seria a de que machos e fêmeas provedoras podiam se destacar na estrutura hierárquica do bando coletando comida mais do que arreganhando dentes, armas naturais, e dominando pela força. E mais: as dentições encontradas mostram que elas são tardias e eclodiam bem posteriores à “adolescência”, o que indica que perdiam o papel de formação do macho adulto.

Comparando também a provável estatura média presumida de machos e fêmeas, os cientistas acham que não havia o chamado dimorfismo: ambos os sexos tinham aproximadamente o mesmo tamanho. Assim, não haveria separação radical do tipo de trabalho na

comunidade. Essas evidências “sinalizam uma nova estrutura social”, conclui White em entrevista divulgada pela *Science*.

A aposta é que a substituição da força bruta ameaçadora pela colaboração abriu caminho para grupos de machos que agiam mais como batedores e exploradores em busca de comida em áreas mais amplas do que a de grupos guerreiros com pequenos territórios violentamente defendidos.

“O tamanho do dente canino e sua função estão diretamente ligados ao sucesso reprodutivo”, escreve Suwa. “Levantamos a hipótese de que a proeminência do canino deixou de ter importância como sinal visual no contexto de machos competitivos”, conclui.

Isso sugere que a excessiva agressividade intergrupar é uma característica que se desenvolveu solta na linhagem dos chimpanzés, mas que começou a ser quase anulada na caminhada histórica dos hominídeos.

Ardi e provavelmente suas antecessoras, desde a cisão do ramo que vai dar nos modernos chimpanzés, apontam para uma diminuída disputa macho-macho e uma emergência da cooperação macho-fêmea. Com esse novo “pacto”, os machos passaram a cuidar também dos filhos, protegendo-os dos predadores. Os cientistas imaginam que tenha havido uma espécie de troca de sexo por comida que encorajava a ligação mais estável com machos provedores, em detrimento dos comportamentos puramente agressivos.

Embora isso tudo seja meio especulativo, o líder da equipe de cientistas, Owen Lovejoy, da Universidade Estadual de Kent, vê o achado como uma espécie de máquina do tempo. “Ardi nos deu uma nova janela pela qual podemos ver nossa linhagem na sua mais antiga evolução e seu contexto ecológico. Os antigos hominídeos e os símios existentes atualmente divergem radicalmente em pontos cardeais. Não podemos mais nos apoiar em comparações com macacos africanos para dar conta de nossas origens. Em vez disso, devemos nos guiar mais por uma teoria evolucionária genérica.”

Ironicamente, a descoberta parece ter comprovado, como queriam os religiosos há 150 anos, que não descendemos especificamente dos macacos, mas de uma linhagem mais antiga e que divergimos radicalmente dos chimpanzés há mais de 5 milhões ou 6 milhões de anos. ■

Melhor
para a sua
empresa

Os
menores
juros e
melhores
prazos



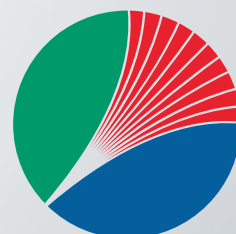
O Banco do Nordeste tem uma variedade incrível de produtos com condições mais do que especiais para as micro e pequenas empresas. Procure uma agência do Banco e conheça todos os produtos. Você vai saber por que o Banco do Nordeste é melhor para a sua empresa.

CLIENTE CONSULTA | OUVIDORIA: 0800 728 3030 | WWW.MELHORPARASUAEMPRESA.COM.BR

**Conheça os produtos
que fazem do Banco do
Nordeste o melhor
para a sua empresa.**



***Banco do
Nordeste***





150 **ANOS** **DE A ORIGEM** **DAS ESPÉCIES** **A OBRA-PRIMA DO** **CAPELÃO DO DIABO**

Com o livro que levou mais de duas décadas para produzir, Charles Darwin desferiu um golpe profundo nas ideias religiosas que infestavam a ciência de sua época

por Antônio Carlos Queiroz



IMAGINE UMA ex-aluna de Chopin tocando piano para minhocas. Isso mesmo, minhocas! O piano é um Broadway, e a pianista, Emma Darwin née Wedgwood, prima e mulher de Charles Darwin. A cena aconteceu no início de 1881, quando o naturalista inglês, com 72 anos, já alquebrado e sofrendo crises de angina, conduzia, com a ajuda da família, aquela que seria a sua última experiência científica. Na ocasião, testava a sensibilidade das minhocas aos sons. Emma tocou o mais forte que pôde. O *Estudo revolucionário Op. 10, nº 12* talvez? Ninguém registrou. Sabe-se que o filho Frank participou do “recital” tocando fagote. O neto de quatro anos e meio, Bernard (Abbadubba), soprou um apito de estanho, e a filha Bessy gritou o mais alto que pôde. Em vão, relatou Darwin no primeiro capítulo do livro *A formação de húmus vegetal pela ação das minhocas, com observações sobre seus hábitos*, o último que publicou em vida. “As minhocas não possuem qualquer sentido de audição.” Em compensação, “elas são extremamente

sensíveis às vibrações de qualquer objeto sólido. Quando os vasos que continham duas minhocas, que haviam ficado indiferentes ao som do piano, foram colocados sobre o instrumento, e a nota dó grave, golpeada, ambas se esconderam nos buracos. Depois de um tempo, voltaram à superfície, e quando a nota sol aguda foi tocada, elas se retraíram”.

O leitor deve achar extravagante essa atenção que um dos maiores cientistas de todos os tempos dispensou às minhocas. Sentimento semelhante foi expresso pelo professor de biologia e agitador social Edward Aveling – futuro companheiro de Eleanor, a filha caçula do líder comunista Karl Marx – durante um jantar que Darwin ofereceu, no dia 28 de setembro de 1881, a Ludwig Büchner, filósofo materialista e fundador da Liga dos Livre-Pensadores da Alemanha.

Pacientemente, Darwin explicou a Aveling que vinha estudando os hábitos daqueles bichinhos há 40 anos. Pode-se dizer que, no final da vida, ele mantinha

a coerência: já que todas as formas de vida têm uma origem comum, o mais sensato em termos de método era não privilegiar nenhuma delas, fossem cracas, pombos, tentilhões, fungos, orquídeas, homens ou minhocas. A conversa, segundo a dupla de biógrafos Adrian Desmond e James Moore, enveredou para a questão do ateísmo. Darwin se confessou um “agnóstico”, termo cunhado havia mais de 20 anos por seu amigo Thomas Huxley. O livro sobre as minhocas foi lançado no mês seguinte, alcançando grande sucesso editorial. Vendeu 6 mil exemplares no prazo de um ano.

FIM LENTO E DOLOROSO

Consciente da precariedade da saúde e muito prático, Darwin já havia redigido o testamento. Tratou então de usar o resto das forças para completar a autobiografia, a maior parte da qual já havia redigido em 1876. Seis meses depois, no dia 19 de abril de 1882, falecia em sua casa, em Downe, Kent, hoje um subúrbio ►

de Londres, onde viveu praticamente confinado desde 1842, desenvolvendo seus estudos e experiências numa estufa, no estúdio, nos amplos jardins que ele mesmo cultivara e na estradinha que ficou conhecida como Sandwalk, que construiu no meio de um bosque, para fazer caminhadas.

A morte, em decorrência de insuficiência cardíaca, foi dolorosa e demorada, com náuseas, espasmos e vômitos de sangue. Durante a agonia, Darwin disse que não tinha medo de morrer, fez uma última declaração de amor a Emma e mostrou ansiedade com o desenlace. Alguns goles de uísque o confortaram no finalzinho, contam seus biógrafos Desmond e Moore.

AOS PÉS DE NEWTON

A família preparou-se para enterrá-lo no adro da igreja em Downe. Porém, o amigo Huxley e o primo Francis Galton discordaram, iniciando uma campanha para levá-lo para a Abadia de Westminster, o lugar de descanso mais honroso para os heróis da Grã-Bretanha. Com o auxílio de grandes figuras da política, da imprensa e da comunidade científica, convenceram a família e as autoridades eclesiásticas. Sete dias depois, o corpo do “maior inglês desde Newton”, como afirmou *The Pall Mall Gazette*, seria sepultado justamente sob o monumento de Sir Isaac Newton, o homem que, segundo a versão popular, havia deduzido da queda de uma maçã a lei da gravitação universal. Uma medida justa, pois o novo vizinho, de maneira ousada, também havia experimentado do fruto da árvore do conhecimento.

O clima da cerimônia fúnebre era de conciliação entre a fé e a ciência. Além de legítimo herói nacional, quase todo mundo considerava Darwin uma espécie de santo secular, que havia trabalhado arduamente para ampliar a glória científica dos britânicos. Um organista compôs um hino especial para a ocasião, com versos retirados dos Provérbios de Salomão (Pv 3-13,15-17): “Feliz o homem que acha a sabedoria e o homem que adquire o conhecimento. [Essa mercadoria] é mais preciosa que pérolas, e tudo o que podes desejar não é comparável a ela. O alongar-se da vida está na sua mão direita, na sua esquerda, riquezas e honra. Os seus caminhos são deliciosos, e todas as suas veredas, paz”.

Desmond e Moore ironizam a “mensagem sacrílega não darwiniana” contida nesse último verso, que foi entoado por meninos cantores de batina. De fato, Darwin achava que o reino natural não tinha nada de pacífico e que algum “capelão do diabo” poderia escrever um livro formidável sobre as “obras da natureza – desastrosas, perdulárias, ineficientes, vulgares e horivelmente cruéis”. Muito mais ironia haveria, porém, se o compositor do hino, J. Frederik Bridge, tivesse transcrito o versículo seguinte do capítulo 3 dos Provérbios, o de número 18: “É árvore de vida para os que a alcançam, e felizes são todos os que a retêm”.

Tendo desenvolvido, na primeira edição de *A origem das espécies*, de 1859, o conceito da árvore da vida ramificada, para demonstrar que todos os organismos descendem de um ancestral comum, Charles Darwin – ele próprio no papel de “capelão do diabo” – havia selado a separação entre a fé e a ciência e encontrado uma explicação racional para a origem dos seres vivos. Com isso, inaugurava a maior revolução científica de todos os tempos, embora isso só fosse plenamente reconhecido quase cem anos depois.

Considerada por Darwin um simples resumo de uma obra maior que vinha escrevendo (“enrolando” é o

termo mais correto) havia mais de 20 anos, a primeira edição de *A origem das espécies* foi lançada em Londres, em 24 de novembro de 1859. Embora fosse um “resumo”, o autor disse que se tratava de um “longo argumento”. Coerentemente, o seu título era quilométrico: *Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela vida*. Para completar, longa também é a história desse livro, que remonta à viagem empreendida por Darwin a bordo do Navio de Sua Majestade Beagle pelos mares do Sul entre 27 de dezembro de 1831 e 2 de outubro de 1836.

ANTIESCRAVISMO MILITANTE

Alguns biógrafos, como Janet Browne, recuam no tempo ainda mais, dizendo que a semente de suas ideias germinou na Universidade de Edimburgo (Escócia), onde Darwin permaneceu dois anos cursando medicina. Faz sentido. Lá ele aprendeu a empalhar animais com John Edmonstone, um ex-escravo negro das Antilhas que reforçou as suas ideias antiescravagistas – uma bandeira de sua família – e o convenceu de que brancos e negros compartilham a mesma humanidade. Essa ideia seria fundamental para os estudos posteriores, que o levaram a defender o monogenismo, isto é, a origem comum das “raças”



Reprodução



Reprodução

Wilberforce e Huxley: o bispo e o “bulldog” engalfinharam-se em debate sobre a evolução

humanas, em oposição ao poligenismo, defendido pelos escravagistas norteamericanos, que se utilizavam dessa hipótese para justificar a suposta superioridade dos brancos.

ESTILO “TOSCO”

Destaque-se que Darwin não tratou da ascendência humana em *A origem das espécies*. Seus estudos sobre o assunto só foram publicados 12 anos depois, em *A origem do homem*. Foi também em Edimburgo que Darwin estudou com Robert Grant, um pesquisador de animais marinhos e evolucionista lamarckiano, defensor da tese de que a esponja foi o ancestral comum dos seres vivos.

O estilo peculiar do texto de *A origem das espécies* mereceu críticas dispares. Friedrich Engels, que adquiriu um dos 1.250 exemplares da primeira edição, todos vendidos no dia do lançamento, qualificou Darwin, numa carta escrita a Karl Marx no dia 12 de dezembro de 1859, como “absolutamente esplêndido”, apesar do estilo “tosco”. “Havia um aspecto da teleologia que ainda precisava ser derrubado, e agora isto foi feito. Até hoje nunca houve uma tentativa tão grandiosa de demonstrar a evolução histórica na natureza, e certamente tão bem-sucedida. É preciso, naturalmente, aguentar o tosco método inglês.” A queda da teleologia, a ideia de que as coisas da natureza foram criadas

com uma finalidade determinada, foi um dos maiores feitos de Darwin, como se verá adiante.

Dois dias antes, o próprio Darwin, numa carta dirigida ao geólogo Charles Lyell, seu amigo e colaborador, contou que Richard Owen, superintendente dos Departamentos de História Natural do Museu Britânico, havia achado seu estilo muito personalista. “Não queremos saber em que o Darwin acredita e do que está convencido, mas o que ele é capaz de provar.” Darwin concordou, “da maneira mais plena e sincera”, e se comprometeu a revisar os “acreditos” e os “convencidos” na edição seguinte. Owen, porém, o interrompeu: “Nesse caso, você estragará seu livro, cujo encanto está em ele ser o próprio Darwin”.

Mesmo tendo sido redigido às pressas, com lapsos que o próprio Darwin corrigiria nas cinco edições posteriores, o livro tem mesmo encanto. Sua fluidez decorre,

“Enquanto este planeta girava, uma quantidade infinita de formas evoluía, e continua a evoluir”

em grande parte, das observações diretas de fenômenos naturais que qualquer pessoa pode ver, e com a vantagem de ser isento de gráficos, termos técnicos e notas de rodapé.

Certos trechos são arrebatadores, como o último parágrafo do último capítulo, uma síntese da nova teoria. Darwin diz que é interessante observar um terreno coberto de plantas de várias espécies, com pássaros cantando nas ramagens, insetos voando ao redor e minhocas rastejando no solo úmido, e depois refletir que todas essas elaboradas formas de vida, tão diferentes umas das outras e dependentes umas das outras de maneira tão complexa, foram todas criadas de acordo com leis que atuam em nosso entorno. Ele menciona entre essas leis o crescimento com reprodução, a hereditariedade, a variedade decorrente da ação direta e indireta das condições de vida e do uso e desuso (ops, aqui Darwin

comete um deslize lamarckiano!), a taxa de crescimento tão alta que leva à luta pela vida e, em consequência, à seleção natural, implicando a divergência dos caracteres e a extinção das formas menos aperfeiçoadas. “Assim, da guerra da natureza, da fome e da morte, resulta diretamente o mais elevado objeto que somos capazes de conceber, especificamente, a produção dos animais superiores.” O final do parágrafo é famoso: “Há grandiosidade nesta visão da vida, com os seus diversos poderes originalmente concentrados num pequeno conjunto de formas ou mesmo numa única forma. Enquanto este planeta continuava a girar de acordo com as leis fixas da gravidade, uma quantidade infinita de formas tão belas e admiráveis emergia de um começo tão simples, evoluía e continua, ainda hoje, a evoluir”.

A CRIAÇÃO: 23/10/4004 A.C.

Não há como deixar de comparar alguns dos trechos de *A origem das espécies* com o tom solene, a concisão e a elegância da prosa da *Bíblia* na versão clássica do rei Jaime, a qual Darwin leu incontáveis vezes quando estudava teologia em Cambridge, para se tornar pastor. Era mesmo necessária certa pompa no estilo para desbancar a doutrina da criação contada no *Gênesis*.

No capítulo 14 da primeira edição de *A origem*, depois de recapitular os principais fatos e considerações que o convenceram de que as espécies mudaram e ainda estão lentamente mudando “pela preservação e acumulação de variações sucessivas, ligeiras e favoráveis”, Darwin se pergunta por que os mais eminentes naturalistas e geólogos de sua época rejeitaram essa ideia. Ele diz que “a crença de que as espécies eram produções imutáveis era quase inevitável quando se pensava na curta duração da história do mundo”.

Em meados do século XIX, era generalizada a crença de que o mundo havia sido criado recentemente e que as espécies eram fixas. Ainda tinha muito crédito o arcebispo irlandês James Ussher (1581-1656), que, baseado na cronologia de certas histórias bíblicas, calculara o exato dia em que o mundo fora criado: a véspera de 23 de outubro do ano 4004 antes de Cristo, um domingo.

Mas, como lembram os irmãos Brody em *As sete maiores descobertas científicas da história*, uma série de descobertas dos herdeiros do Renascimento iria gradativamente solapar os ensinamentos da *Bíblia* e criar o caldo de ►



Reprodução

cultura em que tomou corpo a teoria de Darwin.

Em meados do século XVII, o naturalista francês Isaac de La Peyrere aventou que algumas pedras com formato estranho, encontradas no interior da França, foram esculpidas por homens que viveram antes de Adão. Em 1749, o naturalista francês Georges-Louis Leclerc de Buffon publicou o livro que lançou as bases científicas da geologia e da biologia, sugerindo que os animais haviam sofrido algum tipo de mudança evolutiva e que a Terra poderia ter uns 35 mil anos. Em 1771, Johann Friedrich Esper encontrou ossos humanos numa caverna na Alemanha junto ao esqueleto de um urso extinto. Dezenove anos mais tarde, perto de Hoxne (Inglaterra), John Frere descobriu ferramentas de pedra lascada ao lado de ossos de animais extintos. Esses achados multiplicaram-se na Europa e foram formando uma imagem da Terra

Antes de Darwin, vários estudiosos trataram da evolução, entre eles, Goethe

não descrita na *Bíblia*. Nela não consta, por exemplo, que a arca de Noé tivesse abrigado mamutes, rinocerontes lanosos ou tigres-dentes-de-sabre.

Além das evidências fósseis, surgiram também teorias geológicas que comprovaram a antiquíssima idade da Terra, um requisito central para a lógica da teoria darwinista. Em 1785, James Hutton apresentou à Real Sociedade de Edimburgo a sua Teoria da Terra, a qual descreve a formação dos solos por meio do gradual desgaste das rochas pelas chuvas e ventos, a erosão das costas pelas ondas, a formação de colinas pela sedimentação etc., e não, principalmente, por catástrofes como os terremotos e as inundações. Com sua obra, Hutton fundou a geologia moderna e definiu o princípio do uniformitarismo, segundo o qual as mesmas leis e processos naturais que atuaram no passado continuam atuando no presente em todo o universo.

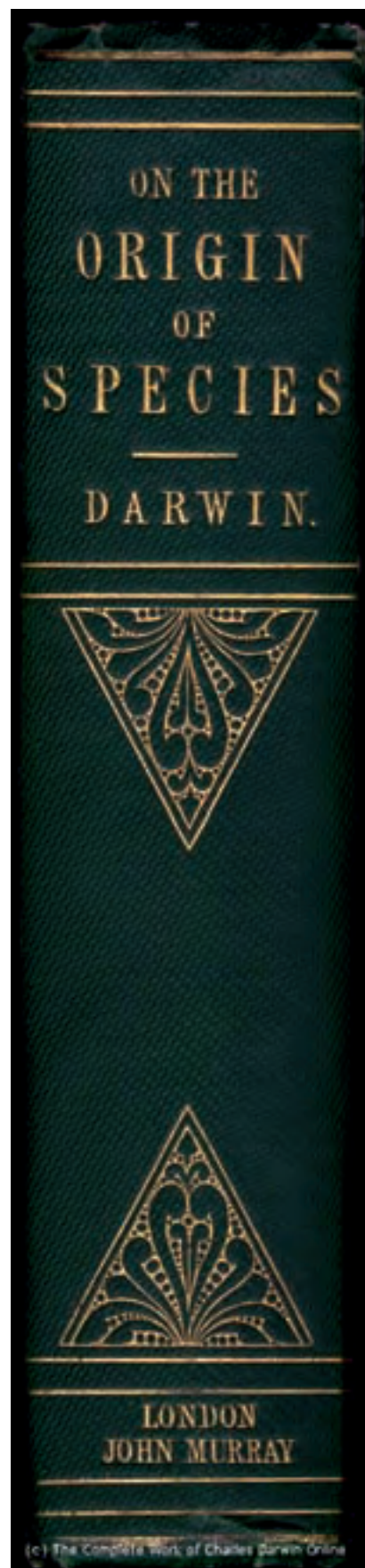
Darwin tomou conhecimento dessas teorias a bordo do Beagle, quando ganhou do capitão do navio, Robert Fitzroy, o primeiro volume da obra de Lyell, *Princípios de geologia*, publicada em 1830. Lyell desenvolveu as ideias de Hutton, comprovando-as com grande quantidade de exemplos que recolheu em suas longas viagens pelo mundo. “Pela primeira vez na história, pareceu que a Terra poderia ter até mesmo milhões de anos de existência”, anotaram os irmãos Brody. Já não era mais “quase inevitável”, como havia dito Darwin, continuar a crer na imutabilidade das espécies, pois a Terra tinha idade suficiente para que as espécies tivessem evoluído lentamente.

DA GRÉCIA ANTIGA

Enquanto isso, novas provas fósseis da evolução iam se acumulando. Em 1830, o paleontólogo belga Philippe-Charles Schmerling descobriu utensílios de pedra e dois crânios humanos junto a esqueletos de rinocerontes e mamutes extintos. Em 1838, o arqueólogo francês Jacques Boucher de Perthes achou machados de sílex e outras ferramentas no norte da França.

Foi nesse caldo de cultura, portanto, que a teoria darwiniana floresceu. Darwin não foi o pioneiro da ideia da evolução, no entanto. Antes dele, o princípio de que os seres vivos surgiram e se desenvolveram na própria Terra, sem o sopro divino, já tinha sido formulado pelo grego Epícuro (341 a.C. - 270 a.C.) e pelo romano Lucrécio (99 a.C. - 55 a.C.), mas ficou esquecido por mais de 20 séculos. De qualquer forma, antes de Darwin, vários estudiosos desenvolveram ideias evolucionárias. O sueco Carlos Linnaeus, autor de *Sistema da natureza* (1735), que estabeleceu as bases da classificação científica dos organismos, ficou em dúvida sobre o surgimento de novas espécies e, nas últimas edições da obra, retirou a afirmação de que elas são fixas.

Darwin reconheceu que o conde de Buffon foi o primeiro em tempos modernos a abordar a questão em termos científicos e que o naturalista Jean-Baptiste de Lamarck foi o autor, em 1809, da teoria mais popular até então, ao atribuir a principal causa da evolução aos efeitos do hábito (fator uso e desuso ou herança dos caracteres adquiridos) e propor uma lei do desenvolvimento progressivo. O próprio avô de Darwin, Erasmus Darwin, em sua *Zoonomia* (1794-1796), havia antecipado algumas das conclusões (e erros) de Lamarck. A lista inclui o naturalista ►



Na hora de escolher a melhor solução para o transporte escolar do seu município, analise os dois lados da questão.





O de dentro.

Caminho da Escola: o programa que permite a municípios e prefeituras adqui

O programa Caminho da Escola foi criado em 2007 para ajudar prefeitos e municípios a renovar a frota de veículos escolares, oferecendo transporte seguro e de qualidade, além de contribuir para a redução da evasão escolar. O governo federal, por meio do FNDE e em parceria com o Inmetro, oferece veículos próprios para o transporte de estudantes,

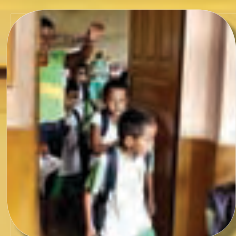
O de fora.



rir veículos escolares novos, confortáveis e seguros para o transporte escolar.

equipados com todos os itens de segurança necessários e adequados às condições das estradas e rios da zona rural brasileira. Desde o seu lançamento, o Caminho da Escola beneficiou cerca de 200 mil crianças e adolescentes em cerca de 1.300 municípios, que adquiriram quase 2.500 ônibus zero quilômetro e embarcações novas.

**VEJA COMO
A SUA PREFEITURA
PODE PARTICIPAR
DO PROGRAMA
CAMINHO
DA ESCOLA.**



Você tem três formas para participar deste programa:

- 1** Com recursos próprios, bastando aderir ao pregão.
- 2** Por meio de financiamento do BNDES que fornece a linha de crédito especial para a aquisição de ônibus e embarcações zero quilômetro.
- 3** Via convênio firmado com o FNDE.

Caminho da Escola. Renovar a frota de veículos escolares é renovar a confiança em uma educação melhor para o Brasil. Para saber mais, acesse www.mec.gov.br.



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

Ministério
da Fazenda

Ministério
da Educação



► francês Geoffroy Saint-Hilaire, o poeta alemão Johann Wolfgang von Goethe, o sociólogo Herbert Spencer e muitos outros, os quais o próprio Darwin arrolou num esboço histórico do progresso da ideia da evolução, acrescentado à terceira edição de *A origem*, em 1861, em resposta aos que o haviam acusado de negar crédito aos seus predecessores.

COM MALTHUS, O ESTALO

Um ano antes de lançar seu livro mais famoso, até mesmo Darwin, em conjunto com Alfred Russel Wallace, já havia publicado um resumo da teoria da seleção natural. De início, havia pensado em publicar um catatau intitulado *Seleção natural*, no qual vinha trabalhando havia 20 anos. Em junho de 1858, porém, recebeu um envelope de Wallace, que estava fazendo pesquisas em Ternate, nas Índias Orientais. Foi um choque: Wallace tinha redigido um artigo expondo a mesmíssima teoria da seleção natural. Segundo Darwin, a coincidência era tão grande que, “se Wallace tivesse meu rascunho escrito em 1842, não poderia ter feito resumo melhor”.

Em pânico, escreveu para Lyell, que já o havia advertido há tempos para apressar a exposição de sua teoria, e para o botânico Joseph Dalton Hooker. Os dois amigos acharam que não seria justo Darwin perder a primazia autoral da teoria e, numa manobra rápida, sem consultar Wallace, apresentaram em conjunto à Linnean Society de Londres tanto o artigo de Wallace quanto um resumo redigido por Darwin. Por sorte, Lyell já conhecia os primeiros resultados da pesquisa de Darwin desde 1844, e o parceiro americano de Darwin, Asa Gray, há tempos havia recebido um esboço. Embora sem esconder certa ironia, Wallace ficou satisfeito e honrado com a solução salomônica de Lyell e Hooker.

Retomando o fio da meada: em que momento Darwin teve o grande estalo? Ele conta na autobiografia que, depois de voltar da viagem do Beagle, em outubro de 1836, pareceu-lhe que seguir o exemplo de Lyell era a melhor opção para entender a questão das variedades das plantas e animais domésticos e selvagens. Abriu seu primeiro caderno de notas em julho de 1837 e, inspirado nos princípios de investigação de Roger Bacon “e sem qualquer teoria”, começou a colecionar montes de fatos sobre a domesticação de plantas e animais, pesquisando a literatura, aplicando questionários e conversando com criadores e jardineiros. Ficou espantado

com a quantidade de livros que havia lido e resenhado e logo percebeu que “a seleção era a chave do sucesso do homem em criar raças úteis de animais e plantas”. O estalo da seleção natural aconteceu em outubro de 1838, 15 meses depois de começar sua pesquisa sistemática. Darwin conta que, por diversão, leu *Um ensaio sobre o princípio da população*, no qual o pastor, economista e demógrafo Thomas Robert Malthus defende a polêmica tese de que população humana tende a crescer de maneira exponencial, além dos meios de subsistência, que cresceriam em razão aritmética. Ainda assim, mantém-se o equilíbrio porque o número de indivíduos é controlado por ações naturais, como as epidemias, ou por ações humanas, como as guerras, o infanticídio e a abstinência sexual. Malthus reconhecia que esses controles recaem

“Não vejo a necessidade de crer que o olho foi expressamente projetado”

prioritariamente sobre as pessoas mais pobres, mais fracas e doentes da sociedade, “como é a vontade de Deus”.

Darwin, já escoladíssimo na observação da “luta pela existência” dos animais e plantas, ficou impressionado com a tese de Malthus. Juntos os pauzinhos: então quer dizer que nascem muito mais indivíduos do que os que são capazes de sobreviver, e os mais fracos são os primeiros eliminados? Darwin conta: “Ocorreu-me que, nessas circunstâncias, as variações favoráveis tenderiam a ser preservadas, e as desfavoráveis, a serem destruídas. O resultado disso seria a formação de novas espécies. Finalmente, então, eu tinha ali uma teoria para o meu trabalho”. Fato curiosíssimo é que o mesmo argumento de Malthus serviu de gatilho para a concepção independente de Wallace sobre a seleção natural.

Darwin não diz, mas certamente já tinha lido argumento similar ao de Malthus quando estudou a obra do arcebispo William Paley durante o curso de teologia em Cambridge. Ele o admirava por suas elegantes imagens na descrição da adap-

tação dos animais e plantas ao ambiente e também por sua posição contra a escravidão. Em *Teologia natural ou evidências da existência e atributos da divindade*, obra publicada em 1802, Paley escreveu que “a superfecundidade dos animais excede a capacidade ordinária da natureza para acolher e manter a sua prole. Toda superabundância supõe destruição, ou precisa se destruir”. Diferentemente, continuou, “se fosse permitida a alguma espécie se reproduzir naturalmente, sem controle, a comida de outras espécies seria consumida para mantê-la”. Justamente por isso “é necessário que os efeitos dessas prolíficas faculdades sofram redução e é por isso que ocorrem as ‘podas’ entre os animais, pela ação de um sobre o outro”.

DESIGN INTELIGENTE

A despeito dessa afirmação, coerente com o conceito da seleção natural, o reverendo foi um dos principais alvos ideológicos de Darwin. Isso porque Paley desenvolveu o conceito do projeto ou *design* inteligente, tornando-se um dos grandes defensores da teleologia, a ideia de que as coisas naturais são criadas com propósitos determinados. É dele o famoso exemplo do relojoeiro, que até hoje serve de base para os criacionistas no combate ao darwinismo. Paley afirmou que, se alguém encontra um relógio durante uma caminhada, imediatamente supõe um relojoeiro, o projetista que desenhou ou montou aquela máquina. Decorre daí que, se você encontra projetos tão complexos como os seres naturais ou partes deles, como um olho, forçosamente tem de supor um projetista, um *designer* inteligente, o Criador, enfim. O contra-argumento de que há imperfeições nas obras naturais não invalida o argumento principal, isto é, a existência do Criador inteligente, dizia Paley, assim como o mau funcionamento do relógio não serve para negar a existência do relojoeiro. Negar essa verdade é ateísmo, decretou o arcebispo.

Pois Darwin negou o argumento do *designer* inteligente de maneira absolutamente consciente. Em uma carta que escreveu a seu parceiro Gray em 22 de maio de 1860, seis meses, portanto, após a publicação de *A origem*, afirmou que não teve a intenção de escrever “ateisticamente”. Afirmou, porém, que havia miséria demais no mundo. “Eu não posso me persuadir de que um Deus benéfico e onipotente pudesse ter criado de propósito os Ichneumonidae [família

de vespas] com a expressa intenção de se alimentarem dentro dos corpos vivos das lagartas, ou que um gato deva brincar com gatos. Não acreditando nisso, não vejo a necessidade de crer que o olho foi expressamente projetado.”

Em contrapartida, Darwin escreveu que não estava “satisfeito em mirar o universo maravilhoso, em especial a natureza do homem, e concluir que tudo é o resultado da força bruta. Estou inclinado a olhar para cada coisa como o resultado de leis projetadas, com detalhes bons ou maus, que atuam de acordo com o que nós podemos chamar de acaso”.

RECEPÇÃO CALOROSA

A origem das espécies foi recebida pelo público de maneira calorosa. Darwin, que já era popular desde a publicação de *O diário do beagle*, em 1839, tornou-se uma celebridade. Controversa, é claro. Mas o público, que há tempos vinha seguindo as disputas sobre a evolução, estava preparado para acompanhar o debate encarniçado com os criacionistas. Tímido e recatado, Darwin preferiu delegar a defesa pública de suas ideias ao amigo Huxley, que ficou conhecido como “o buldogue de Darwin”, por seu tom exaltado e brilhante. O confronto que Huxley teve, no salão da Associação Britânica para o Progresso da Ciência, em 30 de junho de 1860, com o bispo Samuel Wilberforce, passou para a história como um divisor de águas entre a ciência e a religião. A certa altura, o bispo – conhecido como Soapy Sam, por seu “caráter ensaboado” – perguntou a Huxley se ele era descendente de macacos por parte do avô ou da avó. Em resposta à provocação, Huxley disse que preferia ser parente de um macaco a ter como avô um homem que empregava a inteligência para introduzir o ridículo numa discussão científica.

Até a morte, Darwin preparou mais cinco edições de *A origem*, com mudanças substanciais, nem sempre melhores. Na quinta edição, adotou a fórmula de Herbert Spencer – “a sobrevivência dos mais aptos” – como sinônimo de seleção natural, referindo-se, porém, aos organismos mais bem adaptados ao ambiente, e não aos organismos mais fortes. A concessão ajudou na difusão da visão spenceriana, conhecida como “darwinismo social”; na verdade, uma mistura de malthusianismo e neolamarckismo. Sua expressão serviu para

justificar, “cientificamente”, o arrivismo de grandes capitalistas, como o magnata do aço escocês-americano Andrew Carnegie e o fundador da Standard Oil, John Rockefeller.

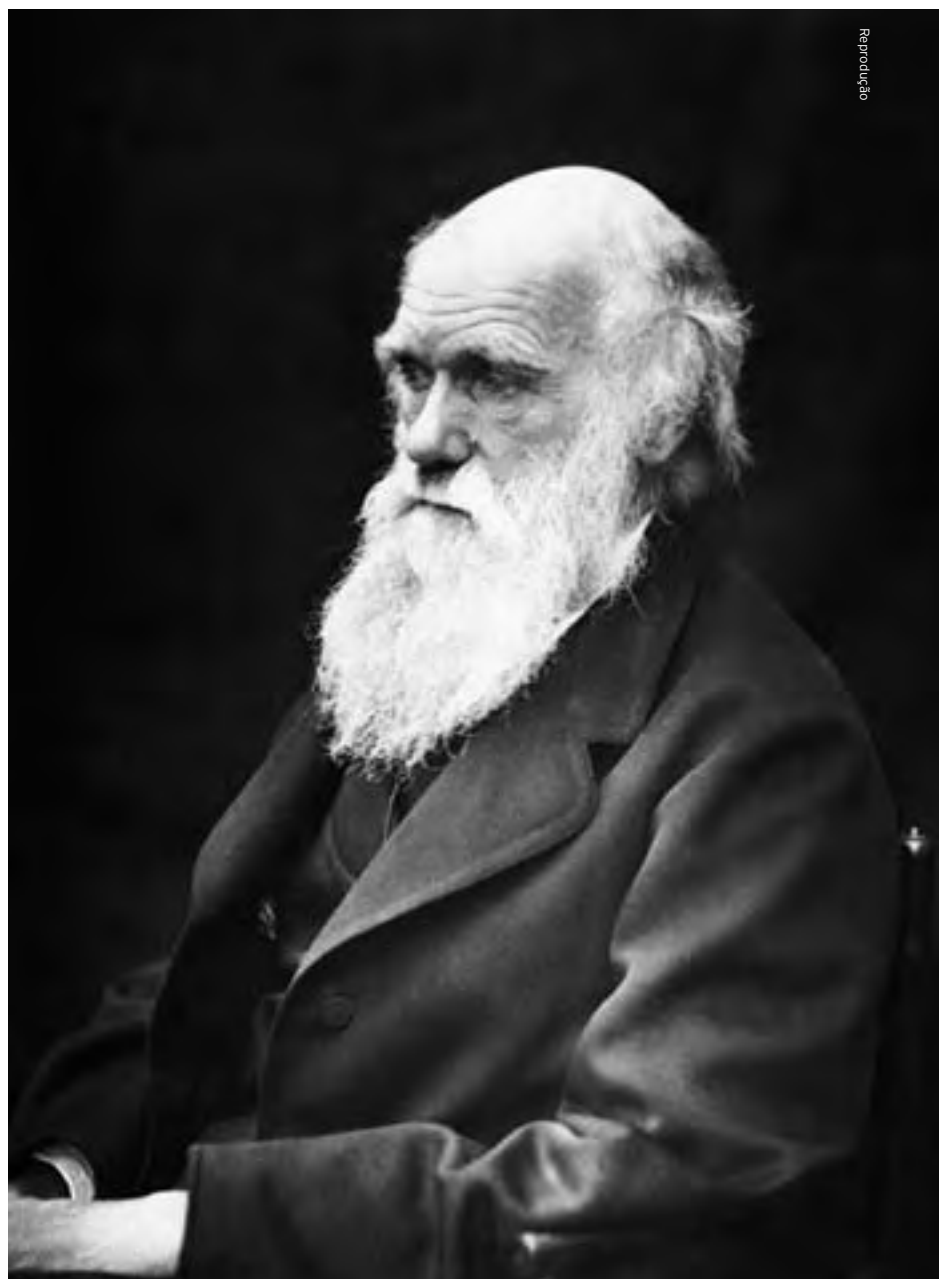
A despeito das homenagens prestadas por Darwin ao malthusianismo, transportando para a natureza as taras da sociedade britânica, como disse Marx, os marxistas receberam o darwinismo de maneira entusiástica. No enterro de Marx, em 14 de abril de 1883, no cemitério de Highgate, em Londres, Engels comparou: “Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana”. Aqui a história produziu uma

ironia: quando Spencer morreu, 20 anos depois, suas cinzas foram parar no cemitério de Highgate – em frente ao túmulo de Marx!

O biólogo Ernst Mayr, considerado “o Darwin do século XX”, explica que a chamada teoria darwinista ou darwinismo, na verdade, consiste em pelo menos cinco teorias distintas, mais bem compreendidas quando discutidas separadamente. São elas:

1. As espécies são mutáveis (teoria básica da evolução).
2. Todos os organismos descendem de um ancestral comum (evolução ramificada).
3. A evolução é gradual (não existem saltos ou discontinuidades).

Darwin: ele via as coisas não como projeto, mas como resultado de leis que atuam com o acaso



Reprodução

4. As espécies tendem a se multiplicar (a origem da diversidade).

5. Os indivíduos de uma espécie estão sujeitos à evolução natural.

Mayr enfatiza que apenas duas dessas teorias – a evolução como fato e a teoria da origem comum – foram aceitas pela maioria dos biólogos logo após a publicação de *A origem*. Essa seria a primeira revolução darwiniana. As outras três – a seleção natural, o gradualismo e a especiação – encontraram forte oposição e só foram aceitas pela maioria dos cientistas na década de 1930, com a chamada síntese evolucionista, que uniu as propostas darwinianas aos estudos da biologia celular e molecular baseados nas pesquisas redescobertas de Gregor Mendel. Foi a segunda revolução darwiniana.

Mayr explica que o relativo eclipse do darwinismo até a terceira década do século passado se deveu, além da oposição baseada nos dogmas religiosos e na teleologia ou finalismo, ao pensamento tipológico ou essencialismo, retirado do repertório de Platão e até então esposado pela maioria dos estudiosos da natureza. Segundo esse pensamento, todos os fenômenos da natureza podem ser divididos em classes (*eide*, em grego), definidas por sua essência. Um triângulo, por exemplo, é sempre um triângulo, não importando a sua forma. Uma árvore é definida por ter um tronco e uma copa. As variações de uma classe são acidentais e irrelevantes. Portanto, as classes ou “tipos naturais” têm uma essência imutável.

Darwin, no entanto, rompeu radicalmente com esse pensamento, propondo que os seres vivos não são classes constantes, mas populações variáveis. No interior de uma população que se reproduz sexualmente, cada indivíduo é diferente dos demais, aplicando-se esse fato também às populações humanas.

Ao contrário do que dizem hoje os fundamentalistas dos genes, a seleção natural atua sobre os indivíduos (os fenótipos) de cada população. Os melhores genes são selecionados indiretamente, portanto. Os indivíduos que melhor se adaptam, num ambiente que também sofre mudanças, são aqueles que têm mais chances de se reproduzir e passar adiante os seus genes. A evolução ocorre a longo prazo, porque dentro de uma população

de organismos há um grande número de variedades. Quanto maior for esse número, maior será a estabilidade da espécie, ensina Mayr.

CIÊNCIA DE QUALIDADE

O “pensamento populacional” (que não tem nada a ver com as ideias de Malthus) é um dos conceitos mais importantes da biologia e o fundamento da teoria evolucionista moderna, diz o biólogo alemão. A debilidade de Darwin é que ele não conseguiu explicar a origem das variedades no interior das espécies. Na época, quase ninguém conhecia os estudos da genética de Mendel, que só foram retomados nas décadas de 30 e 40 do século XX.

A despeito da lacuna genética nos estudos de Darwin, por que será que o darwinismo alcança tanto êxito 150 depois da publicação de *A origem* e por que Darwin é considerado um

O eclipse do darwinismo deveu-se, entre outros fatores, à difusão do essencialismo

dos maiores pensadores de todos os tempos? Basicamente porque fez ciência da melhor qualidade, testando as suas hipóteses fora do âmbito ideológico. É óbvio que ele carregava os preconceitos e a ideologia de sua época. Individualista liberal, detestava o socialismo, mas também era um fervoroso antiescravagista e muito atormentado em matéria de religião. Porém, sobretudo, era um cientista, um pesquisador obsessivo.

Ao se comemorarem os 200 anos de nascimento de Darwin e os 150 anos de *A origem das espécies*, vale a pena citar um trecho do livro *Cosmos*, do astrofísico americano Carl Sagan, sobre o papel da ciência, que, mais do que ninguém, Darwin soube praticar: “Não existe outra espécie na Terra que faça ciência. Ela é, até agora, uma invenção inteiramente humana, evoluída através de uma seleção natural,

Para saber mais sobre Darwin e suas ideias

As sete maiores descobertas científicas da história. David Eliot Brody e Arnold R. Brody, Companhia das Letras, São Paulo, 1999

As dúvidas do Sr. Darwin - um retrato do criador da teoria da evolução. David Quammen, Companhia das Letras, São Paulo, 2007

Darwin - a vida de um evolucionista atormentado. Adrian Desmond & James Moore, Geração Editorial, São Paulo, 6ª edição, 2009

A origem das espécies de Darwin - uma biografia. Janet Browne, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2007

Darwin's sacred cause - How a hatred of slavery shaped Darwin's views on human evolution. Adrian Desmond & James Moore, Houghton Mifflin Harcourt, Boston, New York, 2009

O que é a evolução. Ernst Mayr, Rocco, Rio de Janeiro, 2009

Origens - cartas seletas de Charles Darwin 1822-1859. Frederick Burkhardt (Org.), Editora da Unesp, São Paulo, 2009

The Darwin digital library (<http://englishatheist.org/darwin/index.htm>)

The complete works of Charles Darwin online (<http://darwin-online.org.uk/>)

no córtex cerebral, por uma razão muito simples: ela funciona. Não é perfeita e pode ser mal utilizada. É somente uma ferramenta, mas até agora a melhor que temos, autocorretiva, progressiva, aplicável a tudo. Possui duas regras. Primeira: não existem verdades sagradas; todas as suposições devem ser examinadas criticamente; argumentos de autoridade não têm valor. Segunda: tudo que seja inconsistente com os fatos deve ser rejeitado ou revisto. Devemos compreender o Cosmos como ele é e não confundir isso com o que gostaríamos que fosse. O óbvio é algumas vezes falso; o inesperado, algumas vezes verdadeiro”. ■



Reprodução

Lina com o marido, Pietro: o casal chegou ao Brasil após a 2ª Guerra Mundial

SALVE, LINA!

Os textos de Lina Bo Bardi expõem a original trajetória dessa italiana radicada no Brasil em meio aos embates da arquitetura moderna

por Ana Castro

LINA POR ESCRITO

textos escolhidos de Lina Bo Bardi
Organizadoras **Marina Grinover**
e **Silvana Rubino**
Editora **Cosac Naify**
Ano **2009**
Páginas **208**

ELA CONSTRUIU pouco. Mesmo assim, seu nome figura entre os principais da arquitetura brasileira do século XX. A qualidade de sua obra e de sua atuação não se mede em números, mas na potência crítica que cada projeto (e – por que não? – que cada texto) tem. Autora de projetos arquitetônicos emblemáticos em São Paulo – o Museu de Arte de São Paulo (Masp) e o Sesc Fábrica da Pompeia – e em Salvador – o Museu de Arte Moderna da Bahia e o Museu de Arte Popular do Unhão, além da importante intervenção para recuperação do Pelourinho, da qual

apenas parte foi implementada –, Lina Bo Bardi (1914-1992) nunca abandonou a atividade editorial que marcou seus anos de juventude na Itália.

Formada em 1940 na Scuola Superiore di Architettura, em Roma, Lina participou da resistência à ocupação alemã. Mas foi em Milão, cidade que se tornou importante polo da arquitetura moderna, sediando diversos periódicos, que ela iniciou sua carreira, colaborando com as revistas *Stile*, *Domus* e *Quaderni di Domus*. Fundou, com Bruno Zevi e Carlo Pagano, a revista *A* (attualità, arquitetura, abitação, arte), que pretendia “planejar uma vida mais feliz para todos”, nas palavras de Zevi. Eram essas publicações que faziam chegar ao público o intenso debate ideológico travado entre comunistas e fascistas no campo da moderna arquitetura italiana.

Em Milão, Lina conheceu o jornalista e crítico de arte Pietro Maria Bardi, com quem se casaria em 1946, pouco antes de imigrarem para o Brasil. Bardi veio para o País atrás de negócios, e Lina vislumbrou um mundo de possibilidades novas do outro lado do Atlântico – chegou ao Brasil com 32 anos e com a pretensão de fazer arquitetura num lugar onde tudo estava para ser feito.

Aqui, ela prosseguiu sua experiência editorial, primeiramente em *Habitat*, revista ligada ao Masp, dirigido por Bardi. Mais tarde, publicou textos em jornais e revistas diversos. Parte dessa produção é encontrada em *Lina por escrito*, livro organizado por Silvana Rubino, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e Marina Grinover, da Escola da Cidade. A coletânea reúne 33 artigos escritos entre 1943 e 1991 e publicados originalmente em revistas italianas e em periódicos brasileiros.

O livro traz um breve e competente ensaio de apresentação de Silvana, que situa Lina criticamente no panorama da arquitetura moderna, traçando as linhas mestras do pensamento e da obra da arquiteta. Os textos, organizados cronologicamente, cobrem uma ampla gama de assuntos, são ilustrados por desenhos originais, fotografias e obras gráficas da própria arquiteta e constituem uma importante via de acesso à reduzida produção de Lina.

Mas não só isso. A organizadora nos lembra de que foi sempre por meio da publicação de textos e de imagens que uma espécie de “museu imaginário

da arquitetura” circulou mundo afora, “constituindo um debate de um notável grau de autonomia” e tornando-se parte importante da cultura arquitetônica. É dessa forma que podem ser lidos os escritos de Lina sobre Vilanova Artigas (“Casas de Vilanova Artigas”, 1950) e Oscar Niemeyer (“Duas construções de Oscar Niemeyer”, 1951) ou sua resposta às críticas internacionais que começavam a acusar a moderna arquitetura brasileira de formalismo (“Bela criança”, 1951), entre outros.

A despeito da extrema originalidade de seu pensamento arquitetônico, Lina se mostra uma profissional típica do século XX, ao tratar em seus escritos de tudo aquilo que cabia na agenda moderna do arquiteto, “do desenho da colher ao desenho da cidade”. Os textos, portanto, não apenas apresentam ao leitor parte da obra da arquiteta, como permitem que se acompanhe o debate travado no campo arquitetônico durante aqueles anos. Mostram-na afinada com os temas de seu tempo. No Brasil, é a época do otimismo desenvolvimentista. Isso se reflete na obra de Lina, por exemplo, na montagem dos museus na Bahia, onde arte popular e moderna andariam juntas.

É nesse contato com a arte popular nordestina que Lina traça sua profissão de fé para o *design* nacional, localizando no pré-artisanato popular um saber-fazer que poderia conduzir a indústria nacional por um caminho diferente do da importação dos modelos europeus e norte-americanos. A impactante exposição Nordeste, que inaugurou o museu do

Unhão em 1963, foi fruto de suas reflexões sobre “a civilização do Nordeste” (nos termos da arquiteta). Na exposição coletiva de artes da Bahia, do Ceará e de Pernambuco, a matéria-prima era o lixo. Não se tratava, no entanto, de estetização da pobreza. Para Lina, “cada objeto risca o limite do ‘nada’, da miséria. Esse limite e a contínua e martelada presença do ‘útil’ e ‘necessário’ é que constituem o valor desta produção, sua poética das coisas humanas não gratuitas, não criadas pela mera fantasia”. Para ela, a necessidade geraria a arte, contrapondo-se diretamente à ideia da “arte pela arte”.

Treze anos após a Segunda Guerra, Lina perguntava-se: que fazer para que “a maioria dos homens seja provida do mínimo necessário para viver (...), não ria em face de um quadro ou uma escultura moderna (...), não demonstre a sua incompreensão em face da máquina, expressão de nossa época (...), não zombe da figura do filósofo, sinônimo de isolamento e extravagância”. Para ela, a resposta viria da parcela economicamente abaixo da média, “levada pelas necessidades a resolver por si mesma o próprio problema essencial” e que revelaria ter a “força necessária ao desenvolvimento de uma nova e verdadeira cultura”. Lina via na “civilização primitiva” popular a força da transformação (“Cultura e não cultura”, 1950).

Em suas conhecidas exposições realizadas em São Paulo (Bahia no Ibirapuera, 1959, e A mão do povo brasileiro, 1969), apresentou o que vira e vivera na Bahia, sua crença no popular. Não foi por acaso

que sua presença naquele estado nordestino impactou toda uma geração de artistas – Glauber Rocha, Caetano Veloso, Maria Bethânia, Tom Zé, entre muitos outros –, pois o trabalho da arquiteta, juntamente com as ações do reitor Edgar Santos na Universidade Federal da Bahia (UFBA), possibilitou o real encontro da vanguarda com o popular.

A experiência baiana foi interrompida pelo golpe de 1964. Lina foi obrigada a retornar a São Paulo, onde permaneceu até o fim da vida, com um breve regresso a Salvador nos anos 1980. Na capital paulista, retomou o projeto do Masp e entre 1977 e 1984 projetou o Sesc Pompeia, que se instalou numa antiga fábrica de tambores. Manteve a estrutura de galpões, acrescentou dois edifícios de concreto e criou um dos espaços mais incríveis da cidade, “uma lasca de luz, um sopro de vento”, “com seus milhares de frequentadores (...): pequena alegria numa cidade triste” (“O projeto arquitetônico”, 1999).

Sua última obra, a transformação do Palácio das Indústrias em sede da prefeitura paulistana, nunca chegou a ser concluída – parecia já não haver espaço para sua mão na cidade. Isso, na época, teve sabor amargo. Sensação muito diferente da propiciada pelos textos agora publicados, dotados de uma força criativa que nos leva a acreditar que vale a pena pensar e agir de forma diferente do estabelecido. Salve, Lina! ■

ANA CASTRO, arquiteta,
é doutoranda na FAU-USP

A e Habitat: nelas, Lina exerceu suas atividades editoriais (à dir. cartaz de exposição realizada em São Paulo)



O ESTILO TARDIO DE SAID



No inverno da vida, a produção artística nem sempre se revela serena e madura, diz o crítico palestino. Como parece ser, aliás, o seu próprio caso

por **Fernanda Arêas Peixoto**



ESTILO TARDIO

Autor **Edward W. Said**

Tradutor **Samuel Titan Junior**

Editora **Companhia das Letras**

Ano **2009**

Páginas **192**

AS ÚLTIMAS obras de escritores, poetas, compositores e cineastas constituem a matéria do livro do crítico literário e ensaísta Edward Said (1935-2003). Ao longo dos sete artigos que compõem o volume, ele constrói uma reflexão sobre o que denomina “estilo tardio”, tema com o qual se encontrava envolvido em cursos, conferências e escritos variados até a sua morte. Contrariando certa apreensão progressiva da história das artes – que tende a ver a maturidade como o período de coroamento de uma obra pela resolução de tensões e problemas –, o crítico elege produções maduras que apontam em direções absolutamente diversas. Trata-se de artistas que, no fim da vida, interpelaram o seu tempo por meio de desafios e questões originais, construindo com isso um “novo idioma para sua obra e pensamento”. Longe estamos de uma fase de serenidade, de síntese superior ou de harmonia, mas diante de contradições e dificuldades expostas e declaradas.

A reflexão tem inspiração explícita na obra de Theodor Adorno e, sobretudo, em seu ensaio de 1937 sobre a terceira e última fase do compositor Ludwig van Beethoven, momento em que o artista, de plena posse e domínio de suas ferramentas, abandona a atitude (confortável e apaziguadora) de adequação às convenções de seu tempo e experimenta novas

possibilidades criativas que o levam a contrariar a ordem social estabelecida.

Nesse sentido, o estilo tardio pode ser lido, nos termos de Said, como uma forma de exílio, visto que “faz parte e está à parte” do presente. O vigor do estilo tardio reside assim em sua “negatividade”, nos efeitos perturbadores que produz por seu caráter extemporâneo e pelo modo como os artistas lidam com a morte, tema e problema a rondar as obras

Ensaio de Adorno sobre a última fase de Beethoven inspirou as ideias de Said

e as condições tardias. A morte iminente do criador, diz Said, “não poderia deixar de penetrar suas obras”.

A demonstração das teses e hipóteses se inicia pela análise das últimas obras de Richard Strauss: a ópera *Capriccio*, o concerto para oboé, as sonatas para sopros, o *Segundo concerto para trompa*, as *Metamorfoses*, as *Quatro últimas canções*. Ao contrário da visão corrente, que assinala

ser um recuo anacrônico a retomada do século XVIII pelo compositor, Said destaca a leitura pessoal e desafiadora que Strauss empreende do Setecentos, convertendo-o em símbolo de sua arte, com ares de utopia.

Do mesmo modo, inverte as interpretações que destacam ser *Così fan tutte*, resultado da parceria entre Wolfgang Amadeus Mozart e Lorenzo da Ponte, uma obra clássica. Pela análise detalhada da ópera, de sua intriga e montagens, Said destaca os efeitos disruptivos que produziu, o que explica, por exemplo, o diálogo crítico que Beethoven estabelece com ela em *Fidèlio*, sua única ópera. A morte em Veneza, de Benjamin Britten, examinada no final do volume, é mais um exemplo de obra tardia, “ópera-testamento”, que toma a cidade italiana ao mesmo tempo como lugar da ópera e como alegoria do retorno e da recapitulação de uma longa trajetória artística. A música, uma das temáticas preferenciais de Said, tem lugar ainda na figura e na obra do “virtuoso excêntrico” Glenn Gould, pianista e compositor canadense falecido em 1982. Said, que já havia escrito sobre o artista em outras ocasiões, pensa agora o seu lugar na imaginação geral de uma época, em função de sua posição de *outsider*, sempre à margem de grupos e comunidades, e examina também a centralidade da música polifônica de Johann Sebastian

Bach para Gould e as tensões presentes em seu virtuosismo.

A adaptação de *O leopardo*, de Tomasi di Lampedusa, “o mais tardio dos romances”, por Luchino Visconti, em 1963, é objeto de análise detalhada no quinto ensaio. O cotejo da leitura que o cineasta italiano realiza do livro permite entrever as afinidades existentes entre os artistas, sobretudo em função da predileção compartilhada pelo tema da decadência, ao mesmo tempo em que ilumina as suas diferenças: o texto fragmentado de Lampedusa transformando-se em narrativa opulenta e abundante na tela, como revela a célebre sequência do baile no filme que inaugura a fase final da carreira do diretor. O caráter tardio da poesia de Kaváfis, que “recusa vinculações fáceis com o seu tempo” e certo estilo tardio de Eurípedes, repleto de primitivismos, assim como as duas últimas realizações de Jean Genet – *Os biombos* e *Um cativo apaixonado* – são outros dos exemplos literários analisados por Said.

O estilo tardio parece encarnado no autor: diante da morte, ele milita apaixonadamente

O retrato de Genet esboçado no quarto capítulo é particularmente interessante para refletirmos – por que não? – sobre o estilo tardio de Said. Um dos traços marcantes de sua prosa crítica madura é o tom autobiográfico, que se insinua aqui e ali em função das experiências do autor. “Vi Genet pela primeira vez na primavera de 1970”, diz ele na abertura do ensaio. O engajamento de Genet na causa argelina e depois na questão palestina encontra rebatimento na militância intelectual e política sistemática de Said, responsável pela força e radicalidade de seus escritos, elaborados na contramão das visões ocidentais correntes. Tal ponto de vista literalmente descentrado, à margem ou “fora do lugar” (como intitulou as suas memórias), pode ser aferido em toda a sua produção, desde *Orientalismo* (1978), sua obra mais conhecida, passando por *Cultura e imperialismo* (1983), até *Representa-*

ções do intelectual: as conferências Reith (1993) ou *Reflexões sobre o exílio* (2001). Nesse mesmo ensaio, nota-se ainda como Said lança mão de comparações improváveis (entre Genet e Adorno, por exemplo), o que revela a forma muito particular como lê os autores que compõem o seu leque de referências.

A estética e a figura de Adorno aparecem como os parâmetros maiores de Said. O filósofo de Frankfurt – interpretado de forma absolutamente livre e pessoal – é a interlocução primeira, personagem com o qual o ensaísta estabelece um corpo a corpo constante, beneficiando-se de suas ideias e conceitos, ao mesmo tempo em que reage criticamente a eles. Adorno é, ainda, objeto de análise, sobre o qual

Said se debruça em diferentes momentos do livro. “Adorno é o estilo tardio em pessoa”, diz ele, “empedernido em sua vontade de ser extemporâneo, no sentido nietzschiano do termo.”

Não parece exagerado supor que Said também personifica o estilo tardio nos termos de sua própria definição: aquele que, no fim da vida, diante da morte que o espreita, recusa a serenidade madura, militando apaixonadamente contra o seu tempo. ■

FERNANDA ARÊAS PEIXOTO

é professora do Departamento de Antropologia da USP e autora de *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide* (Edusp/Fapesp, 2000).

Beethoven, Strauss, Gould e Adorno: eles foram atrás de “novos idiomas”



Reprodução

MERCADO cativo da música anglo-americana desde a Segunda Guerra Mundial, o Brasil demorou a ouvir a cantora argentina Mercedes Sosa, que faleceu em outubro, aos 74 anos. Para boa parte do público brasileiro, até a década de 1960, a Argentina era apenas a terra do tango. Mesmo o modernizador do gênero, Astor Piazzola (1921-1992), só entrou aqui em 1970, pela heterodoxa voz do comediante/cantor Moacyr Franco, numa versão de sua onírica “Balada para um loco”, letrada por Horacio Ferrer.

Haydée Mercedes Sosa, natural da província rural de San Miguel de Tucumán, no entanto, estreou em disco em 1962, com o canto de trabalho “La voz de la zafra”, ao mesmo tempo em que uma ala da bossa nova brasileira era orientada pelo Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC-UNE). A entidade disseminava a canção de protesto, corporificada no show Opinião, palanque musical de Nara Leão, Zé Kéti e João do Vale, em 1964.

Militante do Partido Comunista, Mercedes, na época, dardejava as profissões de fé “Canciones con fundamento” e “Yo

do chileno Violeta Parra – outra expoente do folk de protesto, cuja obra, aos poucos, também chegou ao Brasil. Milton já começara a pavimentar a ponte antes, por meio de “San Vicente”, parceria com Fernando Brant (que Mercedes gravaria em 1978), registrada no histórico coletivo Clube da Esquina, de 1972.

Milton tornou-se o artista brasileiro mais próximo de Mercedes, tanto em shows quanto em gravações. O épico encontro seguinte foi no disco *Sentinela*, de 1980, em que as duas gargantas, talhadas em timbres vizinhos do bronze, singraram “Sueño con serpientes”, do cubano Silvio Rodríguez. A ponte ampliava-se para o Caribe, já que Rodríguez, assim como Pablo Milanes – de quem Mercedes registraria “Años”, no disco *Traduzir-se* (1981), de Fagner –, pertencia ao movimento Nueva Trova Cubana. Outra sincronia da latinidade: Mercedes, que debutou na música aos 15 anos, sob o pseudônimo de Gladys Osório, na rádio LV-12, de Tucumán, projetou-se no movimento folclórico Nuevo Cancionero, sediado em Mendoza e liderado por compositores como Tejada Gomez e Oscar Matus.

do discos de títulos autoexplicativos, como *Hasta la victoria* (1972), *Traigo un pueblo en mi voz* (1973) e *A que florezca mi pueblo* (1975), e consolidando a aliança andina, que marcou sua música, soprada pela flauta quena, ao compasso do bombo legüero no álbum *Homenaje a Violeta Parra* (1971), no qual celebrou a autora de um clássico em sua voz, “Gracias a la vida”. Também difundiria o trágico conterrâneo de Parra, Víctor Jara (“Te recuerdo Amanda”, “Plegaria a un labrador”), torturado e assassinado pela ditadura de Augusto Pinochet.

Dos compositores argentinos Ariel Ramírez e Félix Luna, ela registrou tanto a “Cantata Sudamericana” (1972) quanto a “Misa criolla” (2000). Em 1977, outro tributo candente: Mercedes Sosa interpreta Atualpa Yupanqui, com o repertório do autor do hino “Los Hermanos” (“Yo tengo tantos hermanos/que no los puedo contar”), considerados o Dorival Caymmi argentino.

Dois anos depois, Mercedes protagonizaria um dos episódios mais absurdos da truculência militar latina. Após lançar *Serenata para la tierra de uno*, foi detida no show que realizava na cidade de La Plata,

A AMÉRICA DE

A artista argentina, também conhecida como “La Negra”, deixou como legado a busca da unidade dos povos do continente por meio de sua obra

por Tárík de Souza

no canto por cantar”. “Ela acrescenta à sua função de cantora a de intérprete dos problemas e aspirações de seu povo”, escreveu o poeta Ferreira Gullar, do CPC, na contracapa de *O canto livre de Nara Leão*, lançado em 1965. Eram rios musicais e políticos paralelos, que só iriam encontrar-se na década seguinte, quando as trevas ditatoriais baixaram de vez sobre a América Latina.

Também conhecida por “La Negra”, descendente de índios quechua, Mercedes desembarcou no Brasil em dueto com Milton Nascimento, no disco *Gerais*, de 1976, na “sirilla canción” “Volver a los 17”,

Logo nos primeiros discos, Mercedes estabeleceu a linha básica de seu repertório de zambas, milongas, sirillas, chacareras, galopas e rasgidos doubles, quase sempre de temática social e humanista (“Canción del derrumbe indio”, “Zamba al zafrero”, “Canción para mi América”, “El jangadero”). Essa postura firme a levaria, já em 1969, sob a ditadura militar do general Juan Carlos Onganía, a ter o disco *Mujeres argentinas* censurado pela estatal Radio Nacional. A cantora não se intimidou e, além de dois filmes com o cineasta argentino Leopoldo Torre-Nilsson (*El santo de la espada*, *Guemes – la tierra en armas*), seguiu impávida, disparan-

junto com toda a plateia que assistia à apresentação. Advertida de que poderia continuar no país, mas estava proibida de cantar em público, a artista exilou-se em Paris, em 1980, e fixou residência em Madri, de onde continuou a carreira. Seu repertório internacionalizou-se, e a impávida voz de contralto abriu-se a novos compassos. De canções mais pop, como “Caruso”, do italiano Lucio Dalla, à angulosa “Sina”, de Djavan, em português, e até uma eloquente visita ao tango castiço de Anibal Troillo (“La última curda”).

Sua aproximação com o Brasil tornou-se ainda maior a partir dos discos



MERCEDES SOSA

Ao vivo no Brasil (1980) e *Gente humilde*, de 1982, titulado pela letra de Chico Buarque (de quem gravaria “Cio da terra”, parceria com Milton) e Vinicius de Moraes para a composição do violonista Garoto. O repertório trazia também a toada moderna guerreira da dupla Marcos e Paulo Sérgio Valle, “Viola enlaurada”. Nesse mesmo ano, com a ditadura argentina agonizando na esdrúxula Guerra das Malvinas, a cantora ensaiou uma volta ao país. Gravou ao vivo um álbum duplo *En Argentina*, com participações de astros locais, como Leon Gieco, Rodolfo Mederos e o maior nome do rock argentino, Charly García, um Raul Seixas castelhano, com quem dividiria o disco *Alta fidelidad*, em 1997.

Na tradição de títulos explícitos, que rastreiam sua carreira e, ao mesmo tempo,

compulsam a temperatura política argentina, saiu, em 1983, *Como un pájaro libre*, com Mercedes repatriada, e, no ano seguinte, o esperançoso *Será posible el sur?*, quando ela atuou no show *Corazón americano*, ao lado de Gieco e Milton, de quem gravaria ainda “Encuentros y despedidas”, “Los bailes de la vida” e “Canciones y momentos”. Em 1985, com outro expoente da nova música argentina, Fito Páez, lançou “Vengo a ofrecer my corazón”, no álbum homônimo. De *Amigos míos* participariam Fagner (com quem gravou “Málaga”, de Rafael Alberti, no álbum *Homenagem a Picasso*, do cearense), Fito, García, Pablo Milanês e Milton.

Seja com gaúchos fronteiriços de seu país, como Raul Elwanger, Luiz Carlos Borges, Victor e Kleiton Ramil, com a baiana Daniela Mercury ou com os cariocas

Chico Buarque e Beth Carvalho (a qual representou o Brasil no show *Sin fronteras*, com cantoras latinas), a generosa Mercedes sempre soltou o vozirão e compartilhou a postura de artista comovente e mobilizadora. Em “Un son para Portinari”, no *Acústico en vivo* (2002), ela exercita sua latinidade ecumênica. Aclamada pelo coro “Olê, olê, olê, Negra! Negra!”, elogiou o pintor brasileiro e ressaltou que a homenagem musical a ele associava um compositor chileno, Horacio “Loro” Salinas, e um poeta cubano, Nicolás Guillén. “Imagínese toda América metida en una canción”, exultou.

A fabulosa intérprete, que encerrou a trajetória com *Corazón libre* (2005) e o recente duplo *Cantora* (2009, indicado ao Grammy), não poderia ser mais bem definida. Mercedes pregou a utopia da América unida. Toda numa só canção. ■



AE

A LUCIDEZ DE RAULZITO

Há duas décadas morria Raul Seixas. Suas canções críticas à moral estabelecida, no entanto, permanecem atuais e fazem sucesso entre os jovens

por Yuri Martins Fontes

“TOCA RAUL!”, clamam ainda hoje jovens de todas as idades e variadas classes sociais ao redor das rodas de violão em mesas de bares urbanas, praias ou interiores pelo País afora. Em 1989, com então 44 anos, morria Raulzito, de uma pancreatite devido a excesso de álcool e diabetes – e, segundo dizem alguns amigos, com seu inseparável copo de uísque proibido nas mãos –, do mesmo modo anárquico e com o mínimo possível de regras, como ele pregou que deveria ser a vida.

Dentre as várias homenagens que relembram o músico-poeta está o documentário *Raul Seixas, o início, o fim e o meio*, de Evaldo Mocarzel e Walter de Carvalho, que deve chegar no início de 2010 aos cinemas. E para tratar de um aspecto

filosófico bastante presente na obra do músico – a questão da morte –, será lançado o livro *Metamorfose ambulante – vida, alguma coisa acontece; morte, alguma coisa pode acontecer*, de Laura Kohan, Igor Zinza e Mário Lucena.

Num tempo em que o *rock* engatinhava no Brasil, já no fim dos anos 1960 vinha a público seu primeiro disco, *Raulzito e os Panteras* – sem repercussão na época, em que acabara de se mudar da então provinciana Salvador para o Rio de Janeiro. Foi em 1973, com *Krig-ha, bandolo!* – cujas músicas criticam desde o sedentarismo e conformismo das classes médias até o “milagre econômico” propagandeado pela ditadura –, que a popularidade de Raul começou a deslanchar. Nesse disco

está seu primeiro sucesso, “Ouro de tolo” (“Eu devia estar contente, / porque eu tenho um emprego / sou dito cidadão respeitável e ganho 4 mil cruzeiros por mês”), além de “Metamorfose ambulante” e “Mosca na sopa”. Seu som eclético, com influências marcantes de Elvis Presley e de Luiz Gonzaga, valeu-lhe grande inserção popular, bem como o desprezo de boa parte dos críticos da mídia comercial.

Sua linguagem sem travas, no entanto, não passou incólume pelos governos militares, que o enxergavam como uma “mosca na sopa”. Teve várias músicas censuradas e em 1974 foi preso e torturado por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Após a agressão, deixou o País e foi para o exílio.

Com acordes simples e composições que cantam a liberdade criadora do indivíduo, suas músicas, embora com um quê da ingenuidade *hippie* ou pequeno-burguesa, atingiram em cheio o falso moralismo vigente, denunciando os valores cristãos repressivos, pregando a liberdade sexual – “a gente agrada a Deus fazendo o que o diabo gosta” – e a liberalização de psicotrópicos como catalisadores para o autoconhecimento.

Raul enveredou também por temas sociológicos práticos, como a proposta de uma libertária – e um tanto esotérica – “sociedade alternativa”, experiência que ele tentaria pôr em prática ao criar uma comunidade rural anárquica, no interior de Minas Gerais, que logo de início se esfacelaria, devido ao seu exílio.

Dentre suas letras mais atuais está “Meu amigo Pedro”, que zomba do desvio dos valores modernos. Conta a história de um infeliz novo rico – numa ironia tenaz ao arrivista yuppie que vendeu sua alma por dinheiro, tornando-se um “cavalo” conformado e “sempre a se queixar da solidão”. Contudo, é em “Movido a álcool” que Raul tece seu prognóstico mais pertinente, ao referir-se ao uso – até então incipiente – da bioenergia. Na canção, diz que “derramar cachaça em automóvel é a coisa mais sem graça de que já ouvi falar”, já prevendo que o preço da pinga – ou o dos alimentos em geral, como se sabe hoje – poderia subir à medida que a agricultura se voltasse para a produção da matéria-prima dos combustíveis. E conclui: “Veja o poeta inspirado em Coca-Cola que poesia mais sem graça ele iria declamar; é duro ver que tudo isso é real, pois que assim como o poeta todos temos de sonhar”.

Retrato do **BrASiL**

**Quer informação para compreender
quatro décadas de história?**

Retrato do Brasil, em suas duas edições, analisa os mais diferentes aspectos da sociedade brasileira, no período de 1964 a 2006. A primeira, em 4 volumes, abrange o período 1964-1984. A segunda edição, publicada em volume único, analisa 1984-2006. São textos, gráficos, tabelas e esquemas que ajudam a entender o que se passou nessas últimas quatro décadas nas áreas da ciência e tecnologia, ambiente, condições de vida, cultura, economia e política. Complementam as obras os depoimentos de personalidades de diferentes correntes de opinião e áreas do conhecimento.

**2 edições por apenas
3x R\$ 73,33***

* não incluso o valor do frete

